

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

SUPERINTENDÊNCIA
ESTADUAL DO PARÁ



Fundação
Nacional
de Saúde

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

BELÉM, MARÇO / 2016

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições dadas pela Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 146/2015, Decisão Normativa nº 147/2015, Portaria TCU nº 321/2015 e Portaria CGU 522/2015.

BELÉM, MARÇO / 2016

2016. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.
Distribuição e Informação:
Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.
Endereço: Av. Visconde de Souza Franco, 616 - Reduto
Telefones: (091) 3202-3710 / 3202-3753.
Página na internet: www.funasa.gov.br
Cep: 66.053-000

Impresso no Brasil / Printed in Brazil.

FICHA CATALOGRÁFICA

Relatório de Gestão 2015 / elaborado por Superintendência Estadual
da Funasa em Belém Estado: Pa
Ministério da Saúde:
Fundação Nacional de Saúde, 2016.

111 p.il.

1. Gestão. 2. Planejamento. 3. Sistema Único de Saúde.

PRESIDENTE

Antonio Henrique de Carvalho Pires

AUDITOR-CHEFE

Luis Carlos Marchão

PROCURADOR- CHEFE

Ana Salett Marques Gulli

DIRETOR EXECUTIVO

Antonio Arnaldo Alves de Melo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Marcio Endles Lima Vale

DIRETOR DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

José Alexandre da Costa Machado

DIRETOR DE SAÚDE AMBIENTAL

Victor Hugo Mosquera

SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA FUNASA NO PARÁ

Florivaldo Vieira Martins

COORDENAÇÃO

Florivaldo Vieira Martins

Superintente Estadual da Funasa no Estado do Pará

EQUIPE TÉCNICA

Nome dos colaboradores

Maria Ací Façanha de Miranda

Quédile Aragão de Souza Braga

Jose Raimundo Cardoso Ferreira

José Augusto Maranhão Negrão

João Wenceslau Padilha da Silva

Maria de Nazaré Alves dos Santos

Maria Leila Costa Rosal

Rosefrance Cardoso Quaresma

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
– PARTE DO ANEXO único DA DN TCU Nº 321/2015 – CONTEÚDO GERAL	13
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC).....	14
1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	14
1.2. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do Órgão Entidade	15
1.3. Breve Histórico do Órgão ou da Entidade	15
1.4. Ambiente de Atuação.....	16
1.4.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade.....	16
1.5. Regimento Interno e Organograma da Unidade.....	21
1.6. Macroprocessos Finalísticos	33
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	38
2.1. Planejamento Organizacional.....	38
1.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos.....	43
1.3. Desempenho Orçamentário	49
2.3.1. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	49
2.3.2. Restos a pagar de exercícios anteriores.....	49
2.3.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	50
2.3.3.1. Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos	50
2.3.3.2. Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Recebedores	50
2.3.3.3. Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas.....	51
2.3.3.4. Visão Gerencial dos atrasos na análise das Contas Prestadas	51
2.3.3.5. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	53
2.3.4. Informações sobre a Execução das Despesas.....	55
2.3.4.1. Despesas totais por modalidade de contratação	55
2.3.4.2. Despesas por grupo e elemento de despesa.....	56
2.3.5. Suprimento de Fundos, Contas Bancárias tipo "B" e Cartões de Pagamento do Governo Federal	59
2.3.5.1. Concessão de Suprimento de Fundos.....	59
2.3.5.2. Utilização de Suprimento de Fundos	59
2.3.5.3. Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos	59
2.3.6. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	61
3. GOVERNANÇA.....	68
3.1. Descrição das Estrutura de Governança.....	68
3.2. Informações Sobre os Dirigentes e Colegiado	68
3.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	69
3.4. Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	69
3.5. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	71
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	73
4.1. Canais de acesso do cidadão	73
4.2. Carta de Serviços ao Cidadão	74
4.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	74
4.4. Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade	74
4.5. Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	74
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	75
5.1. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	75
5.2. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	77

5.3	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....	77
6	ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO	78
	Gestão de Pessoas	78
6.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	78
6.1.1.1	Composição da Força de Trabalho.....	78
6.1.1.2	Distribuição da Força de Trabalho.....	78
6.1.1.3	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	79
6.1.2	Demonstrativos das despesas com pessoal.....	81
6.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	82
6.1.4	Contratação de pessoal de apoio e estagiários	84
6.1.4.1	Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)	84
6.1.4.2	Contratação de Estagiários.....	85
6.1.5	Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais	87
6.2	Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	88
6.2.1	Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada	88
6.2.2	Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições.....	91
6.2.3	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	91
6.2.3.1	Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC.....	91
6.2.3.2	Distribuição Geográfica dos imóveis da União.....	91
6.2.3.3	Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional	91
6.2.3.4	Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.....	92
6.2.3.5	Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis	92
6.2.3.6	Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los	92
6.2.4	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas	93
6.2.5	Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros	93
6.2.6	Informações sobre a Estrutura Física	93
6.3	Gestão da Tecnologia da Informação.....	95
6.4	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	96
6.4.1	Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	96
6.4.1.1	Visão Geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela Unidade	96
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	98
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	98
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	100
7.3	Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	101
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	103
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	103
7.6	Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda.....	105
8	CONCLUSÃO	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	29
Quadro 2 - Quadro Descritivo do Macroprocesso - Saneamento Ambiental	34
Quadro 3 - Quadro descritivo do macroprocesso - Saúde Ambiental	35
Quadro 3 - Quadro Descritivo do Macroprocesso - Convênios	36
Gráfico 5 - Desempenho da área Administrativa da Suest-Pa, Diadm e Sereh por Ação, em 2015	47
Quadro 2 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	49
Quadro 4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	50
Quadro 5 – Situação da Análise das Contas Prestadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão.	51
Quadro 6 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	51
Quadro 7 - Recursos Transferidos por meio de Convênio ou Termo de Compromisso no período 2012-2015, no âmbito da Suest-Pa.....	52
Quadro 8 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	55
Quadro 9 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	56
Quadro 10 - Despesas Realizadas com Atendimento aos Tutelados de Justiça, em 2015.....	57
Quadro 11 - Despesas Realizadas pela Suest-Pa com Diárias por Área de Atuação, em 2015.....	58
Quadro 12 – Concessão de suprimento de fundos	59
Quadro 13 – Utilização de suprimento de fundos	59
Quadro 14 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	59
Quadro 14 - Indicadores de Desempenho - Saneamento Ambiental.....	61
Análise Crítica	62
Quadro 15 – Indicadores de Desempenho - Saúde Ambiental.....	63
Quadro 15 - Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicância Instaurados em 2015, pela Suest-Pa.....	69
Quadro 16 – Força de Trabalho da UJ (Composição da Força de Trabalho-SEDE/SUS)	78
Quadro 17 – Distribuição da Lotação Efetiva	78
Quadro 18 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	79
Quadro 19 – Despesas do pessoal	81
Quadro 20 – Contratos de prestação de serviço não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	84
Quadro 21 – Composição do Quadro de Estagiários	85
Quadro 22 - Qualificação da Força de Trabalho da Suest-Pa, quanto Área Meio e Área Fim, 2015.....	86
Quadro 23 - Situação da Frota de Veículos Própria e Terceirizada, na Suest-Pa, em 2015	89
Quadro 24 - Média Anual de Quilômetros Rodados , por Grupo de Veículos e Classificação, na Suest-Pa em 2015	89
Quadro 25 - Idade Média da Frota, por Grupo de Veículos e Classificação, na Suest-Pa em 2015.....	90
Quadro 27 - Distribuição Geográfica dos imóveis da União - Anexo I	91
Quadro 28 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional - Anexo II.....	91
Quadro 29 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	98
Quadro 30 - Deliberações do CGU que permanecem pendentes de cumprimento	100
Quadro 31 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015	101
Quadro 32 – Relação de Instrumentos por Conveniente, Processo de Dano ao Erário e Situação com Medidas Administrativas Adotadas no Exercício 2015	101
Quadro 33 – Processos de Convênios/Termo de Compromisso em Análise para Verificar a Existência de Pressupostos para Instauração de TCE em 30.12.2015	101
Quadro 34– Casos de Dano ao Erário ocorridos na área de Gestão de Pessoas - 2015.....	102

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Desempenho da Suest-Pa, por Projeto, em 2015	44
Gráfico 2 - Desempenho da Diesp-Pa por Macroção, em 2015	44
Gráfico 3 - Desempenho do Sesam-Pa através de Ações Desenvolvidas em 2015.....	46
Gráfico 4 - Desempenho do Secov-Pa, por Ação desenvolvidas em 2015	47
Gráfico 5 - Desempenho da área Administrativa da Suest-Pa, Diadm e Sereh por Ação, em 2015.....	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BI	Business Intelligence
COREGE	Colegiado Regional de Gestão
CQA	Controle de Qualidade da Água
CTCE	Coordenação de Tomada de Contas Especial
DEADM	Departamento de Administração/Presidência
DENSP	Departamento de Engenharia de Saúde Pública/Presidência
DIADM	Divisão de Administração
DIESP	Divisão de Engenharia em Saúde Pública
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MSD	Melhorias Sanitárias Domiciliares
MS PROJECT	Microsoft Project
NICT	Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica
PAC	Plano Anual de Capacitação
PAC	Programa de aceleração do Crescimento
PBS	Pedido de Bens e Serviços.
PM	Prefeitura Municipal
PMSB	Planos Municipais de Saneamento Básico
RAA	Relatório de Avaliação de Andamento
RCA	Relatório Consolidado de Acompanhamento
RIDE	Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
RMA	Relatório Mensal de Acompanhamento
RVT	Relatório de Visita Técnica
SAA	Sistema de Abastecimento de Água
SEIDURB	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Pará
SECOV	Serviço de Convênio
ESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIGA	Sistema Integrado de Gerenciamento das Ações da Funasa
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SISCOESC	Sistema de Controle de Estoque e Consumo
SISCON	Sistema de Convênios da Funasa
SICOTWEB	Sistema de Controle de Transporte - Web
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SPGO	Sistema de Planejamento Orçamentário
SUEST-PA	Superintendência Estadual da Funasa no Pará

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I

- 6.2.3Distribuição Geográfica dos imóveis da União

ANEXO II

- 6.2.3.3Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por interesse apresentar as ações implementadas, as estratégias de atuação e os resultados alcançados no exercício de 2015, considerando os programas que compõem o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, as ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e no Plano Nacional de Saúde (PNS).

Conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 146/2015, Decisão Normativa nº 147/2015, Portaria TCU nº 321/2015 e Portaria CGU 522/2015, que definem as Unidades de Prestação de Contas (UPC) responsáveis por apresentar o Relatório de Gestão e o Processo Anual de Contas do exercício de 2015, a Presidência da Funasa e todas as suas Superintendências Estaduais (Suest) apresentarão Relatório de Gestão de forma individualizada. Com relação à Prestação de Contas, 7 (sete) Superintendências (AC, AL, CE, GO, RO, SE e SP) apresentarão seus processos de forma individualizada. As demais Superintendências estão incluídas no Processo de Prestação de Contas Anual da Presidência.

Todos os itens exigidos pela legislação foram detalhados no relatório, exceto aqueles que não se aplicam à natureza jurídica da Funasa, bem como aqueles em que não houve ocorrência durante o exercício, como se segue:

Itens que não se Aplicam a esta Unidade Jurisdicionada

- 2.3.1 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento
- 3.3 - Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 4.2 - Carta de Serviço ao Cidadão
- 6.1.5 - Contratação de Consultores para projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais
- 6.3 - Gestão da Tecnologia da Informação
- 7.6 - Informações sobre ações de Publicidade e Propaganda

Itens em que não houve Movimentação Nesta Unidade Jurisdicionada

- 6.2.5 - Bens Imóveis Locados de Terceiros

**– PARTE DO ANEXO ÚNICO DA DN TCU Nº 321/2015 – CONTEÚDO
GERAL**

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde, entidade vinculada ao Ministério da Saúde (MS), instituída pelo art. 14 da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, sofreu alteração em sua estrutura organizacional com a publicação do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento às soluções de saneamento para a prevenção e controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

A Funasa é dirigida por um Presidente, um Diretor Executivo e três Diretores de Departamento, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Saúde. Sua atuação ocorre de forma descentralizada, por meio de suas Superintendências Estaduais, que contam com estrutura técnico-administrativa capaz de promover, supervisionar e orientar as ações sob a responsabilidade da instituição.

No que se refere ao saneamento ambiental – implementação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas (MHCDC) e Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) - a Funasa conta com a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no País, apoiando ou executando obras a partir de critérios epidemiológicos, socioeconômicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde e para a prevenção e controle de doenças e agravos, com destaque para a redução da mortalidade infantil. Por meio de ações de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental, a Funasa busca a promoção da melhoria da qualidade de vida, procurando a redução de riscos à saúde, incentivando a universalização dos sistemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos urbanos, e a promoção de melhoria no manejo adequado dos sistemas de drenagem urbana para áreas endêmicas de malária, de melhoria habitacional para controle da doença de Chagas, de melhorias sanitárias domiciliares, e de ações de saneamento em comunidades ribeirinhas, quilombolas e especiais.

Como Unidade Descentralizada da Funasa o papel da Superintendência Estadual do Pará – Suest Pará - compete coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia de saúde pública, no âmbito da Suest; entre outras competências, como será observado no item 1.5. Tem atuado junto aos municípios de até 50 mil habitantes também em relação à implantação de Plano Municipal de Saneamento, mediante termo de repasse de recursos, até 2012, e cooperação técnica, de acordo com o que estabelece a Lei 11.445, de 05.01.2007 e o Plano Nacional de Básico - Plansab, de dezembro de 2013.

No que se refere à Saúde Ambiental, considerando que a universalização do serviço de abastecimento de água é uma das grandes metas para os países em desenvolvimento, por ser o acesso à água, em quantidade e qualidade, essencial para reduzir os riscos à saúde pública; e considerando a necessidade da adoção de estratégias de gestão que incluam a implementação dos padrões e procedimentos preconizados na legislação, principalmente aquelas afetas ao controle da qualidade da água para consumo humano, a Funasa, por meio do Departamento de Saúde Ambiental - Desam, criou o Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano (PNCQA), implementado em articulação com os prestadores de serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, órgãos de meio ambiente, estados, Distrito Federal e municípios, conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Outra área do conhecimento técnico que a Funasa investe é a da Educação em Saúde Ambiental que contribui efetivamente na formação e no desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, estimulando a participação, o controle social e sustentabilidade socioambiental, utilizando entre outras estratégias, a mobilização social, a comunicação educativa/informativa e a formação permanente.

O papel da Funasa no estado do Pará, que possui 69,4% de municípios com população de até 50 mil habitantes, tem sido importante, considerando a extensão territorial, as limitações geográficas, falta de recursos orçamentário-financeiro e baixa capacidade técnica experimentada pelos gestores municipais. A Funasa tem atuado em todos, através de suas ações, tendo conseguido que 61% dos municípios tivessem suas obras concluídas no período de 2002-2015, conforme consta no sistema de informação da Funasa, Business Intelligence - BI.

1.2. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do Órgão Entidade

Por força do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, o Regimento Interno da Funasa foi aprovado em 27 de fevereiro de 2014, pela Portaria do Ministério da Saúde nº 270/2014.

1.3. Breve Histórico do Órgão ou da Entidade

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), fundação pública, vinculada ao Ministério da Saúde, com jurisdição em todo o território nacional, sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado, foi instituída por meio do Decreto nº 100, de 16/04/1991, consoante autorização contida no art. 14 da Lei 8.029, de 12/04/1990, mediante incorporação da Fundação de Serviços de Saúde (FSESP) e da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM). Tem seu estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.335, de 19/10/2010, e o Regimento Interno aprovado mediante a Portaria GM/MS nº 270, de 27/02/2014.

Tem como competência, fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças, e formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

Com base em suas ações, foram identificados três macroprocessos finalísticos: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações de Saúde Ambiental e Gestão de Convênios. Entre os principais processos da Funasa, destacam-se a Gestão de Transferência Voluntária e Gestão de Transferência Obrigatória (PAC).

1.4. Ambiente de Atuação

1.4.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade

a) **Caracterização e o comportamento do mercado de atuação:**

Considerando a natureza jurídica da instituição, ou seja, uma fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, instituída com base no disposto no art. 14, da Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, há que se levar em conta que o seu ambiente de atuação está conformado dentro do contexto da saúde pública brasileira, notadamente, de acordo com a sua missão, nas áreas de saneamento ambiental e saúde ambiental, com vistas à promoção da saúde e a inclusão social de parcelas da população carentes desse tipo de ações.

Nesta perspectiva, o seu leque de **atuação se dá estritamente no âmbito de uma importante política pública**, traduzida nas diversas ações que a integram e que, em relação àquelas a cargo da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, têm por interesse a melhoria das condições de saúde das populações residentes em municípios com até 50 mil habitantes, às populações rurais, reservas extrativistas, comunidades remanescentes de quilombos, e populações ribeirinhas, via transferência de recursos orçamentários a partir de critérios de seleção de natureza epidemiológica, ambiental e socioeconômico, bem como o desenvolvimento de ações de saúde ambiental relacionadas às estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, que tem como público alvo, além dos já mencionados anteriormente, os entes municipais e estaduais.

Assim, o “Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania”, foi aprovado em julho de 2008 e homologado em dezembro de 2008. O documento foi norteador pelo entendimento na construção de caminhos e soluções para a universalização do acesso ao saneamento básico e à inclusão social e teve por propósito mobilizar diversos segmentos da sociedade para a construção do Plano, bem como seu engajamento para o alcance dos objetivos e metas propostos.

Em setembro de 2008, por meio da Portaria nº 462, instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI “com o propósito de estruturar o projeto estratégico de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico”, composto pelo Ministério das Cidades (Secretarias Nacionais de Saneamento Ambiental - SNSA, de Habitação - SNH, de Transporte e Mobilidade Urbana - SeMob e Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Cidades - ConCidades) -; pelo Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU e Agência Nacional de Águas - ANA); pelo Ministério da Saúde (Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS e Fundação Nacional de Saúde - Funasa); pelo Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SHI e Cia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Paralelamente, o ConCidades instituiu o Grupo de Acompanhamento (GA), formado por representantes dos diferentes segmentos que compõem o Comitê Técnico de Saneamento Ambiental (CTS).

No plano internacional, dois marcos referenciais, aprovados no âmbito da Organização das Nações Unidas e estreitamente relacionados ao Plansab, merecem registro:

(i) os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, firmado pelo Brasil e outros 190 países, em setembro de 2000, prevendo, entre outras metas relacionadas ao saneamento básico, a redução em 50%, até 2015, da parcela da população que não tinha acesso à água potável e ao esgotamento sanitário no ano de 1990;

(ii) a Resolução A/RES/64/292, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 28 de julho de 2010, apoiada por 122 nações, com 41 abstenções e nenhum voto contrário, com forte suporte da diplomacia brasileira, e que trata dos direitos à água e ao esgotamento sanitário, afirma

ser o acesso à água limpa e segura e ao esgotamento sanitário adequado a um direito humano, essencial para o pleno gozo da vida e de outros direitos humanos.

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

Em relação às competências institucionais, e aos atores responsáveis, neste caso, à consecução da política pública, diversos órgãos no governo federal, respondem por programas e ações em saneamento básico. No tocante aos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), diversas são as instituições federais atuantes no setor.

Conforme o Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2012-2015, a atuação do Ministério das Cidades é dirigida a municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs).

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Por outro lado, no mesmo ministério, à Secretaria de Vigilância em Saúde cabe dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

À Secretaria Especial de Saúde Indígena cabe executar ações de vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano nas aldeias. À Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) cabe exercer a vigilância da qualidade da água nas áreas de portos, aeroportos e passagens de fronteiras terrestres.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por sua vez, é responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010, bem como pela capacitação e desenvolvimento institucional de estados e municípios nesse componente. Atualmente, esse Ministério, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), tem atuado na capacitação e assistência técnica com vistas à implementação da gestão regionalizada dos resíduos sólidos. Nesse contexto, visando orientar diretrizes, metas, programas e ações no âmbito da política de resíduos sólidos, foi elaborado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que buscou compatibilidade com a proposta do PLANSAB.

Ainda no âmbito do MMA, destaca-se a atuação da Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, na qual o saneamento básico configura-se como um importante setor usuário das águas superficiais e subterrâneas. Além das atividades inerentes à regulação do uso das águas interiores, como a outorga de direito do uso da água para abastecimento e para a diluição de efluentes, a ANA desenvolve ações específicas voltadas ao setor de saneamento, como a elaboração do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água e o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), voltado à operação eficiente das estações de tratamento de esgotos, além de estudos hidrogeológicos em regiões metropolitanas e mapeamento de áreas de risco mais suscetíveis à ocorrência de inundações.

Em vista desta moldura legal e institucional, o Plansab vem, portanto, dar cumprimento aos ordenamentos legais relativos ao setor de saneamento básico, representando o resultado de esforço dos vários órgãos federais com atuação na área, sob coordenação do Ministério das Cidades por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA).

c) **Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:**

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Nesse contexto, os principais serviços ofertados são:

Engenharia de Saúde Pública

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da **Funasa** ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Nessa área, a **Funasa** está implementando o programa Saneamento para Promoção da Saúde, que tem por meta, em quatro anos, beneficiar 60% dos municípios brasileiros com, aproximadamente, 35 milhões de pessoas.

Entre as ações a serem desenvolvidas para a prevenção de doenças e controle de agravos estão a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

A **Funasa** está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da **Funasa** a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
- ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
- e
- ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

d) **Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:**

Ameaças:

- Baixa capacidade técnica e operacional dos municípios parceiros, em razão de suas características;
- Baixa capacidade de gestão dos parceiros aos quais são transferidos os recursos orçamentários para a implementação das ações financiadas.

Oportunidades:

- Implantação, pelo Governo Federal, de políticas públicas de saneamento e de saúde ambiental, de âmbito nacional, que tenham por interesse mitigar as vulnerabilidades às quais estão submetidas as populações rurais, extrativistas, remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, e em municípios com até 50 mil habitantes que apresentam indicadores de saúde desfavoráveis.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:

As Superintendências Estaduais - Suests – braços executores da instituição – se relacionam com os diversos entes da sua região de abrangência, a partir de propostas e realização de pactos de atuação, traduzidos em convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação e demais congêneres, visando, em última instância a melhoria da qualidade de vida da população inserida numa realidade, em que se quer intervir. Dessa forma, é estabelecido o intercâmbio de informações, via presencial ou eletronicamente, a fim de que os pactos laborais estejam em conformidade com as normativas técnicas que regulam o assunto, quer seja em nível interno, quanto externo.

Durante o desenvolvimento dos compromissos assumidos, a Suest atua supervisionando técnica e administrativamente os instrumentos celebrados, com vistas à sua efetivação e a consequente prestação de contas, a fim de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

f) Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

As diretrizes políticas do governo federal para a área da saúde pública, aqui incluídas as ações de prevenção, promoção, e proteção, não permitem antever quaisquer riscos de interrupção ou até mesmo de extinção de órgãos que prestam esses serviços considerados essenciais e necessários para que o país possa avançar e alcançar melhores indicadores de saúde.

Desse modo, em sendo a instituição, uma estrutura de governo, portanto responsável pela execução de políticas públicas, sob sua responsabilidade, não há por que desenhar-se cenários de piso que apontem para possíveis riscos, em seu ambiente de atuação.

Diante disso, não há necessidade de estabelecimento de estratégias para mitigar riscos considerados inexistentes, até porque, conforme disposto em capítulo específico na Constituição Brasileira, a saúde é um bem de todos e dever do estado, e a Fundação representa o estado, ao desenvolver ações de saúde e saneamento ambiental para a população adstrita à sua área de atuação.

g) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

A alteração da Funasa, por intermédio do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, incorporou em sua estrutura o Departamento de Saúde Ambiental e transferiu para o Ministério da Saúde a responsabilidade sobre a atuação da área de Saúde Indígena.

- h) As informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.**

As Superintendências Estaduais da Funasa, estruturada em uma sede em cada Estado da Federação, não tem autonomia de atuação, sendo as unidades executora dos compromissos assumidos pela Instituição.

Fontes:

- 1) TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO - 2012;
- 2) PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO - 2013;
- 3) DECRETO Nº 7.335 DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

1.5. Regimento Interno e Organograma da Unidade

REGIMENTO INTERNO DA FUNASA - Portaria Ministerial nº 270/2014 - Ministério da Saúde

CAPÍTULO I - DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, instituída com base na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2010, com sede e foro em Brasília (DF) e prazo de duração indeterminado, tem como finalidade institucional a promoção e a proteção da saúde.

Art. 2º Compete à Funasa:

- I - fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças; e
- II - formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

CAPÍTULO II - DA DIREÇÃO, NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÕES

Art. 3º A Funasa é dirigida por um Presidente, auxiliado por um Diretor-Executivo e três Diretores de Departamento, nomeados por indicação do Ministro de Estado da Saúde, na forma da legislação em vigor.

§ 1º O Procurador-Chefe será nomeado por indicação do Advogado-Geral da União.

§ 2º A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe serão submetidas pelo Presidente da Funasa à aprovação da Controladoria-Geral da União.

§ 3º Os demais cargos em comissão e funções gratificadas terão seus titulares nomeados ou designados na forma da legislação em vigor.

Art. 4º Os titulares dos cargos em comissão das unidades descentralizadas da Funasa serão nomeados pelo Ministro de Estado da Saúde, escolhidos, preferencialmente, entre servidores ocupantes de cargo efetivo no âmbito da Administração Pública Federal.

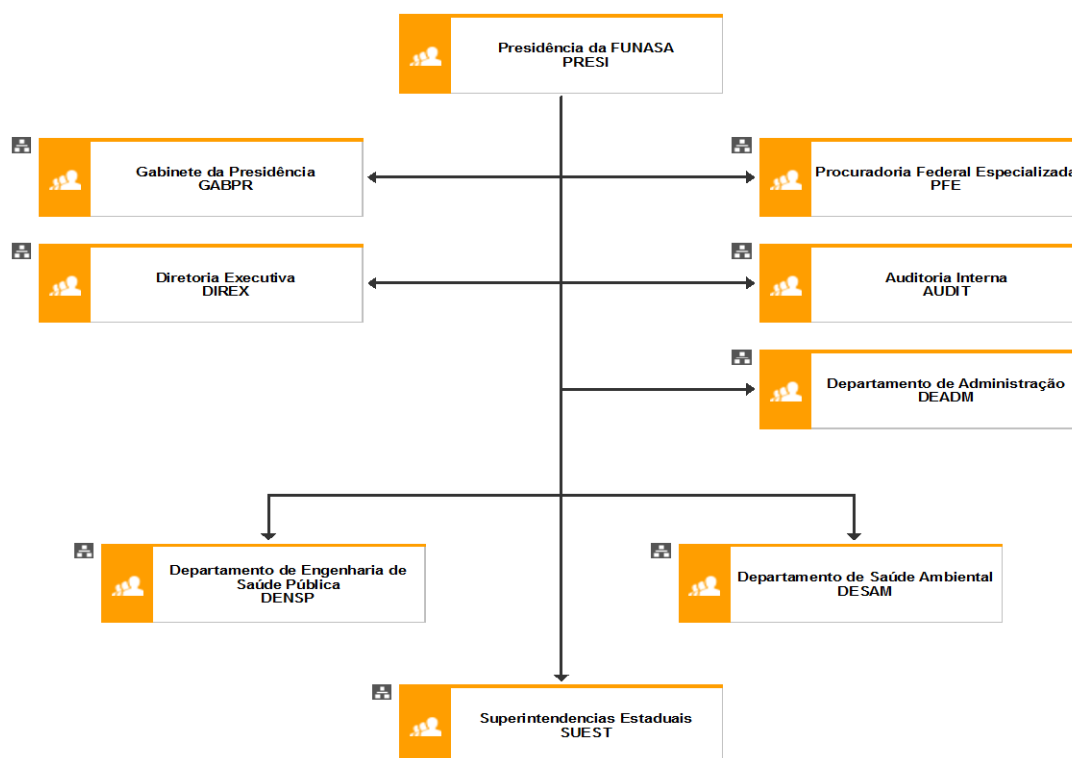
Art. 5º Os titulares dos órgãos e unidades descentralizadas da Funasa, nomeados na forma da legislação vigente, receberão as seguintes designações:

- I - Chefe de Gabinete para o dirigente do Gabinete;
- II - Procurador-Chefe para o dirigente da Procuradoria Federal Especializada;
- III - Auditor-Chefe para o dirigente da Auditoria Interna;
- IV - Diretor para os dirigentes dos Departamentos;
- V - Superintendente Estadual para os dirigentes das Superintendências Estaduais;
- VI - Corregedor para o dirigente da Corregedoria;
- VII - Coordenador-Geral para os dirigentes das Coordenações-Gerais; e
- VIII - Chefe para os dirigentes das Divisões, Serviços e Setores.

Parágrafo único. Os titulares dos órgãos e unidades descentralizadas de que trata o "caput" serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por servidores por eles indicados e previamente designados, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 6º A Funasa tem a seguinte estrutura organizacional:



I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:

- a) Gabinete (Gabpr); e
- b) Diretoria-Executiva (Direx);

II - Órgãos Seccionais:

- a) Procuradoria Federal Especializada (PFE);
- b) Auditoria Interna (Audit);
- c) Departamento de Administração (Deadm);

III - Órgãos Específicos Singulares:

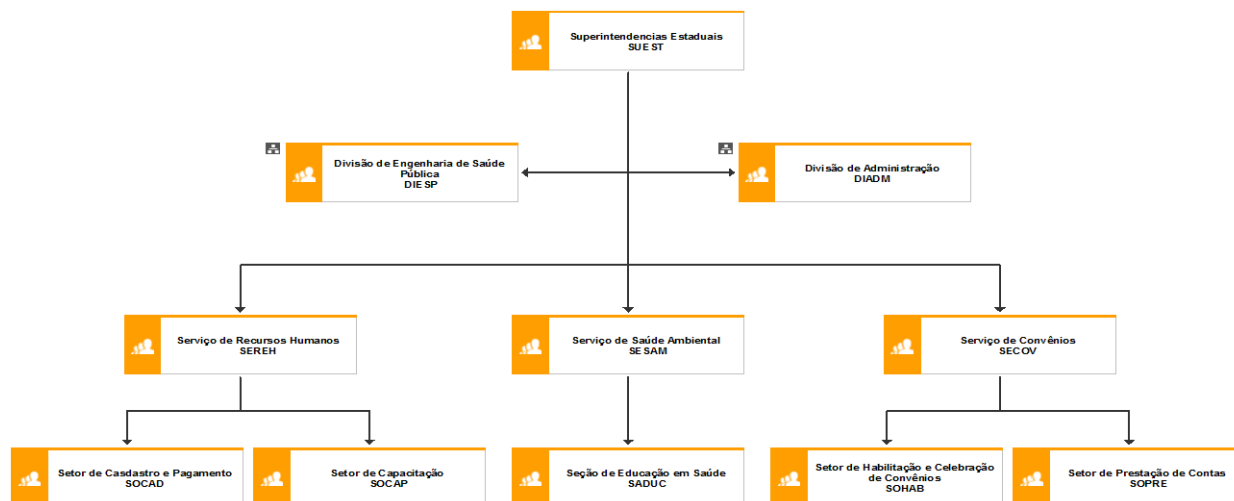
- a) Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp);
- b) Departamento de Saúde Ambiental (Desam);

IV - Unidades Descentralizadas: Superintendências Estaduais (Suest):

CAPÍTULO IV - DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

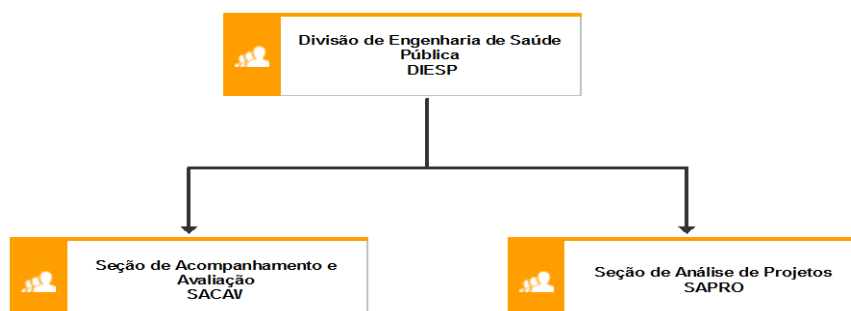
SEÇÃO IV - Das Unidades Descentralizadas

SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS - SUEST



Art. 83. Às Suest compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Funasa, nas suas respectivas áreas de atuação.

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA - DIESP



Art. 84. Compete à Diesp:

- I - coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia de saúde pública, no âmbito da Suest;
- II - prestar apoio técnico a programas e ações de gestão dos serviços de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;
- III - apoiar e supervisionar estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento e edificações de Saúde Pública;
- IV - analisar projetos de saneamento e edificações de Saúde Pública; e
- V - acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da Funasa;

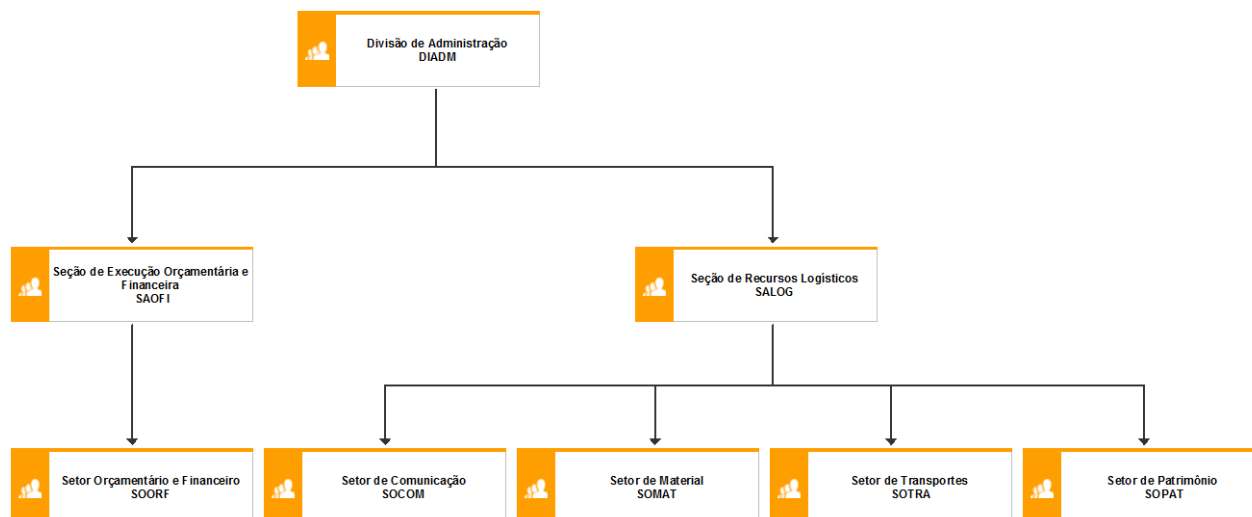
Art. 85. Compete à Sapro:

- I - analisar projetos técnicos de engenharia destinados à área de saúde, bem como os relativos a obras nas edificações de uso da Funasa;
- II - analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e
- III - prestar cooperação técnica.

Art. 86. Compete à Sacav:

- I - acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da Funasa; e
- II - acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnicas;

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO - DIADM



Art. 87. À Diadm compete planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e insumos estratégicos.

Art. 88. Compete à Saofi:

- I - executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira;
- II - programar, consolidar e fornecer subsídios às atividades relacionadas à proposta orçamentária anual em articulação com as diversas áreas da Suest;
- III - executar e acompanhar as atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros;
- IV - promover estudos de custos orçamentários e financeiros das ações desenvolvidas pela Suest;
- V - elaborar, mensalmente a programação financeira;
- VI - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- VII - promover o envio e/ou retificação das declarações anuais obrigatórias a nível da Suest;
- VIII - manter adimplência da Funasa junto aos órgãos arrecadadores e fiscalizadores a nível Estadual; e
- IX - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe da Divisão de Administração.

Art. 89. Compete ao Soorf:

- I - executar e acompanhar a programação e execução orçamentária e financeira;
- II - manter atualizado os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos;
- III - executar as atividades de registro de conformidade documental;
- IV - promover o pagamento dos processos de despesas no âmbito Estadual.
- V - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e
- VI - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo chefe da Saofi.

Art. 90. Compete à Salog:

- I - executar as atividades de apoio administrativo;
- II - controlar, orientar e fiscalizar a execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação;
- III - proceder à análise e ao acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação;
- IV - acompanhar a execução de contratos, acordos e ajustes da Suest; e
- V - elaborar minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

Art. 91. Compete ao Socom:

- I - executar as atividades relacionadas ao recebimento, à classificação, à movimentação e à expedição de correspondências e arquivos; e
- II - proceder à análise, à avaliação e seleção de documentos, segundo a Tabela de Temporalidade de Documentos vigentes.

Art. 92. Compete ao Somat:

- I - executar as atividades de administração de material e serviços, de controle de estoque físico e contábil dos materiais de consumo e insumos estratégicos;
- II - executar os procedimentos relativos a compras de materiais e contratações de serviços; e
- III - manter atualizados os registros das atividades que lhes sejam afetas nos correspondentes sistemas de informação.

Art. 93. Compete ao Sotra:

- I - supervisionar e controlar a execução das atividades relativas a transporte de funcionários, de cargas e manutenção da frota de veículos;
- II - acompanhar e manter atualizado o cadastro de veículos, manutenção da frota em uso, registro e licenciamento, bem como acompanhar o consumo de combustíveis e lubrificantes; e
- III - acompanhar perícias para apuração de responsabilidade decorrente de má utilização ou negligência por parte dos motoristas.

Art. 94. Compete ao Sopat:

- I - executar as atividades de administração patrimonial;
- II - propor a alienação, cessão ou baixa de materiais permanentes;
- III - manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, inclusive contabilmente; e
- IV - elaborar o inventário anual dos bens móveis e imóveis.

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS



Art. 95. Compete ao Sereh:

- I - planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas pela unidade central da Funasa;
- II - supervisionar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal sob sua administração;
- III - proceder a estudos sobre lotação ideal de servidores, objetivando subsidiar estratégias de gestão de recursos humanos;
- IV - disponibilizar aos servidores informações e esclarecimentos a respeito das políticas e procedimentos relacionados a recursos humanos;
- V - propor à Cgerh o Plano Anual de Capacitação de recursos humanos; e
- VI - promover, executar e monitorar as seguintes ações da política de atenção à saúde do servidor em harmonia com a unidade central da Funasa:
 - a) perícia médica;
 - b) promoção e vigilância à saúde; e
 - c) assistência à saúde suplementar.

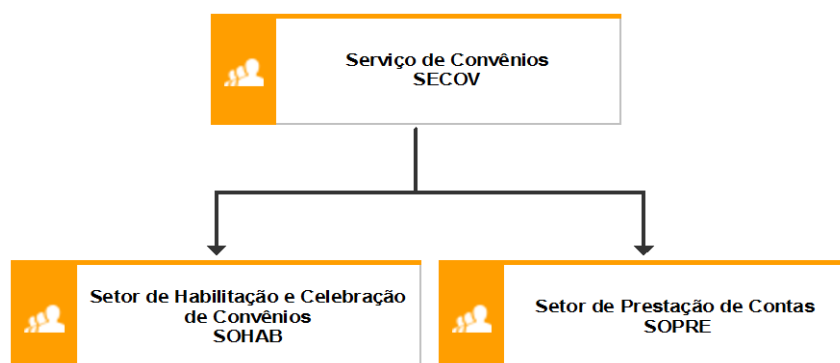
Art. 96. Compete ao Socad:

- I - acompanhar e executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- II - elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração;
- III - executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos;
- IV - promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Funasa, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo, bem como encaminhar as informações ao órgão de controle externo;
- V - atualizar a documentação e assentamentos funcionais dos servidores; e
- VI - supervisionar e controlar a execução das atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão.

Art. 97. Compete à Socap:

- I - acompanhar e executar as atividades de avaliação de desempenho, de levantamento das necessidades e de desenvolvimento de recursos humanos;
- II - elaborar e manter cadastro de qualificação do corpo funcional e de instrutores;
- III - elaborar e implementar programas e projetos de capacitação, de acordo com diretrizes estabelecidas pela unidade central da Funasa; e
- IV - propor a participação de servidores em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

SERVIÇO DE CONVÊNIOS



Art. 98. Compete ao Secov:

- I - auxiliar a Coordenação-Geral de Convênios na proposição de procedimentos internos para a celebração, gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;
- II - repassar aos setores subordinados a legislação aplicável à área, bem como normativos, portarias e instruções recebidas dos órgãos Centrais e de órgãos externos, cobrando suas aplicações;
- III - coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;
- IV - planejar, coordenar e supervisionar as atribuições dos setores subordinados; e
- V - executar atividades relacionadas a convênios determinadas pela unidade central da Funasa.

Art. 99. Compete à Sohab:

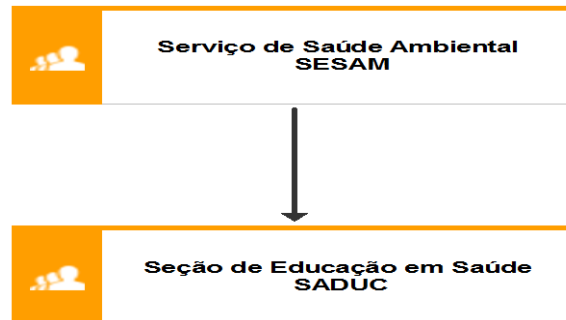
- I - coordenar e executar a análise processual de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres, celebrados com entidades de sua Unidade da Federação, de acordo com a legislação vigente e com orientações das unidades centrais, executando as tarefas afeitas ao gerenciamento desses instrumentos e encaminhando documentações às autoridades competentes;
- II - solicitar informações ou complementação de informações relativas ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres a setores da própria Funasa ou a órgãos externos;
- III - encaminhar informações a Coordenação de Habilitação e Celebração de Convênios com relação aos instrumentos gerenciados no setor, a fim de subsidiar as atribuições daquela Coordenação;
- IV - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à habilitação e gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres; e
- V - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 100. Compete ao Sobre:

- I - elaborar relatórios, trimestrais e anuais, de acompanhamento e análise de prestação de contas da execução de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares, encaminhando-os à Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, ao fim de cada trimestre e exercício;
- II - prestar cooperação técnica aos órgãos e entidades convenientes na elaboração e apresentação de prestação de contas, em conformidade com as normas e legislação vigente;
- III - controlar e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados no âmbito de sua atuação;
- IV - realizar a análise e a emissão de parecer parcial e final em prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;
- V - analisar a documentação de processo de prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados;
- VI - atualizar os sistemas internos de gestão de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;
- VII - submeter ao ordenador de despesas, para aprovação, as prestações de contas dos recursos repassados mediante convênios, termos de compromisso e instrumentos similares no âmbito de sua atuação;
- VIII - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à prestação de contas;
- IX - informar a Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, para registro no mesmo, toda a execução das prestações de contas parcial e final de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados pela Funasa, bem como os resultados de suas análises;

- X - propor a abertura de Tomada de Contas Especial, nos casos de inadimplência decorrente de ausência de prestação de contas e de não aprovação;
- XI - coordenar e monitorar o processo de instrução para instauração de Tomada de Contas Especial de Convênios, termos de compromisso e instrumentos similares; e
- XII - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

SERVIÇO DE SAÚDE AMBIENTAL - SESAM



Art. 101. Compete ao Sesam:

- I - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de saúde ambiental, em consonância com as diretrizes definidas pelo Desam;
- II - monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde ambiental realizadas por Estados e Municípios relativas às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;
- III - executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de abastecimento público ou solução alternativa conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
- IV - coordenar e executar ações supletivas e complementares de saúde e saneamento ambiental, em situações de risco à saúde de populações vulneráveis, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública;
- V - coordenar e executar projetos e ações estratégicas de saúde ambiental, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; e
- VI - coordenar, monitorar e avaliar as ações de educação em saúde ambiental e apoio ao controle da qualidade da água realizado em comunidades especiais.

Art. 102. Compete à Saduc:

- I - executar atividades de educação em saúde ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Educação em Saúde Ambiental;
- II - analisar, acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre projetos de educação em saúde ambiental, a serem implementados pelos estados e municípios, relativos às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;
- III - apoiar a execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades, em situação de risco à saúde; e
- IV - atuar de forma integrada com os demais setores da Suest nas ações de sua abrangência.

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia, no âmbito da Suest;	João Wenceslau Padilha da Silva	Chefe da Diesp	23.11.2010 - 31.12.2015
	Apoiar tecnicamente a programas e ações de gestão dos serviços de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;			
	Analisar projetos de saneamento e edificações de Saúde Pública e acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da Funasa;			
	Sapro - Analisar projetos técnicos de engenharia destinados à área de saúde, bem como os relativos a obras nas edificações de uso da Funasa;			
	Analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e prestar cooperação técnica.			
	Sacav - Acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da Funasa;			
Serviço de Saúde Ambiental	e acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnica.	Maria Leila da Costa Rosal	Chefe do Sesam	23.11.2010 - 31.12.2015
	Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de saúde ambiental;			
	Monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde ambiental realizadas por Estados e Municípios relativas às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;			
	Executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano;			
	Coordenar e executar ações supletivas e complementares de saúde e saneamento ambiental, em situações de risco à saúde de populações vulneráveis, em conjunto com a Diesp;			
	Coordenar e executar projetos e ações estratégicas de saúde ambiental, em conjunto com a Diesp; e			
	Coordenar, monitorar e avaliar as ações de educação em saúde ambiental e apoio ao controle da qualidade da água realizado em comunidades especiais.			
Saduc - Executar atividades de				

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	<p>educação em saúde ambiental;</p> <p>Analisar, acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre projetos de educação em saúde ambiental, a serem implementados por estados e municípios, relativos às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Funasa;</p> <p>Apoiar a execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades, em situação de risco à saúde; e</p> <p>Atuar de forma integrada com os demais setores da Suest nas ações de sua abrangência.</p>			
Serviço de Convênios	<p>Auxiliar a Coordenação-Geral de Convênios na proposição de procedimentos internos para a celebração, gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso (TC) e instrumentos congêneres;</p> <p>Repassar aos setores subordinados a legislação aplicável à área, bem como normativos, portarias e instruções recebidas dos órgãos Centrais e de órgãos externos, cobrando suas aplicações;</p> <p>Coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento e prestação de contas de convênios, TC e instrumentos congêneres;</p> <p>Planejar, coordenar e supervisionar as atribuições dos setores subordinados; e</p> <p>Executar atividades relacionadas a convênios determinadas pela unidade central da Funasa.</p> <p>Sohab - Coordenar e executar a análise processual de convênios, TC e instrumentos congêneres, celebrados com entidades do Estado;</p> <p>Executar tarefas afeitas ao gerenciamento dos instrumentos e encaminhando documentações às autoridades competentes;</p> <p>Solicitar informações ou complementação de informações relativas ao gerenciamento de convênios, TC e instrumentos congêneres a setores da própria Funasa ou a órgãos externos;</p> <p>Encaminhar informações a Coordenação de Habilitação e Celebração de Convênios sobre os instrumentos gerenciados no</p>	Maria de Nazaré Alves dos Santos	Chefe do Secov	23.11.2010 - 31.12.2015

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	setor, subsidiando as atribuições daquela Coordenação;			
	Controlar a tramitação de processos e documentos relativos à habilitação e gerenciamento de convênios, TC e instrumentos congêneres; e executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe Secov.			
	Sopre - Elaborar relatórios, trimestrais e anuais, de acompanhamento e análise de prestação de contas da execução de convênios, TC e instrumentos similares, encaminhando-os à Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios;			
	Prestar cooperação técnica aos órgãos e entidades convenientes na elaboração e apresentação de prestação de contas;			
	Controlar e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, TC e instrumentos similares celebrados no âmbito de sua atuação;			
	Realizar a análise e a emissão de parecer parcial e final em prestação de contas de convênios, TC e instrumentos similares;			
	Analisar a documentação de processo de prestação de contas de convênios, TC e instrumentos similares celebrados;			
	Atualizar os sistemas internos de gestão de convênios, TC e instrumentos similares;			
	Submeter ao ordenador de despesas, para aprovação, as prestações de contas;			
	Controlar a tramitação de processos e documentos relativos à prestação de contas;			
	Informar a Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, para registro, a execução das prestações de contas parcial e final de convênios, TC e instrumentos similares celebrados pela Funasa, e os resultados de suas análises;			

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	Propor a abertura de Tomada de Contas Especial, nos casos em que couber;			
	Coordenar e monitorar o processo de instrução para instauração de Tomada de Contas Especial de Convênios, TC e instrumentos similares; e			
	Executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Secov.			

1.6. Macroprocessos Finalísticos

Para uma melhor definição das atividades desempenhadas por uma instituição, é necessário o mapeamento de seus processos, o desenho de seus fluxogramas que demonstram graficamente as atividades de cada área de negócio, bem como sua relação com as unidades representativas da Funasa nos estados - as Superintendências Estaduais.

A Funasa tem realizado um grande trabalho neste contexto. O mapeamento dos processos é realizado na Funasa desde 2009, por demanda das áreas de negócio, seguindo uma metodologia estabelecida pela norma MNP-MI-009A-2014 (versão atual em vigor da Norma MNP-MI-001-2009). Essa norma define a rotina de mapeamento de processos no âmbito da Funasa, que consiste em quatro etapas básicas:

1. Planejamento: Onde se define os processos a serem mapeados;
2. Mapeamento: Diagramação e descrição do fluxo do processo;
3. Análise e Redesenho do Processo: Análise da situação atual, redesenho e melhoria dos processos, criação de indicadores de desempenho.
4. Implementação: Normatização e implementação dos processos melhorada.

Com o mapeamento dos processos é possível identificar em quais etapas de um fluxo de trabalho há interação com as Superintendências Estaduais da Funasa, quais são suas atividades, insumos, entradas e saídas. Esse tipo de levantamento favorece o gerenciamento das atividades desenvolvidas pelas Superintendências, bem como transparece a interação entre as unidades central e descentralizadas.

Os Macroprocessos Finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que dar-se-á, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Com base em suas atribuições, foram identificados na Funasa três macroprocessos finalísticos: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações de Saúde Ambiental e Gestão de Convênios.

Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública

Unidade responsável pelo macroprocesso: Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP

Quadro 2 - Quadro Descritivo do Macroprocesso - Saneamento Ambiental

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública	<p>Proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa.</p> <p>As Superintendências Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.</p>	<p>Obras de engenharia voltadas para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Resíduos Sólidos, Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), Melhorias Habitacionais para controle da Doença de Chagas (MHCDC), construção de Cisternas e Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).</p>	<p>Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.</p>	<p>Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP),</p> <p>Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP).</p>

Gestão de Ações de Saúde Ambiental

Unidade responsável pelo macroprocesso: Departamento de Saúde Ambiental – DESAM

Quadro 3 - Quadro descritivo do macroprocesso - Saúde Ambiental

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Saúde Ambiental	<p>Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.</p> <p>No âmbito deste macroprocesso, as Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.</p>	Ações de Controle da Qualidade da Água (CQA), Educação em Saúde Ambiental, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Gestão de Ações Estratégicas de Saúde Ambiental.	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Departamento de Saúde Ambiental (DESAM) e Serviço de Saneamento Ambiental (SESAM).

Gestão de Convênios

Unidade responsável pelo macroprocesso: Departamento de Administração – DEADM e Coordenação Geral de Convênios – CGCON.

Quadro 3 - Quadro Descritivo do Macroprocesso - Convênios

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Convênios	Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória). As Superintendências Estaduais operacionalizam uma etapa deste macroprocesso atuando na celebração, prestação de contas e no controle das execuções dos convênios, prestando as informações necessárias à Presidência da Funasa.	Execução e acompanhamento da Gestão de Convênios	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Coordenação Geral de Convênios (CGCON) e Serviço de Convênios (SECOV).

O mapeamento inicial dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de “Gestão de Convênios”, bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo. Esse mapeamento foi realizado pela Coordenação de Modernização/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Deadm e serviu de subsídio para a identificação das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados abaixo:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Em outubro de 2014 foi iniciado um novo ciclo de mapeamento dos processos de gestão de convênios no âmbito da Coordenação Geral de Convênios – CGCON, ainda em andamento, no intuito de melhorar continuamente os processos anteriormente mapeados, bem como normatizá-los, sendo eles:

1. Celebração de Convênios
2. Instruir para Repasse de Recursos
3. Aditivos de Instrumentos de Repasse
4. Prestação de Contas de Transferências Voluntárias
5. Prestação de Contas de Transferências Obrigatórias
6. Controlar Dados de Convênios
7. Atender às Diligências dos Órgãos Externos

Os macroprocessos finalísticos mapeados e implementados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macroprocessos/index.htm>.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. Planejamento Organizacional

a) Informações sobre o Programa de Trabalho e as Estratégias de Execução.

O Programa de Trabalho da Funasa e suas Unidades Descentralizadas é definido a partir das diretrizes emanadas pelo Governo Federal, explicitado no Plano Anual de Trabalho - PPA para um período de abrangência de 4 anos. O seu desdobramento se dá por intermédio da Lei Orçamentária Anual, que dispõe sobre metas e prioridades de execução para o exercício.

A sua execução é realizada sob orientação dos Departamentos da Funasa, obedecendo o grau de responsabilidade inerente a cada uma delas, desdobradas em Planos de Ação que na sua proporção, são descentralizados para as Superintendências Estaduais.

A execução realizada por intermédio de transferências, são, após a seleção e assinatura de Termo de Compromisso, Convênio e Termo de Execução Descentralizada, encaminhados à Superintendências Estaduais, que faz o acompanhamento, por intermédio de análise documental, visitas técnicas e elaboração de relatórios de acompanhamento.

b) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação

O processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde - Funasa iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação que foi definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações). O uso desta ferramenta é decisivo no auxílio de acompanhamento na realização das tarefas. No geral, baseia-se no modelo Diagrama de Rede, utiliza tabelas no processo de entrada de dados, permite uso de subprojetos, possui recursos para agrupar, filtrar e classificar tarefas.

O MS Project vem sendo utilizado no planejamento, na implementação e no acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), e se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento consistiu na pactuação de um conjunto de medidas (Ações e Atividades), registradas no instrumento adotado - MS Project, consideradas indispensáveis ao enfrentamento das dificuldades reconhecidas pela instituição e, simultaneamente, daquelas suficientes para o alcance dos resultados almejados; sobretudo aqueles que guardam correspondência com as políticas públicas, planos, programas, objetivos e metas governamentais de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Na primeira etapa deste processo, houve a definição das estratégias e diretrizes gerais do Plano de Ação realizada durante reuniões agendadas especificamente para este fim (reunião de diretoria e reunião de diretoria ampliada). Definidas as estratégias e diretrizes gerais, cada diretoria consolidou no MS Project, as ações necessárias que lhes competem executar, levando-se em consideração atividades, tempo e recursos (humanos, logísticos e orçamentários).

Em um segundo momento as diretorias identificaram no conjunto de ações e tarefas registradas no MS Project, aquelas que são de competência e responsabilidade das Superintendências Estaduais (SUEST) e que, portanto, deverão ser objeto de desdobramento nos Planos de Ação das Suest.

Após esta etapa, as ações e tarefas propostas em cada área técnica são apresentadas em reunião de diretoria, no MS Project, para socialização das informações, pactuação de prazos e demais considerações pertinentes.

Por fim, após o nivelamento em reunião de diretoria, as ações e tarefas, registradas no MS Project, foram apresentadas em reunião de planejamento, com a participação das áreas técnicas da Presidência e das Superintendências Estaduais (SUEST), para pactuação e deliberação quanto aos possíveis desdobramentos, responsáveis e prazos no nível das Superintendências

c) Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Com base nos parâmetros de dificuldades encontradas no decorrer dos anos, esta Funasa vem evidenciando esforços para continuar reformulando sua forma de planejar, portanto a qualidade do planejamento da Funasa, entretanto, não se desenvolve da soma de planos pontuais e isolados bem-sucedidos, mas se evidencia no grau de responsabilidade e de coordenação constante com que a organização da instituição seleciona, atribui e monitora um conjunto integrado de realizações.

A determinação de objetivos estratégicos, operacionais e de coordenação é essencial dentro do planejamento da Funasa, porém, insuficiente, sendo necessário ainda, o comprometimento da direção.

d) Vinculação do plano da unidade com as competências institucionais e outros planos

O processo de planejamento, por competência institucional, está localizado no nível central da instituição, e conta, sempre que necessário, com a participação de representações das suas esferas estaduais. Conforme é de conhecimento foram definidos os seguintes componentes que conformam o arco do processo, desde a sua planificação até a sua avaliação: elaboração do referencial estratégico contemplando a missão institucional, visão de futuro e valores. Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015. As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão - que auxiliam no processo de monitoramento - e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional. A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição.

Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação a plano de trabalho, no ano de 2015, foi instituído para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e

prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por consequência, com os objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação.

e) Descrição dos objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2015 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

Para desenvolver as ações da Funasa a Suest- Pa, durante o exercício de 2015, inicialmente ajustou-se os cinco projetos da Suest, utilizando a ferramenta MS Project, conforme orientação da Presidência da Funasa e fruto de reunião de diretoria ampliada da qual participaram as chefias das cinco áreas.

Durante o exercício de 2015 foram inseridas no Plano de Ação, mediante utilização do MS Project, os cinco projetos, referentes as áreas de Engenharia Ambiental - Diesp, Saúde Ambiental - Sesam, Convênio - Secov, Recursos Humanos - Sereh e Administração - Diadm. Estes cinco projetos estão estratificados em 33 macroações definidas pela Presidência e desdobrada em 75 ações, 282 atividades/tarefas. Mensalmente se processava a atualização do Sistema logo após as reuniões, da qual participam todos os chefes de Divisão, Serviço, e algumas unidades, bem como alguns técnicos responsáveis por determinadas atividades. Todos participam do processo com amplo direito de opinar sobre as atividades de sua área, bem como, das demais áreas, considerando as interfaces.

Saneamento Ambiental

De forma semelhante à desenvolvida em 2014 a Suest-Pa buscou, em 2015, desenvolver a missão da Funasa através da Divisão de Engenharia de Saúde Pública para executar atividades da área de Saneamento Ambiental, conseguindo avançar através de atividades imprescindíveis ao processo de aprovação de projetos, que são, além da própria análise em si, de visitas técnicas e após aprovação e liberação de recurso, visitas de acompanhamento e elaboração de parecer. A Suest-Pa utilizou seis milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e trinta e um centavos (R\$ 6.382.369,31) para atingir os objetivos estabelecidos para 2015 custeando, entre outras despesas, locomoção e estadia dos técnicos e pessoal de apoio.

Neste exercício a Diesp conseguiu concluir 71% das atividades definidas no MS Project. Embora a Suest- Pa não tenha responsabilidade sobre nenhum dos níveis hierárquicos referentes ao PPA, o Saneamento Ambiental desenvolveu atividades que tem por finalidade contribuir com os resultados da ação orçamentária 20Q8 – Apoiar a implantação e manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental, vinculada ao programa 2068 Saneamento Básico, do PPA 2012-2015.

Através da Diesp, a Suest-Pa tinha como objetivo a ser alcançado o desenvolvimento de 9 das 33 macroações e 162 atividades. Estas atividades referem-se de alguma forma ao acompanhamento à 142 obras, sendo 85% destas do PAC. A Diesp programou 161 visitas para desenvolver o seu trabalho em 2015. Planejou também, analisar 218 relatórios mensais de acompanhamento (RMA) e 21 Relatório Consolidado de Acompanhamento - RCA, bem como emitir 161 Relatório de Avaliação de Andamento - RAA/RVT. Para desenvolver este trabalho a Suest-Pa pretendia utilizar 7% de seus recursos orçamentários e financeiros destinados ao custeio de diárias. A Diesp pretendia também, desenvolver outras ações voltadas ao Apoio à Gestão para Construção de Poços se propondo a perfurar 24 poços, distribuídos por 02 municípios do Estado e em relação a manutenção e limpeza em 20 poços em 02 municípios. Embora o apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico não seja de responsabilidade exclusiva da Diesp, uma vez que

este apoio é coordenado pelo Gabinete da Superintendência, através do NICT - Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica, composto por servidores tanto do Diesp, quanto do Sesam, Secov e Gabinete-Astec, esta macroação está localizada no plano de ação - projeto - do Diesp. Assim foi proposto para 2015: aprovação de produtos referentes a 09 convênios e emissão de relatório final de 06 convênios; Cumprimento da Portaria de Cooperação Técnica Funasa nº 28 de Janeiro de 2015 - apoiar tecnicamente 07 municípios para elaboração do PMSB; apoiar tecnicamente autarquias municipais de saneamento básico; estabelecer parcerias para capacitação e apoio aos municípios na elaboração do PMSB.

Considerando a atual situação vivenciada pela administração pública, em termos de recursos orçamentário-financeiros e de profissionais, projetou-se desenvolver as ações com o mínimo de recursos disponíveis, enfrentado o risco de não alcance das metas estabelecidas. Assim, durante o exercício de 2015, avaliou-se que com o volume de recurso orçamentário liberado para 2015 e com a manutenção dos 09 engenheiros, sendo 04 temporários e 02 servidores com formação em engenharia e apenas 03 engenheiros efetivos, seria possível alcançar os resultados propostos. Os temporários seriam desligados do Órgão em dezembro de 2015. No entanto, para o bem do desempenho das ações da Funasa e, especificamente da Suest-Pa, foi prorrogado para dezembro de 2016, por conta do 2º Termo Aditivo, ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2013.

Saúde Ambiental

A área de Saúde Ambiental, que compõe a missão institucional, criada em 2010, tem como competência planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental; controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

Esta área, assim como a anterior, também desenvolve ações que fazem parte do PPA 2012-2015, desenvolvendo atividades referentes à Ação Orçamentária 20T6 - Fortalecimento da Saúde Ambiental para redução dos riscos à saúde humana em municípios com menos de 50.000 habitantes – vinculado ao programa 2015 Aperfeiçoamento do SUS. A Suest-Pa, seguindo as orientações estabelecidas pela Presidência, desenvolveu, também, ações cujos resultados auxiliaram o desempenho da ação orçamentária 20AF – Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano e 6808 – Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental, ambas vinculadas ao programa 2068 Saneamento Básico.

Para alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos como controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público e fomento à Educação em Saúde o Sesam objetivou desenvolver 03 macroações, 15 ações com 61 atividades. Pretendia desenvolver capacitação de técnicos municipais envolvendo 16 técnicos de 05 municípios; dar apoio laboratorial e operacional à 06 municípios analisando amostras de água de 06 municípios com a intenção de alcançar 50 amostras de água analisadas. Se propôs ainda, a implantar solução alternativa de tratamento de água em 02 municípios, garantindo seu monitoramento. Planejou atender 15 comunidades especiais (indígenas, ribeirinhos e quilombolas) com ações de controle de qualidade da água.

Em relação à Educação em Saúde Ambiental foram planejadas ações voltadas para o apoio aos municípios em relação a população beneficiária com obra da Funasa, através de promoção de ações em 08 municípios; Executar o acompanhamento dos núcleos de educação em saúde ambiental implantados em 02 municípios; apoiar e acompanhar as ações de educação em saúde em 10 municípios com convênio com a Funasa; atuar junto à 02 comunidade rurais especiais em situação de vulnerabilidade e; fazer acompanhamento técnico de 05 convênios de educação em saúde ambiental 2012 e 03 convênios de educação em saúde ambiental 2013. Além destas ações o

Sesam também está envolvido com o projeto Remediar, em relação ao gerenciamento de áreas possivelmente contaminadas, em fase de preparação da equipe no estado. Outra ação que se propôs desenvolver diz respeito a avaliação de impacto e monitoramento das ações da Funasa na saúde e qualidade de vida da população beneficiada em 06 municípios. Se propôs a desenvolver ações relacionadas a situação de desastre; e finalmente, apoiar a 07 municípios na implantação de projetos de saneamento nas ações de saúde e educação em ambiental através de assessoramento.

Convênio

O Secov – Setor de Convênios – é o responsável pelos procedimentos a serem adotados em relação aos instrumentos de repasse sob responsabilidade da Suest e embora tenha 18 servidores, destes, 02 servidores foram aprovados em concurso público temporário, no final de 2013, cujo período expira em 31.12.2017.

Em relação ao Plano de Ação da Suest-Pa, o Secov planejou desenvolver ações como promover 03 interlocuções com órgãos de controle; apoiar a gestão de convenientes/compromitentes; desenvolver o tratamento de 145 instrumentos de repasse pendentes de resolução (passivo) no período de 2012 a 2014; Desenvolver tratamento de 39 instrumentos de repasse inscritos em restos a pagar; Fazer o apostilamento de 32 empenhos não vinculados e; Monitorar, mensalmente, no SIGA as vigências expiradas dos instrumentos de repasse.

Administração e Gestão de Pessoas

A Suest-Pa também estabeleceu ações e atividades para áreas meio, e constam em seu Plano de Ação. A Administração teve como principais ações: Gestão Documental: instituir a subcomissão na Suest-Pa e encaminhamento do diagnóstico do acervo documental; Gestão de Frota: Alimentação do sistema - sicutweb; Atualização do cadastro de veículos; e Atualização do cadastro de multas e licenciamento; Regularização da frota: Levantamento junto ao Detran dos veículos vinculados ao CNPJ Funasa; Elaboração do plano de ação para regularização dos veículos identificados; Execução da regularização dos veículos identificados; Cumprimento IN 03/2008: Encaminhamento do Anexo II - Mapa de controle do desempenho e manutenção do veículo oficial referente a 2014; Encaminhamento do Anexo IV - Plano anual de aquisição de veículos - PAAV 2015; Contratação de locação de veículos: Levantamento das necessidades (estudo de viabilidade); Submeter a presidência para análise quanto aos critérios de contratação; Administração predial: Reforma/ampliação predial da Suest; Contratação da execução da obra e outras atividades; Patrimônio: saneamento dos bens imóveis; Transferência dos bens móveis para a Sesai; Implementação da agenda ambiental (gestão sustentável); Aquisição direta de passagens aéreas; Melhoria do ambiente de trabalho, de acordo com a disponibilidade orçamentária; Levantamento de pendências junto aos órgãos fiscalizadores.

A Área de Gestão de Pessoas, desenvolvida pelo Sereh teve como ações: Definição do quadro de lotação ideal; e Criação de repositório de conhecimento.

DESAFIOS PARA 2016

Em relação a 2016 o risco de se ter um alcance de metas abaixo do alcançado em 2015 é grande, considerando o contexto político-econômico atual, havendo a possibilidade de contingenciamento de recursos financeiros e a provável não realização de concurso público para servidores efetivos, bem como a aposentadoria prevista para 37% dos servidores ativos em todas as áreas. O que também oferece risco para o desenvolvimento das ações na Suest-Pa em 2016 é o desligamento dos temporários que foi estabelecido para final deste exercício. Em relação aos

servidores temporários há sempre o risco, para a instituição, dos profissionais encontrarem novas oportunidades e deixarem a instituição, antes mesmo do final do contrato.

1.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

A Funasa realiza o monitoramento da execução de suas ações e apuração de resultado dos planos de ação anuais e do Plano Plurianual - PPA, por intermédio da Coordenação de Acompanhamento e Avaliação (Coava), que faz parte da Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação (Cgpla), na Diretoria Executiva (Direx).

Para o acompanhamento da execução das ações de engenharia de saúde pública e de saúde ambiental via transferência de recursos, a Funasa desenvolveu o Sistema Integrado de Ações da Funasa (SIGA), onde se acompanha todas as operações físicas e financeiras das transferências realizadas, centralizando todos os sistemas utilizados nas atividades finalísticas da instituição, englobando o Sistema Integrado de Gerenciamento de Obra (SIGOB), Sistema de Convênios (SISCON) e o Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento (SIGESAN), podendo o usuário realizar todas as suas atividades em um único sistema.

Os planos de ações anuais pactuados são elaborados e acompanhados com a utilização da ferramenta MS Project, via web, disponível na página da Intranet da Funasa, com visualização a todos os membros da Fundação - Presidência e suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais (Suest), onde são retratados os compromissos e atividades de todas as áreas, para o cumprimento das metas assumidas pela instituição no exercício em curso. A atualização das informações nessa ferramenta é realizada pelos gerentes de projetos indicados pelas áreas técnicas.

No link do MS Project fica disponível, também, a Avaliação dos Projetos, que traz a representação gráfica do andamento de cada projeto, com atualização diária.

As informações disponibilizadas nesta ferramenta são utilizadas como subsídio para reuniões de diretoria e de Diretoria Ampliada, com a participação dos Diretores, Coordenadores Gerais, Coordenadores, técnicos e dos Superintendentes Estaduais na Presidência e nas Reuniões de Colegiado - Corege, nas Superintendências Estaduais.

O Plano Plurianual é monitorado via Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde as metas sob responsabilidade da Funasa estão descritas e o acompanhamento no sistema tem periodicidade semestral, tendo como fonte de informação, os relatórios gerenciais das áreas técnicas de engenharia e de saúde ambiental e dados extraídos do Sistema Integrado de Ações da Funasa - SIGA, de uso específico da Funasa.

São monitoradas ainda, as metas definidas no Plano Anual de Saúde, com a utilização do sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados-e-Car, do Ministério da Saúde, com acompanhamento mensal.

O monitoramento também é feito com a utilização da ferramenta Business Intelligence-BI, onde foram definidos alguns parâmetros de pesquisa que permitem a confecção de relatórios com informações referentes a execução das atividades. Estes parâmetros estão representados por indicadores, que apresentam resultados de fases da execução dos convênios. Os indicadores estão focados na área de saneamento e estão sendo pensados o desenvolvimento de outros, para as demais áreas.

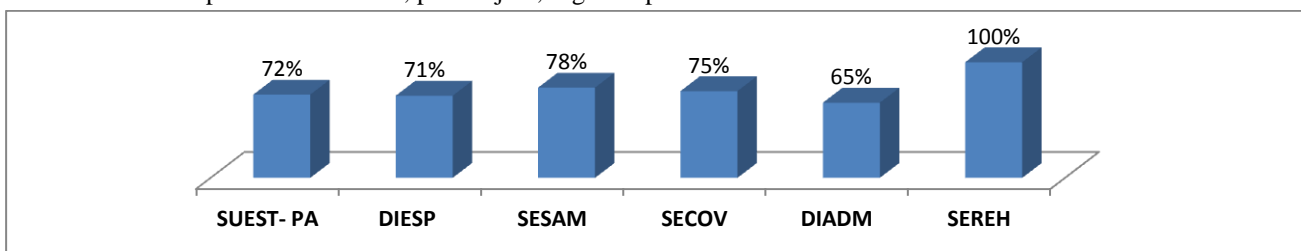
Resultados do Plano de Ação da Superintendência Estadual do Pará

A Suest Pará, seguindo as orientações da Presidência e cumprindo pactuações, mantém um monitoramento constante de seus projetos, fazendo reuniões quinzenais no primeiro semestre e por reivindicação dos responsáveis pelas áreas, passou a ser mensal. Este processo de monitoramento e alimentação dos projetos sob a responsabilidade da Suest-Pa tem ocorrido semanalmente, mesmo que a reunião geral não ocorra com esta periodicidade. A seguir apresenta-se, resumidamente, o desempenho de cada projeto/área, com suas ações e atividades. Trata-se da operacionalização das ações da Funasa, no Estado do Pará.

Saneamento Ambiental

A Suest-Pa alcançou o índice de 72% das ações concluídas em 2015, sendo que o melhor desempenho coube ao Sereh com 100% de ações concluídas, em seguida está o Sesam com 78%, Secov com 75%, Diesp com 71% e Diadm com 65% e o Sereh que alcançou 100% de suas metas, conforme gráfico abaixo.

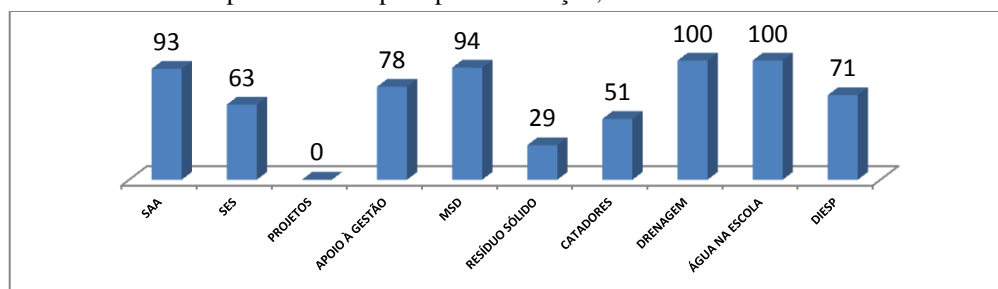
Gráfico 1 - Desempenho da Suest-Pa, por Projeto, segundo percentual de conclusão das metas estabelecidas em 2015



Fonte: Funasa/Suest-Pa/Gabi-Astec/03.2016

A Diesp, com 71% de seus resultados concluídos, desenvolveu 9 macroações, ver Gráfico 2, conseguindo executar em 100% apenas duas, considerando que 33% destas macroações dependiam de ações anteriores da Presidência. Das 33 ações, conseguiu concluir 39,4% e 41% de suas 162 atividades. Em suas 9 macroações desenvolveu 97,7% das visitas programadas, analisou e atestou 99% dos 218 relatórios mensais de acompanhamento (RMA). Este relatório refere-se apenas a projetos de sistema de abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário. Em relação aos 21 Relatório Consolidado de Acompanhamento - RCA foram analisados e atestados 90. Em 2015 foram analisados 116% dos 19 projetos previstos, sendo aprovados 71% dos 14 projetos previstos. Dos 8 projetos de engenharia previstos passar por reanálise, 50% foram reanalisados, e 25% conseguiu aprovação. Esta situação demonstra em parte, a dificuldade técnica dos convenientes.

Gráfico 2 - Desempenho da Diesp-Pa por Macroação, em 2015



Fonte: Funasa/Suest-Pa/Gabi-Astec/03.2016

Para desenvolver o projeto Diesp a Suest-Pa utilizou 3,7% do recurso recebido, aplicou 85% deste recurso em diárias. A Diesp desenvolveu ainda, outras ações voltadas ao Apoio à Gestão para Construção de Poços se propondo a perfurar 24 poços, distribuídos por 02 municípios do Estado realizando também ações de manutenção e limpeza em 20 poços em 02 municípios. A produtividade foi muito baixa quando se compara ao exercício anterior em decorrência da dificuldade dos municípios em adquirirem insumos para desenvolver as atividades.

Uma outra ação que não é de competência exclusiva da Diesp diz respeito ao apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB, estabelecido pela Lei Federal 11.445/2007. Na Suest-Pa este apoio é coordenado pelo Gabinete da Superintendência, através do NICT - Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica, composto por servidores da Diesp, Sesam, Secov e Gabinete-Astec, esta macroação está localizada no plano de ação do Diesp. Em 2015 foram aprovados 78% dos produtos referentes a 07 planos municipais e emitiram 07 pareceres finais em relação aos convênios, mas o previsto era de 06 convênios; A Suest-Pa não conseguiu cumprir a ação referente à Portaria de Cooperação Técnica Funasa nº 28 de Janeiro de 2015 no que se refere ao apoio técnico às autarquias municipais de saneamento básico, por falta de interesse dos gestores. Em relação ao apoio técnico a sete municípios para elaboração do PMSB, foi concluída com 100% de aproveitamento, especialmente porque são municípios sem convênio com a Funasa para a elaboração deste importante plano. A Suest conseguiu estabelecer parceria para capacitação e apoio aos municípios na elaboração do PMSB, com a Universidade Federal da Amazônia - UFRA. Este convênio possibilita apoiar 40 municípios no estado do Pará, de acordo com critérios como população de até 50 mil habitantes, IDH, e outros estabelecidos pela Funasa.

A Suest-Pa tinha sob sua responsabilidade operacional, em 30.12.2015, conforme o sistema /BI - Business Intelligence/Oracle - quatrocentos e três (403) instrumentos de repasse e dentre estes um passivo considerável, referentes ao período 2002-2014. Cerca de duzentos e quarenta e três (243) instrumentos, cujas obras não estão concluídas ainda, e que precisam de acompanhamento técnico-administrativo, e, por questão de análise de prestação de contas. A Superintendência tem atualmente nove engenheiros, número insuficiente para fazer o enfrentamento às ações em execução, haja vista que, a Funasa vem fazendo transferência de recursos para 100% dos municípios com até 50 mil habitantes no Pará. A população estimada para o Estado do Pará para o ano de 2015 foi de 8.175.113 habitantes (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2015). Em 2015 a Suest-Pa beneficiou 137.173 habitantes com suas 40 obras concluídas.

Saúde Ambiental

O Sesam, desenvolveu 03 macroações e 15 ações com 61 atividades, através das equipes da Unidade de Controle da Qualidade de Água - URCQA - e da Educação em Saúde - Saduc. A primeira alcançou 81% dos resultados, considerando que algumas ações para serem desenvolvidas precisavam da intervenção prévia da Presidência, o que não foi possível acontecer. As ações capacitação de técnicos municipais em Controle de Qualidade da Água, Apoio laboratorial e operacional através de análise de amostras de água, foram bastante exitosas, alcançando percentuais acima de 200%, do programado. A Implantação de solução alternativa de tratamento de água em 02 município e seu monitoramento, também alcançaram resultados bastante positivos com alcance superior a 200%. O Atendimento de 15 comunidades especiais (indígenas, ribeirinhos e quilombolas) com ações de controle de qualidade da água, foi ultrapassada, alcançou 267% de resultado. De acordo com Relatório de Gestão do Sesam, o alcance das metas referentes a coletas de amostras de água e análises foram em muito ultrapassadas, considerando as demandas espontâneas. As macroações referentes à aquisição de unidade móvel de controle de qualidade da água, locação de balsa e/ou aquisição de UFCQA, contratação de empresa para realizar a manutenção preventiva, corretiva e calibração de equipamentos de laboratório de análise de água para consumo humano, inserção de laboratórios de CQA na rede nacional de laboratórios de saúde

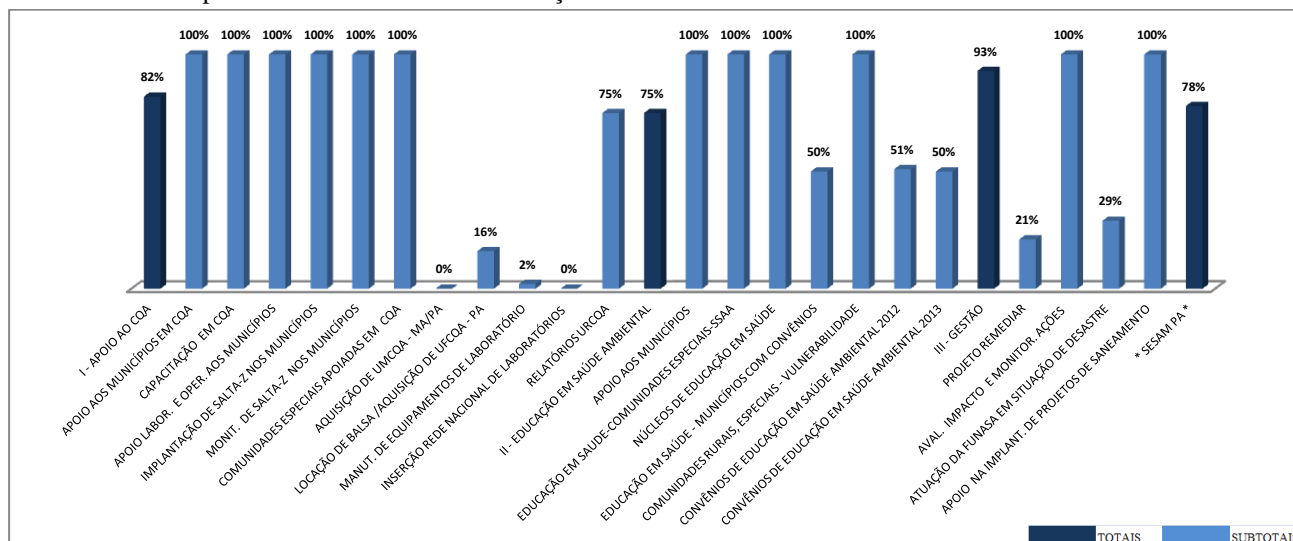
pública, não foram desenvolvidas considerando necessitarem da atuação prévia da Presidência. Entretanto a Suest-Pa, no final do exercício, recebeu recurso para adquirir uma embarcação, para poder viabilizar as ações desta área principalmente nas regiões ribeirinhas. O veículo será entregue no exercício de 2016.

A área de Educação em Saúde concluiu 75% de suas ações, a ação promoção de ações de educação em saúde ambiental nas comunidades especiais com sistema de abastecimento de água simplificado construídos com recurso Funasa, alcançou o resultado planejado com ações como: Diagnóstico participativo na comunidade; elaboração da proposta de plano de trabalho; realização de uma oficina com a comunidade beneficiada; pactuação de ações de continuidade com a comunidades e gestores; e acompanhamento das ações em 08 municípios. E ainda, uma Oficina de Educação em Saúde Ambiental. A ação apoio e acompanhamento das ações de educação em saúde em municípios com convênios com a Funasa, alcançou o planejado. Em relação às ações acompanhamento técnico dos convênios de educação em saúde ambiental 2012 e 2013, o alcance chegou a 50%, considerando a centralização dos Projetos do Programa de Fomento de Educação em Saúde na Presidência e demora na liberação do recursos financeiros, fazendo com que os convenientes ainda se encontrem em fase de processos licitatórios, impedindo o início de sua execução, propriamente dita.

A macroação intitulada Gestão alcançou 93% do programado, entretanto algumas ações foram totalmente desenvolvidas pela presidência como o projeto Remediar e Gerenciamento de áreas possivelmente contaminadas e Atuação da Funasa em situação de desastre. A ação Avaliação de impacto e monitoramento das ações da Funasa na saúde e qualidade de vida da população, foi desenvolvida, pela Suest, envolvendo 06 municípios, e alcançando 100% da meta. Assim como, Apoio aos municípios na implantação de projetos de saneamento nas ações de saúde e educação ambiental, envolvendo 07 municípios.

Estas macroações, de competência do Sesam, foram viabilizadas com 3,97% dos recursos descentralizados para a Suest Pará, sendo que, em relação às diárias utilizadas pela Suest corresponde à 26% aplicado às ações do Sesam. Abaixo consta o gráfico 3, retratando as macroações desenvolvidas pelo Sesam.

Gráfico 3 - Desempenho do Sesam-Pa através de Ações Desenvolvidas em 2015



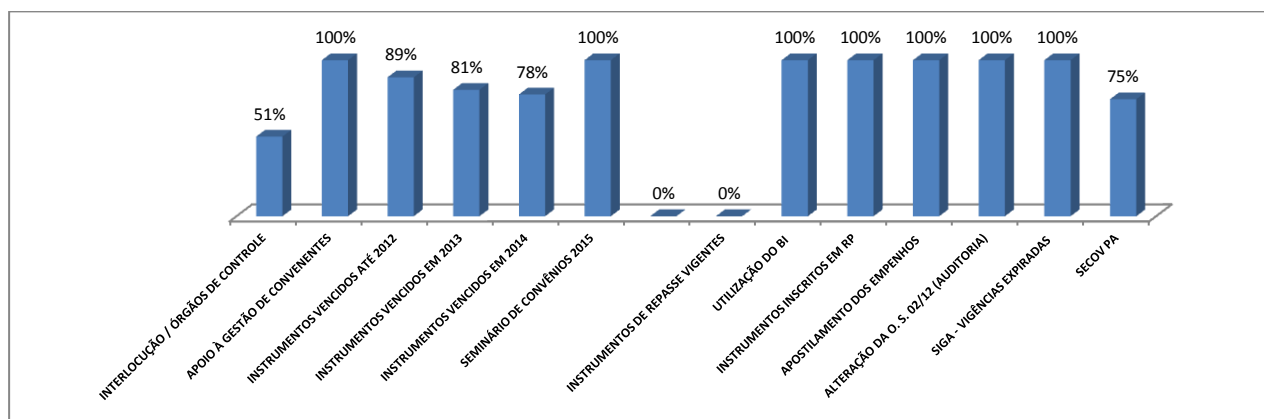
Fonte: Funasa/Suest-Pa/Gabi-Astec/03.2016

Convênios

O Secov em 2015 conseguiu efetivar 75% de suas ações, que tem como objetivo principal a gestão das transferências de recursos mediante instrumentos de convênios e ou repasse.

No Plano de Ação da Suest-Pa, o Secov desenvolveu ações como promover 03 interlocuções com órgãos de controle, mas, alcançou apenas 51% da meta, assim como, em relação à ação tratamento dos instrumentos de repasse pendentes de resolução (passivo) conseguiu concluir 82%, foram analisadas 103 prestações de contas, de um total de 145. Conseguiu alcançar 100% das ações: apoiar a gestão de convenientes/compromitentes; Desenvolveu tratamento de 39 instrumentos de repasse inscritos em restos a pagar; Tratou do apostilamento de 32 empenhos não vinculados; e Monitorou, mensalmente, no SIGA as vigências expiradas dos instrumentos de repasse. Apresenta-se a seguir o gráfico 4.

Gráfico 4 - Desempenho do Secov-Pa, por Ação desenvolvidas em 2015



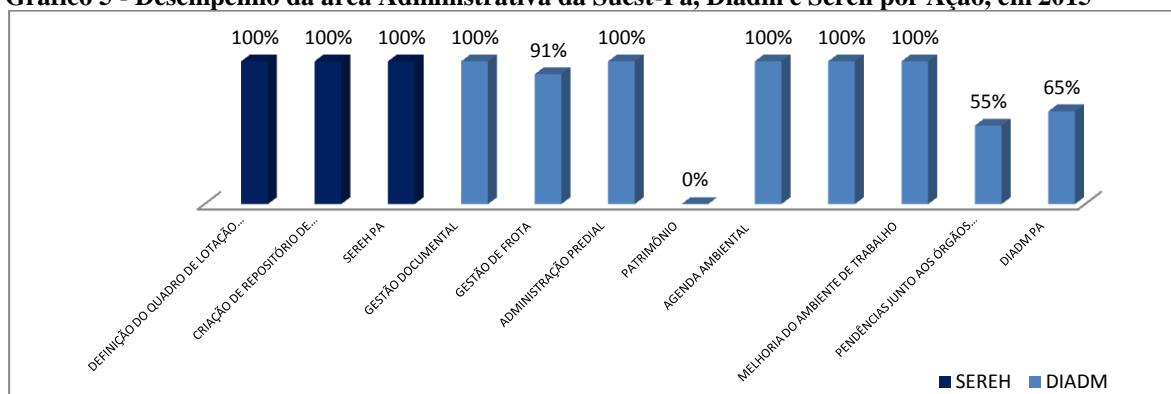
Fonte: Funasa/Suest-Pa/Gabi-Astec/03.2016

Administração

A Administração, através da Diadm teve as seguintes ações concluídas em 100%: Gestão Documental: instituir a subcomissão na Suest-Pa e encaminhamento do diagnóstico do acervo documental, Administração predial, Implementação da agenda ambiental (gestão sustentável), Aquisição direta de passagens aéreas, Melhoria do ambiente de trabalho. As demais enfrentaram problemas como Gestão de Frota, Patrimônio e Levantamento de pendências junto aos órgãos fiscalizadores, por questões que não dependiam da ação da Diadm. Como exemplo, cita-se o patrimônio que não conseguiu desenvolver nenhuma de suas proposições, por conta da falta de atuação da empresa contratada pela Presidência.

A Área de Gestão de Pessoas, desenvolvida pelo Sereh teve como ações: Definição do quadro de lotação ideal e Criação de repositório de conhecimento, ambas alcançaram 100% da meta estabelecida. Ver gráfico 5.

Gráfico 5 - Desempenho da área Administrativa da Suest-Pa, Diadm e Sereh por Ação, em 2015



Fonte: Funasa/Suest-Pa/Gabi-Astec/03.2016

Além das ações contidas no Plano de Ação o Sereh atuou também, através do Socap - Setor de Capacitação - com a qualificação dos servidores da Suest-Pa . No exercício de 2015, a Suest-Pa conseguiu capacitar 56 servidores, destes 17 desempenham função gerencial. O total de participações em capacitação foi de 1,78 cursos por servidor. O Socap demonstrou ainda que 39% dos eventos se destinaram à área meio e 61% destinados à área fim. A não aprovação de descentralização do recurso financeiro, tal como solicitado tem impedido que mais servidores sejam capacitados. Em 2014 foram capacitados 91 servidores, 62,5% a mais, que em 2015. Cada servidor participou de 2,85% dos cursos. Em 2015 foram capacitados 30,7% dos servidores ativos lotados na sede, contrapondo-se ao exercício anterior em que foram capacitados 45,5%.

1.3. Desempenho Orçamentário

As Superintendências Estaduais não tem responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2012 – 2015, portanto os itens referentes a Programas, Objetivos e Ações não se aplica a esta UPC.

2.3.1. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não se aplica a esta UPC/UJ.

2.3.2. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 2 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2015	-	-	-	3.052,40
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	13.680,00	13.680,00	-	-
2014	176.174,56	158.087,85	12.901,47	5.185,24
2014	106.867,94	82.621,19	24.606,75	-
2015	-	-	-	784.960,91

Fonte: Siafi/Funasa/ Deadm/Cgofi/Suest-Pa - 03/2016

Análise Crítica

O saldo apresentado em Restos a Pagar Processados, 2015, diz respeito ao contrato de prestação de serviço de reprografia, sob o nº 03/2015, com vigência prevista até 08.11.2016.

Em relação a Restos a Pagar Não Processados referente a 2014 verifica-se que foram pagos 86%, sendo cancelados 12,6%, considerando que são saldos dos empenhos de contratos contínuos referentes ao mês de dezembro/2015, como telefonia, correios, e outros.

O pagamento dos valores de 2014 diz respeito à finalização do contrato 08/2013 - instalação e montagem de proteção contra incêndio. O saldo, correspondente a 1,7% refere-se à pendências de execução.

Quanto aos valores de 2015, constando em restos a pagar processados, significam 12,3% dos recursos liberados para o exercício diferentemente do exercício anterior, que deixou em restos a pagar apenas 5% das despesas realizadas. O Saldo de 2015, apresentado, diz respeito à continuidade da obra de reforma da subestação e recuperação da rede elétrica e adequação da guarita lateral do prédio, que está em fase de conclusão, aquisição de equipamentos ainda não entregues, da embarcação fluvial e carreta rodoviária para reboque também ainda não entregues, bem como equipamentos para área administrativa e despesas contínuas e consumos diversos. Consta ainda o valor devido ao contrato 01/2013, expirado em 02.07.2015, mas que por apresentar pendências foi retido o valor de vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos (27.356,16), registrados nesta categoria.

2.3.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

2.3.3.1. Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos

A prerrogativa para a celebração de instrumentos de repasse, assim como, também, a autorização para a transferência de recursos financeiros é exclusivamente da Presidência da FUNASA, cabendo às Superintendências Estaduais os atos subsequentes à celebração, tais como, controle de vigência, acompanhamento de execução dos respectivos objetos, etc, portanto este item não se aplica a esta UJ/UPC.

2.3.3.2. Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Receptores

Quadro 4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Fundação Nacional de Saúde				
UG/GESTÃO: 255014/36211				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	07	07
		Montante Repassado	3.510.474,51	3.504.901,20
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	02	05
		Montante Repassado	1.594.000,00	5.191.441,91
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	06	10
		Montante Repassado	2.526.750,51	13.231.460,43

Fonte: SIAFI/SICONV/FUNASA/Suest-PA/Secov/Sopre - 02/2016

2.3.3.3. Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

Quadro 5 – Situação da Análise das Contas Prestadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Fundação Nacional de Saúde (Presidência)				
CNPJ: 26.989.350/0001-16		UG/GESTÃO: 255014/36211		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do Relatório de Gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de Repasse	Outros
Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	01	02	-
	Quantidade Reprovada	02	05	-
	Quantidade de TCE instauradas	08	15	-
	Montante Repassado (R\$)	9.837.609,93	17.406.996,82	-
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	04	05	-
	Montante Repassado (R\$)	2.016.474,51	5.191.441,91	-

Fonte: SIAFI/SICONV/FUNASA/Suest-PA/Secov/Sopre - 02/2016

2.3.3.4. Visão Gerencial dos atrasos na análise das Contas Prestadas

Quadro 6 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Nacional de Saúde - Funasa					
UG/GESTÃO: 255014/36211					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
Contratos de repasse	0	0	0	0	01

Fonte: SIAFI/SICONV/FUNASA/Suest-PA/Secov/Sopre - 02/2016

Análise Crítica

A Suest-Pa, através do Secov, e especificamente do Sopre tem adotado medidas previstas nas normativas que norteiam o trabalho nesta área, para sanear a situação de inadimplência nas prestações de contas como notificação do gestor a fim de que apresente suas contas nos prazos determinados. Caso isto não ocorra, o gestor é inscrito na conta Diversos Responsáveis no SIAFI e o município em inadimplência, causando instauração de Cobrança Administrativa ou Tomada de Contas Especial, dependendo do valor pactuado. Em 2015 deveriam ter sido apresentadas 21 prestações de contas em relação ao exercício 2015, e foram apresentadas 67%, Quadro 4.

As oscilações no repasse de recursos se dão devido ao comprometimento ou não das entidades quanto às execuções físicas e financeiras dos objetos pactuados; se as mesmas estão comprometidas e executam os objetos corretamente, os recursos continuarão a ser repassados,

conforme pactuado, de acordo com as aprovações das áreas física e financeira, o contrário ocorre no caso do não comprometimento das entidades.

De acordo com o Secov foram transferidos no âmbito da Suest-Pa cento e vinte e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, cento e noventa e oito reais e cinco centavos (R\$ 128.457.198,05), no período de 2012-2015, Quadro 7, sendo que o maior volume transferido ocorreu em 2012, entende-se que os convenentes ainda não estão conscientes de seu papel frente as necessidades da população, procuram prestar contas do recurso transferido, por conta disso as parcelas não são liberadas, inicialmente por falta de prestação de contas e a consequente inviabilização de liberação de parcelas. O importante é que houve uma maior agilização por parte da equipe de analistas, os valores repassados anualmente demonstram uma diminuição até 2014 e uma tendência de aumento nos repasses, verificando o valor repassado em 2015. Além disso, embora se tenha um número pequeno de profissionais engenheiros e de analistas de prestação de contas, há um bom reflexo dos contratos feitos com empresas de engenharia, pela presidência da Funasa, para acompanhamento de obras, e que foram encerrados no final de 2015.

Quadro 7 - Recursos Transferidos por meio de Convênio ou Termo de Compromisso no período 2012-2015, no âmbito da Suest-Pa

Período	Recurso Transferido
2012	49.734.195,69
2013	35.102.540,60
2014	15.971.147,34
2015	27.649.314,42
Total	128.457.198,05

Fonte: Funasa/ Suest-Pa/Secov-03.2016

As contas são analisadas de acordo com o envio das informações e documentos por parte das entidades, que deveriam respeitar os prazos estipulados na legislação de convênios. Conforme as prestações de contas são protocoladas na Superintendência, os setores envolvidos expressam seus entendimentos como analistas, buscando sempre respeitar os prazos. Mas, observa-se também, o volume de prestações de contas que chegam ao mesmo tempo em determinados períodos e muitas extemporaneamente, provocando acúmulo de processos a serem analisados pelos servidores responsáveis.

As áreas de Convênio e Engenharia têm unificado esforços para cumprir os prazos de análise dentro da legislação, esforço esse que já tem diminuído consideravelmente o volume de processos estáticos, fazendo com que muitos alcancem o seu encerramento, que se divide em Aprovações, não Aprovações, Tomadas de Contas Especiais e Cobranças Administrativas, com isso gerando mais produtividade.

Embora se tenha todo um aparato legal para fazer com que os convenentes cumpram seu papel, há uma grande dificuldade no momento da prestação de contas. Em 2015, 21 convenentes deveriam apresentar suas contas, no entanto, apenas 67% deste total apresentou. Quanto aos exercícios anteriores, acrescentando ao total de convenentes que deveriam prestar contas, verifica-se que 43% destes, não apresentaram. De certa forma é um sinal positivo, porque os convenentes mais novos demonstram estar mais atuantes, e ainda porque ocorreu uma maior fiscalização nas obras, por conta dos contratos para acompanhamento. No Relatório de Gestão de 2013 foram apresentadas com prazo de análise vencidas 47 prestações de contas e em 2014 56 prestações de contas. Em 2015 verifica-se apenas 01, Quadro 6. Esta situação deve-se ao grande passivo que existia e que durante os exercícios de 2014 e 2015 a Superintendência, por força de determinação do TCU, bem como, a implementação de uma força tarefa adotada pela Presidência, e executada pela Suest-Pa, levaram a conclusão de muitas prestações de contas.

Embora se tenha melhorado muito o desempenho das equipes responsáveis, ainda é necessária uma intervenção mais impactante junto aos convenentes para que se garanta o cumprimento das normas, especialmente no momento da prestação de contas. As equipes responsáveis pelas análises ainda não conseguiram alcançar o grau de eficácia - porque não se conseguiu analisar todas as prestações de contas - e eficiência desejadas, por conta, inicialmente, do não comprometimento dos gestores que receberam os recursos, pela escassez e rotatividade de profissionais nos municípios, especialmente nesta área; pela estrutura de pessoal existente na área de engenharia, insuficiente para acompanhar o volume de obras, objetos dos instrumentos de repasse. Considera-se ainda como impedimento ao alcance de melhores resultados, a falta de supervisão técnico-financeira junto aos convenentes. Embora, ainda se enfrente muitos problemas, a Suest-Pa conseguiu analisar, em 2015, 72% das prestações de contas que deveriam ser analisadas.

O controle é realizado pela área de Convênios da Superintendência, que solicita e analisa as prestações de contas dos recursos repassados e então notifica para solução de possíveis impropriedades e/ou irregularidades, sendo essas passíveis de ser atestadas através de visitas feitas *in loco* nos municípios, o que acontece em casos em que o convenente ou comprometente não colabora com as informações solicitadas através de documentos ou em casos em que se verifica complexidade na gestão dos recursos por parte dos responsáveis. Outra parte do controle é a liberação das outras parcelas do recurso, quando a entidade estiver com as prestações de contas atualizadas e aprovadas pelas áreas técnica (engenharia) e financeira.

O objetivo de se transferir recursos de forma descentralizada é permitir autonomia das entidades receptoras dos mesmos para gerar as populações de determinadas áreas, acesso à saúde e dignidade em saneamento, levando estrutura e água tratada para as populações mais carentes e necessitadas desses benefícios, porém o que se tem visto é que, a maior parte das prestações de contas é reprovada por impropriedades e /ou irregularidades nas suas execuções, o que ocasiona obras incompletas, sem etapa útil e/ou mal feitas, causando assim prejuízo ao erário.

Em que pese todo esse panorama a efetividade é positiva, na medida em que se verifica que 40 obras foram concluídas em 2015 atingindo uma população de 137.173 habitantes, conforme informado pela Diesp, em municípios com baixo grau de desenvolvimento e especialmente, em relação a área de saneamento, de difícil captação de recursos financeiros e humanos para desenvolvê-los. Entende-se que a Funasa através da descentralização de recursos voltado para obras da área de saneamento, que objetivam garantir a base da saúde pública é um bom instrumento de inclusão social das populações dos municípios menores, que são a maioria no país, e correspondem a 69% dos municípios do estado do Pará.

2.3.3.5. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A Suest-Pa utiliza os Sistemas disponíveis pelo governo federal como Siafi e Siconv e conta com os seus sistemas internos Siga e BI que concentra as informações de todos estes sistemas. A Suest-Pa através do Secov elaborou um sistema, em Excel, utilizado pela equipe que faz o controle de vigência e parcelas e prestação de contas que tem evitado as perdas em relação a prazos, encaminhamento em menor tempo possível para pagamento de parcelas, cobrança de prestação de contas e notificações. Mas, é insuficiente considerando que a estrutura de profissionais é comprometida em seu quantitativo. A equipe do Secov conta com 18 profissionais, 10 estão lotados no Setor de Prestação de Contas. Destes, 06 atuam como analistas de prestação de contas, mas 02 são temporários. Além destes servidores, há a servidora responsável pela Cobrança Administrativa. Em tese, dividindo o total de instrumento de repasse - 243, exclusive os concluídos, pelo número de analistas estabelece-se que cada um dos seis servidores analisaria 40,5 prestações de contas, considerando apenas 01 apresentação por convênio/termo de repasse. Há a possibilidade desta equipe ficar menor ainda, haja vista que, 33% dos trabalhadores do Secov já estão aptos a se

aposentar. Lembra-se também, que em muitos momentos o Sopro não desenvolve a contento o seu trabalho por conta da falta da análise na área técnica - engenharia, que enfrenta a dificuldade de ter um quantitativo menor de profissionais, do que precisaria para desenvolver sua atividade.

2.3.4. Informações sobre a Execução das Despesas

2.3.4.1. Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 8 – Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: Fundação Nacional de Saúde		Código UO	36211	UGO	255014
Modalidade de Licitação		Empenhos liquidados		Valores Pagos	
		2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação		4.316.197,95	4.354.552,67	4.313.145,55	4.354.552,67
02	Convite	-	-	-	-
03	Tomada de preço	-	45.113,40	-	45.113,40
04	Concorrência	652.701,22	-	652.701,22	-
12	Pregão	3.663.496,73	4.309.439,27	3.660.444,33	4.309.439,27
10	Regime Diferenciado de Contratação	-	-	-	-
2. Contratações Diretas		622.219,48	506.056,01	622.219,48	506.056,01
06	Dispensa de licitação	1.520,00	4.120,00	1.520,00	4.120,00
07	Inexigível	620.699,48	501.936,01	620.699,48	501.936,01
3. Regime de Execução Especial		5.140,00	12.033,95	5.140,00	12.033,95
09	Suprimento de fundos	5.140,00	12.033,95	5.140,00	12.033,95
4. Pagamento de Pessoal		465.456,08	558.132,99	465.456,08	558.132,99
10	Pagamento em Folha	-	-	-	-
11	Diárias	465.456,08	558.132,99	465.456,08	558.132,99
5. Outros		188.394,89	152.793,04	188.394,89	152.793,04
11	Não se aplica	188.394,89	152.793,04	188.394,89	152.793,04
Total		5.597.408,40	5.583.568,66	5.594.356,00	5.583.568,66

Fonte: Siafi/Funasa/ Deadm/Cgofi/Suest-Pa - 03/2016

2.3.4.2. Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 9 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária		Fundação Nacional de Saúde		Código UO		36211		UGO		255014	
DESPESAS CORRENTES											
Grupo de Despesa	Elemento de Despesa		Empenhadas		Liquidadas		RP não processado		Valores Pagos		
			2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			111.569,57	157.697,72	111.569,57	157.697,72	-	-	111.569,57	157.697,72	
	08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	111.569,57	157.697,72	111.569,57	157.697,72	-	-	111.569,57	157.697,72	
2. JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			-	-	-	-	-	-	-	-	
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.404.271,59	5.049.138,99	5.107.549,09	4.697.287,06	296.722,50	351.851,93	5.107.549,09	4.694.234,66	
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	2.146.435,67	2.225.062,10	2.076.190,06	2.163.169,56	70.245,61	61.892,54	2.076.190,06	2.160.117,16	
	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	854.103,96	1.056.851,84	782.928,63	977.842,27	71.175,33	79.009,57	782.928,63	977.842,27	
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.228.398,32	871.184,77	1.188.237,30	813.333,12	40.161,02	57.851,65	1.188.237,30	813.333,12	
		DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO	1.175.333,64	896.040,28	1.227.267,40	742.942,11	115.140,54	153.098,17	1.060.193,10	742.942,11	
DESPESAS DE CAPITAL											
4 - INVESTIMENTOS			364.450,00	1.175.532,60	364.450,00	742.423,62	-	433.108,98	364.450,00	742.423,62	
	51	OBRAS E INSTALACOES	-	756.663,90	-	652.701,22	-	103.962,68	-	652.701,22	
	52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	364.450,00	418.868,70	364.450,00	89.722,40	-	329.146,30	364.450,00	89.722,40	

Fonte: Siafi/Funasa/ Deadm/Cgofi/Suest-Pa - 03/2016

Análise Crítica

A Suest-Pa recebeu durante o exercício de 2015 o montante de seis milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e trinta e um reais (6.382.369,31), entre corrente e investimento, cerca de 8,5% a maior em relação ao valor liberado para o exercício 2014. Deste total 81,6% destinados a custeio, 14,8% a menos que o ocorrido no exercício anterior. Quanto a investimento foram destinados 18,4% (Quadro 9). O maior volume de recursos foi utilizado pelo elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros - PJ envolvendo 19 contratos, sendo 05 iniciados em 2015. Aqui foram empregados 44% dos recursos correntes recebidos. A maior parte dos recursos, 92,3% foram aplicados no programa de trabalho Administração da Unidade. Este programa contempla ações referentes a gestão administrativa da Superintendência e ainda aquelas que se referem a área de recursos humanos.

A Suest-Pa continua garantindo todo o aparato logístico aos servidores tutelados de justiça, que envolve exames e consultas médicas especializadas, locação de veículos, agenciamento de passagens e diárias, hospedagem e fornecimento de medicamentos. Esclarece-se que estes servidores foram redistribuídos para o Ministério da Saúde, mas que por questões diversas continuam sendo apoiados neste aspecto pela Funasa. Este apoio utilizou em 2015, 26,3% - um milhão, seiscentos e oitenta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos (R\$ 1.681.344,65) do total de recursos destinados a Suest. A natureza de despesa de maior custo foi a de medicamentos correspondendo a 39% do valor alocado para este atendimento. Em segundo lugar com 22% está o serviço de agenciamento de passagem aérea e em terceiro a hospedagem que significa 21,5% (Quadro 10). Foram atendidos trezentos e vinte e sete (327) servidores tutelados em 2015. De acordo com o Chefe do Sereh, este número poderia ter sido maior, se a greve, de servidores públicos federais, ocorrida entre junho-agosto/2015, não tivesse interrompido as atividades na Suest. Comparando com o exercício anterior, a Suest atendeu 27,7% a mais de servidores e foram gastos 16,7% a menos do que o ocorrido em 2014. Cada servidor em 2014 significou à Funasa 37,4%, enquanto que em 2015 significou financeiramente 30,6%, em relação ao recurso destinado aos custos para este atendimento.

Quadro 10 - Despesas Realizadas com Atendimento aos Tutelados de Justiça, em 2015

Contrato	Objeto	Natureza de Despesa	Valor
01/2015	Fornecimento de medicamento por demanda, tabelado (decisão judicial)	339039	659.632,54
04/2013	Serviço de agenciamento de passagem aérea	339033	364.715,13
10/2011	Hospedagem	339039	362.468,54
01/2014	Exames especializados e Consultas médicas	339039	135.540,00
01/2013	Locação de veículos	339033	135.455,44
03/2012	Exames laboratoriais	339039	22.983,00
-	Ressarcimento	339093	550,00
Total			1.681.344,65

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Diadm/Saofi - 03.2016

As aquisições de bens e serviços são realizadas, em sua maioria, através da modalidade de licitação pregão, significando 77% do recurso empenhado (Quadro 8) Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação). Em relação à modalidade Dispensa de Licitação foram utilizados 0,03% do recurso empenhado, ocorreu em razão de um treinamento de informática. Quanto a Inexigibilidade foram gastos 11% em decorrência de contratos junto a fornecedores de energia elétrica - Celpa, água - Cosanpa, serviços de postagens de correspondências - Correios, EBC, eventos de capacitação e Serviço de Agenciamento de passagem aérea. Este último começou a ser processado no exercício 2015. Nesta modalidade foram utilizados 23,7% dos recursos, a mais que no exercício anterior. O item 5. Outros - Não se aplica - apresenta um valor

correspondente a 3,4% voltado para o auxílio funeral. Em relação ao recurso de investimento a Suest-Pa recebeu um valor 222,5% maior que o recebido em 2014. O valor de um milhão, cento e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e sessenta centavos (R\$ 1.175.532,60) em investimento foi aplicado na aquisição de uma embarcação fluvial e uma carreta para rebocá-lo, que serão utilizados nas ações de controle de qualidade da água, e ainda, equipamentos como arquivos e aparelhos de ar condicionado.

Observando o Quadro 9 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, verifica-se que o grupo de despesa 39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, é o mais significativo com 44% do recurso de despesas correntes empenhado, são contratos existentes, garantindo sua manutenção e outros novos, como aqueles voltados para o atendimento dos tutelados de justiça. O segundo grupo de despesa é o 37 - locação de mão de obra significando 21% do total de despesas correntes empenhadas. Deste total 32% foram gastos na aquisição de passagens aéreas para o grupo de tutelados de justiça. O terceiro maior volume de recursos utilizado refere-se a passagens e despesas com locomoção, significando 17%. A categoria Demais Elementos do Grupo contempla Diárias - pessoal civil 9,2%, material de consumo 7,9%, indenizações e restituições 0,3%, obrigações tributárias 0,2% e despesas de exercícios anteriores.

Em restos a pagar não processados em 2015 ocorreu um crescimento de 581,7% em relação a 2014, em decorrência da continuidade da obra de reforma da subestação e recuperação da rede elétrica e adequação da guarita lateral do prédio, que está em fase de conclusão, aquisição de equipamentos ainda não entregues, da embarcação fluvial e carreta também ainda não entregues e despesas contínuas. Verifica-se que neste exercício foram pagos 87,7% das despesas realizadas, ficando em restos a pagar apenas 12,3%, diferentemente do exercício anterior, que deixou em restos a pagar apenas 5% das despesas realizadas.

Na categoria Diárias, (Quadro 11), que corresponde a 9,2% das despesas correntes da Suest-Pa, foi totalmente realizada, pelas áreas fim e meio, ficando a área fim com 69,11% desta utilização, sendo a área de saneamento ambiental a que mais utilizou desta modalidade, com 43%. Os técnicos deslocam-se por todo o estado realizando visitas técnicas nos diversos projetos em execução. Esta atividade exigiu a utilização de 85% dos recursos destinados ao saneamento.

A área de saneamento ambiental atua também na execução de perfuração de poços e contribuiu com as despesas nesta categoria em 12%. A área de saúde ambiental realizou 26% das despesas desta natureza, sendo que o Apoio ao Controle da Qualidade da Água - 35%, seguido pela área de Fortalecimento da Saúde Ambiental que utilizou 33%, e pela Educação em Saúde - 32%. Constata-se que os gastos com diárias em 2015 foi 19,9% maior que as despesas de 2014 (Quadro 11).

Quadro 11 - Despesas Realizadas pela Suest-Pa com Diárias por Área de Atuação, em 2015

Área de Atuação	Valor	%
Administração	105.506,76	23,0
Gestão de Pessoas - Capacitação	38.259,15	8,0
Saneamento Ambiental	202.394,57	43,0
Saúde Ambiental	119.295,60	26,0
TOTAL	465.456,08	100

Fonte: Funasa/SPGO/Suest-Pa/Diadm - 03/2016

Em que pese a Suest tenha recebido 8,5% a mais de recursos em relação a 2014, isto amenizou, mas não resolveu pendências relacionadas a reforma predial planejada e projetada desde 2013. Este projeto está sendo executado desde 2014 "parceladamente", com liberação de recursos para cobertura de pendências mais urgentes, constantes no processo da reforma predial. Neste processo está incluída a reforma nos banheiros para torná-los acessíveis aos portadores de necessidades especiais, vem sendo planejadas em vários exercícios, mas os contingenciamentos tem impedido a sua execução. Além do contingenciamento outras situações impediram a Suest de

executar sua proposta para 2015, tal como a demora na análise do processo licitatório enviado à PGF/SP, em cumprimento a determinação da Procuradora Federal/Presi, não havendo tempo hábil para conclusão da licitação e empenhamento do recurso, em razão do momento de final de exercício. Com isso o recurso retornou aos cofres da Funasa. A liberação do recurso também ocorreu no final do exercício, corroborando para este desfecho.

2.3.5. Suprimento de Fundos, Contas Bancárias tipo "B" e Cartões de Pagamento do Governo Federal

2.3.5.1. Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro 12 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	255014	FUNASA	-	-	02	5.140,00	4.800,00
2014	255014	FUNASA	-	-	11	12.033,95	4.500,00

Fonte: SIAFI Gerencial/ Funasa/Suest-Pa/ Diadm/Saofi -02/2016

2.3.5.2. Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 13 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	255014	FUNASA	-	-	01	-	5.140,00	5.140,00
2014	255014	FUNASA	-	-	01	100,00	11.933,95	12.033,95

Fonte: SIAFI Gerencial/ Funasa/Suest-Pa/ Diadm/Saofi -02/2016

2.3.5.3. Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro 14 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
255014	FUNASA	339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	01 - Passagens para o País	1.240,00
			03 - Locação de meios de transporte	3.900,00

Fonte: SIAFI Gerencial/ Funasa/Suest-Pa/ Diadm/Saofi -02/2016

Análise Crítica

A Suest-Pa tem recorrido a esta sistemática de forma, progressivamente, excepcional. Basta verificar o que o valor utilizado em 2015 significa 43% do valor utilizado em 2014, para possibilitar a execução de suas atividades relacionadas às áreas finalísticas, especialmente em decorrência da extensão territorial e composição geográfica do estado do Pará, e a falta de apoio

logístico decorrente desta combinação. Não se fez uso do mecanismo "saque". Houve a necessidade de se utilizar o subitem 01 - passagens para o país, e o recurso no subitem 03 - em decorrência de desenvolver fiscalização em obras custeadas com recursos fruto de termos de convênio e repasse com a Funasa. Esta é uma atividade da área finalística, especificamente da área de saneamento ambiental. Esta ação foi desenvolvida no arquipélago do Marajó, região onde a mobilidade é difícil e precária, tornando-se dispendiosa, por envolver por vezes aquisição de passagens fluviais e frete de embarcações.

A Suest-Pa utiliza como meio de exercer o controle interno o uso da legislação existente e o planejamento das ações. A utilização deste mecanismo ocorre unicamente quando não se tem alternativa para alcançar o objetivo planejado, que compõe uma meta maior referente a missão institucional. Verifica-se que a utilização de suprimento de fundos corresponde a 0,08% dos recursos empenhados pela Suest-Pa. De acordo com informações da Saofi, o único servidor suprido apresentou prestação de contas, tendo sido aprovada pelo setor competente.

2.3.6. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho - Saneamento

Quadro 14 - Indicadores de Desempenho - Saneamento Ambiental

Percentual de Obras/Equipamentos/Planos Concluídos até o exercício e Apuração Em Relação Ao Universo De Instrumentos Celebrados - Suest Pa

Item	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Meta do Indicador	Método de Aferição
1	Percentual de obras/equipamentos/planos concluídos em razão da quantidade de instrumentos de repasse celebrados.	Aferir a efetividade da implementação de obras (acumulada)	(Quantidade de instrumentos com obras concluídas em 2015/ Quantidade de instrumentos celebrados de 2002 até o exercício de apuração)*100	100% dos instrumentos de repasse com obras concluídas	Extração de informações dos sistemas (SIAFI, SICONV, SIGA) via BI Oracle

Ação	Exercício de apuração - 2012			Exercício de apuração - 2013			Exercício de apuração - 2014			Exercício de apuração - 2015		
	Qtd Obra/equipamentos/ planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	%	Qtd Obra/equipamentos/ planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	%	Qtd Obra/equipamentos/ planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	%	Qtd Obra/equipamentos/ planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	%
Água	33	190	17%	39	195	20%	45	231	19%	63	215	29%
Água na Escola	0	5	0%	4	5	80%	4	5	80%	7	8	88%
Catadores	0	1	0%	1	2	50%	1	2	50%	1	2	50%
Drenagem	2	7	29%	2	7	29%	3	7	43%	4	6	67%
Esgoto	3	27	11%	3	27	11%	6	34	18%	6	30	20%
IMSS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0%
MSD	34	86	40%	44	99	44%	56	103	54%	71	106	67%
PMSB	0	22	0%	0	22	0%	0	22	0%	2	22	9%
Resíduos	3	15	20%	3	16	19%	5	16	31%	6	13	46%
Acumulado	75	353	21%	96	373	26%	120	420	29%	160	403	40%

Fonte: Resultados apurados em 30/12/2015, via Business Intelligence Oracle - BI

Regras para apuração: Histórico igual a 30.12.2015 // Para a composição da série histórica: Ano de celebração de 2002 até o exercício de apuração// Ano de conclusão da Obra é igual a 31.12 do exercício de apuração.

Obs: Excluídos os Status de obra "Cancelado" e "Em Cancelamento"

Análise Crítica

Analisando o quadro 14 referente aos indicadores de Saneamento Ambiental, pode-se verificar que a Suest-Pa conseguiu concluir 40 projetos seja obras, plano de saneamento básico ou equipamento durante o exercício de 2015, sendo que no período 2012-2015 já totalizam 160, ou seja, 40% dos projetos apoiados pela Funasa, no Pará. Em 2015 foram acrescentados 26 novos convênios ao acervo de ações já existente. Em algumas ações conseguiu-se alcançar 88% de obras concluídas. Durante o exercício de 2015, A Suest-Pa conseguiu concluir 11% do conjunto de obras concluídas. A ação referente ao Plano Municipal de Saneamento Básico teve avanço significativo atingindo o percentual de 9% de concluídos, porém em 2016 teremos um avanço muito maior, pois vários plano já foram concluídos, no entanto, a informação foi lançada no Siconv e no Siga em 2016. Nos últimos anos, tivemos uma evolução significativa nos quantitativos de obras/Planos/Equipamentos concluídos, no entanto, há vários fatores que contribuem para o baixo índice, tais como o clima, onde temos um período com chuva e outro com muita chuva, dificultando a execução, a complexidade das obras, escassez no mercado de profissionais da área, a extensão territorial do estado, precariedade das estradas que dão acesso aos municípios, dificultando a logística do transporte de materiais e das equipes para o desenvolvimento dos trabalhos, baixa capacidade das empresas, pois há muito não se investia na área de saneamento no estado. Tanto as empresas quanto as prefeituras não estão preparadas para atender essa demanda na parte operacional, bem como técnica, sendo que muitas vezes o município não dispõe de equipe técnica para acompanhar de forma satisfatória a evolução do empreendimento. Este conjunto de aspectos negativos contribuem para a baixa efetividade no desempenho, no entanto, o que contribui mais é a falta de técnicos na Suest-Pa, a situação ficará mais difícil após dezembro de 2016, quanto se encerra o contrato destes profissionais. Durante estes últimos anos conseguiu-se melhorar a efetividade, visualizar o que realmente se está produzido, através de mudanças na metodologia de trabalho dos engenheiros.

Quadro 15 – Indicadores de Desempenho - Saúde Ambiental

Indicador 1

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice de Previsto ²	Índice Observado ³
Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{Número de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$	$\frac{8}{8} \times 100$	Sigob e Siconv	Anual	92%	100%	100%

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Plano de Ação 2015/Sesam /Saduc/03/2016

¹ Índice de referência – Última medição do indicador: 12/2014.

² Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2015.

Ação de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental – Nesta ação os municípios foram apoiados em 100%, através de visita técnica.

Em relação à ação de acompanhamento técnico dos convênios de Educação em Saúde Ambiental, 2012/2013- emitir Relatório de Execução - REC e Relatório de Acompanhamento-REA, não foi possível alcançar a meta prevista no Plano de Ação 2015, considerando a centralização dos Projetos do Programa de Fomento de Educação em Saúde na Presidência e demora na liberação do recursos financeiros. Os municípios que receberam o recurso ainda se encontram em fase de processos licitatórios, não havendo assim informações para subsidiar o preenchimento dos relatórios de acompanhamento e execução das atividades. Foram designados por Portaria técnicos para o acompanhamento dos mesmos.

Os técnicos da Seção de Educação em Saúde percebendo a necessidade de alguns ajustes realizaram visita preliminar nos 08 (oito) municípios (Quatipuru, Óbitos, Irituia, São Geraldo do Araguaia, Ulianópolis, Alenquer, Augusto Correa e Faro com o objetivo de discutir e avaliar os planos de trabalho, ora aprovado, onde se recomendou aos gestores e técnicos municipais que solicitassem a Coordenação de Educação em Saúde Ambiental - Coesa as alterações pertinentes.

Indicador 2

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice de Previsto ²	Índice Observado ³
Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	$\frac{2}{2} \times 100$	Plano de Ação 2015/Sesam	Anual	100%	100%	100%

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Plano de Ação 2015/Sesam /Saduc/03/2016

¹ Índice de referência – Última medição do indicador: 12/2014.

² Índice de previsto – 100% dos de comunidades especiais atendidas.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2015.

Análise Crítica

Em relação ao percentual de comunidades especiais atendidas com ações de Educação em Saúde Ambiental a meta foi alcançada. Foram realizadas reuniões, visitas domiciliares e diagnósticos situacional nas comunidades quilombolas nos municípios de Gurupá e Concórdia do Pará, com envolvimento das associações comunitárias e equipe de saúde dos municípios.

Indicador 3

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice Previsto ²	Índice Observado ³
Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$	$\frac{13}{5} \times 100$	Plano de Ação 2015/Sesam	Anual	254%	100%	260%

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Plano de Ação 2015/Sesam - 02/2016

¹ Índice de referência – Última medição do indicador: 12/2014.

² Índice de previsto – 100% dos municípios com técnicos capacitados

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2015

Em relação ao número de municípios com técnicos capacitados e técnicos dos municípios capacitados em Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano – CQA, com ênfase em Salta-z a meta alcançada ultrapassou os 100%.

Devido à demandas espontâneas dos municípios, foram efetivados mais cursos do que o planejado originalmente (a projeção usual é de 4 municípios para cursos realizados em Belém ou municípios polo e 1 município em cursos direcionados a municípios específicos com maior dificuldade de acesso a Belém ou municípios polo), quanto por ter havido mais municípios participantes do que o projetado, o índice observado, novamente superou as projeções para o ano. Considera-se altamente positivo, pois demonstra que os recursos, financeiros e humanos, foram utilizados de forma eficaz, efetivo e eficiente, principalmente por possibilitar uma maior difusão do conhecimento de controle de qualidade de água para consumo humano e confecção de sistemas SALTA-z.

Indicador 4

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice Previsto ²	Índice Obsevado ³
Percentual de municípios com amostras de água analisadas	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	$\frac{\text{Número de municípios com análises realizadas}}{\text{Número de municípios previstos}} \times 100$	$\frac{13}{6} \times 100$	Eficiência	Plano de Ação 2015/ Sesam	Anual	186%	100%	217%

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Plano de Ação 2015/Sesam - 02/2016

¹ Índice de referência – Última medição do indicador: 12/2014.

² Índice de previsto – 100% dos municípios programados com amostra de água analisadas.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2015

Análise Crítica

Programou-se apoiar 06 (seis) municípios com ações voltadas para o diagnóstico situacional da qualidade da água, coleta de amostras e análise laboratorial, tomando como base os registros constantes no Sistema de Gerenciamento de Ações - SIGA dos sistemas de abastecimento de água financiados pela Funasa já concluídos. Ressalta-se que o quantitativo excedente do realizado, foi devido as demandas espontâneas diversas, bem como, pelo esforço na otimização do uso dos recursos liberados. O índice observado, novamente, superou as projeções para o ano, o que se considera positivo, pois representa um uso eficiente dos recursos e, especialmente, para melhoria da qualidade de água para consumo humano nos municípios atendidos.

Indicador 5

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Referência ¹	Índice Previsto ²	Índice Obseado ³
Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	$\frac{\text{Número de exames realizados}}{\text{Número de exames programados}} \times 100$	$\frac{999}{120} \times 100$	Plano de Ação 2015/Sesam	Anual	186%	100%	832,5%

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Plano de Ação 2015/Sesam - 02/2016

¹ **Índice de referência** – Última medição do indicador: 12/2014

² **Índice de previsto** – 100% de exames programados de qualidade da água em comunidades especiais.

³ **Índice observado** – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2015

Análise Crítica

A demanda espontânea por diagnóstico em comunidades especiais foi elevado (40 comunidades e 13 sedes de municípios), sendo que as comunidades representaram aproximadamente 55% das amostras coletadas e 50% dos exames realizados, o que elevou o resultado esperado. Algumas dessas análises foram feitas em amostras de água de aldeias indígenas (coletadas por funcionários da SESAI e com recursos próprios).

Foi programada a realização de 120 (cento e vinte) análises de água em comunidades especiais, realizou-se 999 (novecentos e noventa e nove) análises, o aumento do índice, foi devido também as análises de amostras provenientes de aldeias. Atividades em municípios pertencentes a Região Metropolitana de Belém, não havendo necessidade de pagamento de diárias aos profissionais. Muitos municípios tiveram uma razoável quantidade de comunidades com água analisadas, o que otimizou o uso de recursos.

3. GOVERNANÇA

3.1 Descrição das Estrutura de Governança

A Funasa possui em sua estrutura uma Unidade de Auditoria Interna - Audit, e tem como competência, na forma do regimento interno da Instituição, o que se segue:

I - acompanhar e fiscalizar a gestão das políticas públicas, bem como a execução dos programas de governo a cargo da Funasa;

II - verificar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Funasa;

III - planejar, executar e acompanhar os trabalhos de auditorias preventivas e corretivas nos órgãos e unidades descentralizadas da Funasa, inclusive nos entes responsáveis pela movimentação de recursos transferidos mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumentos similares;

IV - acompanhar e apoiar os órgãos de controle interno e externo em sua missão institucional; e

V - promover a instauração de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e tomadas de contas especiais.

A AUDIT é uma Unidade Seccional da estrutura da Presidência desta Fundação, com vinculação técnica junto à Controladoria Geral da União/CGU, sendo importante destacar que a Unidade de Correição da FUNASA também integra a Auditoria Interna. A Corregedoria – COREG é responsável por ações de prevenção e apuração de irregularidades que impliquem instauração e condução de procedimentos correccionais.

Deste modo, as Superintendências Estaduais não possuem estrutura de auditoria interna, sendo da AUDIT a competência pelas ações de controle na forma do Estatuto e Regimento Interno da FUNASA e cabendo às Superintendências Estaduais o atendimento de recomendações emanadas da Unidade de Auditoria Interna e atendimento de diligências a elas direcionadas, bem como, por óbvio, zelar pelo cumprimento de normas e procedimentos afetos a cada área de atuação da SUEST.

Por fim, esclarecemos que a FUNASA não tem institucionalizado comitês de avaliações e, por sua natureza jurídica, não se utiliza de auditoria independente e não possui conselhos externos.

3.2 Informações Sobre os Dirigentes e Colegiado

A Funasa é dirigida por um Presidente, auxiliado por um Diretor Executivo e três Diretores de Departamento, indicados pelo Ministro de Estado da Saúde e nomeados pelo Presidente da República. Sua atuação ocorre de forma descentralizada, por meio de suas Superintendências Estaduais, que contam com estrutura técnico-administrativa capaz de promover, supervisionar e orientar as ações sob a responsabilidade da instituição.

A Superintendência Estadual é dirigida por um Superintendente Estadual auxiliado por chefes de Divisão e Serviços, indicados por ele e nomeados pelo Presidente da Funasa.

A Funasa e as Superintendência Estaduais não tem colegiado instituído.

3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se Aplica a esta UPC/UJ

3.4 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A competência para instaurar procedimentos correccionais é da Corregedoria, e encontra amparo no artigo 5º, IV, do Decreto nº 5.480, publicado no DOU de 01.07.2005.

Nas Superintendências Estaduais, por delegação de competência por intermédio da Portaria-Funasa nº 504/2014, esta atribuição recai sobre o Superintendente Estadual para a prática dos seguintes atos, vedada a subdelegação:

- Instaurar investigação preliminar, sindicância e processo administrativo disciplinar.
- Julgar processo administrativo disciplinar e sindicância que resulte em penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias.

Entretanto, antes da instauração de qualquer procedimento investigatório, deverá submeter à análise prévia da Corregedoria todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas praticadas por servidor no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições de cargo em que se encontre investido.

Em 2015 a Superintendência Estadual do Pará, instaurou somente 02 (dois) procedimentos de correição constantes no Quadro 15, não tendo sido aplicado nenhum Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Quadro 15 - Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicância Instaurados em 2015, pela Suest-Pa

PROCESSO Nº	PORTARIA Nº	PAD/SIND	OBJETO	SERVIDORES ACUSADOS	DATA DE INÍCIO DOS TRABALHOS	DATA DE TÉRMINO DOS TRABALHOS	STATUS/ DECISÃO PROFERIDA
25200.001.219/2015-95	47, de 04/03/2015 BS nº 10, de 09/03/2015	SIND	Apurar suposta conduta inadequada de servidor para com usuário do SUS.	G. D. DE CARVALHO	16/03/2015	16/04/2015	Arquivamento do Processo
25200.002.694/2015-89	097, de 07/05/2015, BS nº 019, de 11/05/2015	PAD	Extravio de documentos público (Cartão Espelho de Vacinação das Crianças) e desacato aos superiores hierárquicos com palavras de baixo calão.	J. A. MARTINS DOS SANTOS	12/05/2015	-	Suspensão temporariamente a partir de 01/06/2015, para realização de exame por Junta Médica Oficial.

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/03/2016

Arcabouço Legal:

Lei 9.962, de 22.2.2000 – dispõe sobre o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional;

Lei 9.784, de 29.1.1999 – regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
Lei 8.745, de 9.12.1993 – dispõe sobre o procedimento administrativo para os servidores temporários;
Lei 8.112, de 11.12.1990 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Normativos Internos da Funasa:

Portaria nº 718, de 29.8.2014 - regulamenta a ação de inspeção correicional na **Funasa**.
Portaria nº 1.005, de 13.8.2013 – dispõe sobre a Política de Uso do sistema CGU-PAD;
Portaria nº 940, de 26.11.2012 – dispõe sobre o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta;
Portaria nº 504, de 16.6.2014 – delega competência aos superintendentes para instaurar e julgar atividades correicionais;
Portaria nº 653, publicada no DOU de 6.12.1995 – adotou o Manual de Procedimentos Administrativos em Sindicância e processo disciplinar;
Ordem de Serviço nº 1, de 4.6.2012 – normatiza os procedimentos correicionais, formação e atuação de comissão.

Normativos da CGU:

Decreto nº 5.480, de 30.6.2005 – dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;
Portaria nº 1.043, de 24.7.2007 – estabelece o uso do sistema CGU-PAD;
Portaria nº 335, de 30.5.2006 – regulamenta o sistema de correição do Poder Executivo Federal;
Instrução Normativa nº 12, de 1.11.2011 – dispõe sobre o uso da videoconferência;
Instrução Normativa nº 04, de 17/02/2009 – cria o Termo Circunstanciado Administrativo;
Enunciados da Controladoria-Geral da União – CGU;
Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

3.5 Gestão de Riscos e Controles Internos

A Fundação Nacional de Saúde e suas Unidades Descentralizadas estão expostas a uma ampla gama de riscos que podem afetar suas operações, o alcance de seus objetivos e metas, pois esta instituição não dispõe ainda de um processo de controle de gerenciamento de riscos.

Porém no decorrer dos anos, ela vem envidando esforços para investir nesta área de modo à minimizar os riscos advindos das atividades por ela executadas. Muito embora, possa-se admitir que estas práticas de minimizar os riscos não estão estruturadas, de forma integrada e sistematizada como controle formalmente estabelecido em normativa própria que abranja tanto o nível estratégico quanto o operacional dessa instituição.

Dentro dessa proposta pode-se evidenciar alguns instrumentos que são utilizados para minimizá-los, tais como: leis, medidas provisórias, editais, instruções normativas, decretos, portarias, manuais técnicos e sistemas de informação. Todos estes instrumentos relacionados são procedimentos que nos permite o acompanhamento e a avaliação das atividades inerentes à esta instituição, evitando minimamente as improbidades previstas nos processos admitidos.

A Suest-Pa faz uso do aparato disponível estabelecido pela Presidência do Órgão em todas as áreas, considerando a existência de riscos que podem impedir o alcance dos resultados e consequentemente a missão institucional.

Na área administrativa segue-se a legislação pertinente à aquisição e contratação, busca-se estabelecer rotinas de trabalho para evitar falhas. Observa-se que muitas atividades não possuem manual de execução, o que pode dar origem a erros. Mas, a Suest não tem competência para elaborar estes manuais. Assim, procura-se seguir uma rotina padrão, estabelecida por orientação da Presidência e pela própria experiência dos trabalhadores. A área administrativa está precisando de todo um trabalho de revisão de seus macroprocessos, aos moldes do que vem sendo feito com as áreas estratégicas da Funasa. A Superintendência tem buscado garantir a segurança dos trabalhadores e do patrimônio, fazendo controle de acesso de pessoas às suas dependências, estabelecendo regras quanto a entrada e saída de veículos, buscando cumprir a legislação quanto aos portadores de necessidades especiais.

A Suest-Pa tem procurado tornar do conhecimento de todos, as tomadas de decisão da gerência com o objetivo de não prejudicar o desenvolvimento das ações e nem do próprio trabalhador. Entretanto, a cultura interna de não utilização dos instrumentos de comunicação, que são ferramentas de trabalho, por vezes tem impedido a Suest de agir corretamente e em tempo hábil. Na maioria das vezes é o "boca-a-boca" que funciona. Há muitas formas de comunicação interna como o comunicador instantâneo e o e-mail, que muitos ignoram que ambos trazem grande economia a instituição. Atualmente as informações oficiais, são quase todas comunicadas por e-mail.

Embora a instituição tenha um Código de Ética este não é considerado ou lembrado pelo corpo de servidores. Percebe-se que a sua divulgação deveria ser permanente. Durante o ano de 2015 a Comissão do A3P realizou uma palestra sobre este tema incluindo a existência da Comissão de Ética que tem uma representante na Suest e que provavelmente a maioria dos servidores desconhecia.

O Regimento Interno trás as competências de cada área e a Suest tem seguido este instrumento, apenas em alguns aspectos atividades são desenvolvidas sem que esteja estabelecido neste documento, considerando a necessidade de se executar as atividades para o bom andamento das ações como um todo. Os documentos que estabelecem a autoridade e competência de cargos de chefia, por exemplo, estão definidos em portarias publicadas no DOU, os que não são de chefia segue o Regimento Interno. Quanto à segregação de funções nos processos e atividades da competência, observa-se que na área administrativa está bem clara esta situação, como exemplo

cita-se o fato de existir o ordenador de despesa, os setores que solicitam a utilização do recurso e o setor que viabiliza o seu pagamento, havendo ainda o fiscal de contrato. Existem setores distintos que desempenham a função de autorização, execução da ação e a fiscalização desta ação. De um modo geral a segregação de funções existe e funciona, poderia ser melhor caso tivesse um setor específico de controle interno nas Superintendências e não apenas na Presidência do Órgão.

Quanto à identificação dos riscos o corpo gestor da Suest-Pa está sempre buscando formas de fazer a identificação e evitar ou atenuar sua ocorrência, seja ele em níveis físicos, de infraestrutura, em relação aos seus profissionais tanto em atividade interna quanto externa. Nas reuniões do Colegiado Regional de Gestão - Corege, os riscos são levantados pelos gestores e busca-se atenuá-los, como exemplo pode-se citar o contínuo decréscimo no quantitativo de servidores, motivado pela aposentadoria. Outro fator que põe em risco o alcance dos resultados é o contingenciamento de recursos, resolvido com o redimensionamento das atividades, revisão de metas. A Superintendência tem buscado atuar de forma preventiva, procurando estabelecer mecanismos de prevenção como munir o prédio de equipamentos anti-incêndio, seguir as normas ou regulamento em relação às atividades de guarda, estoque e inventário de bens. A Atualização de servidores na área administrativa, em relação a algumas atividades, é uma boa medida que deve ser vista como forma de enfrentamento as diversas falhas apresentadas na área.

Os procedimentos de controle das diversas atividades são desenvolvidos pelas áreas, mas sem que haja um setor específico para verificar se estes controles estão sendo bem aplicados, uma vez que este é centralizado na Presidência do Órgão. Mas, em que pese esta situação a Suest-Pa tem buscado garantir a qualidade de suas ações para que sua missão institucional seja cumprida.

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

4.1 Canais de acesso do cidadão

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/20111, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - www.funasa.gov.br, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações públicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de três maneiras:

- Através do e-mail sic@funasa.gov.br;
- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal; e
- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da **Funasa** 2º andar – Ala Sul, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

No ano de 2015 o SIC-Funasa recebeu 249 (duzentos e quarenta e nove) pedidos de acesso a informações, todos devidamente atendidos dentro de 20 dias, prazo estipulado em lei.

Quanto à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio [http:// www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br) informações referentes à ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida tão somente dos pedidos de acesso à informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem a sua disposição outro canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

O decreto não é aplicável a esta instituição e a carta de serviços ao cidadão não será publicada.

4.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

A Funasa não atende diretamente aos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços.

As informações institucionais são divulgadas através do site:

<http://www.funasa.gov.br/site/>.

4.4 Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade

<http://www.funasa.gov.br/site/>

<http://www.funasa.gov.br/site/aceso-a-informacao/>

<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>

<http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/prestacao-de-contas/>

www.facebook.com/funasa.official

twitter.com/funasa *

4.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A Superintendência Estadual cumpre as medidas consignadas na Lei 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004 no que se refere ao ambiente de circulação às suas dependências e no seu entorno, na adequação de corrimão nas escadas, rampas de acesso, vagas para idosos e portadores de necessidades especiais, placas indicadoras de dependências e serviços, além da aplicação da norma da ABNT na aquisição de bens.

A Suest-Pa tem envidado esforços para garantir junto a população que circula no prédio-sede o acesso seguro implantando melhorias necessárias, em atendimento a recomendação, consignada no relatório de auditoria nº 20153502, faltando somente a sinalização direcional, mapa tátil, e banheiro para PNE. Tendo esta Superintendência providenciado o projeto de acessibilidade e de adequação do banheiro para PNE, estando no momento aguardando a liberação de recursos orçamentário-financeiros para desenvolver os referidos projetos já pactuados junto aos órgãos de controle.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

APLICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS CONTIDOS NAS NBC T 16.9 E 16,10

Depreciação de bens do Ativo Imobilizado

Todos os bens adquiridos, produzidos ou construídos a partir de janeiro de 2010 e registrados no Ativo Imobilizado da entidade estão sendo depreciados mensalmente pelo método das quotas constantes (Linear), previsto na alínea "a" do item n.º 14 da NBCT SP 16.9. Tais bens foram reconhecidos no ativo com base no custo total de aquisição, produção ou construção.

Os registros relativos ao consumo desses ativos são realizados em conta redutora do Ativo Imobilizado com contrapartida em conta de Variação Patrimonial Diminutiva (redito), observando-se o princípio contábil da competência.

Os valores residuais e os períodos de vida útil dos ativos foram definidos com base em tabelas constantes da Macrofunção n.º 020330 do Manual SIAFI, dada a necessidade uniformização dos critérios de tratamento contábil dispensados aos Ativos em geral, facilitando a elaboração das notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

Os cálculos da depreciação são realizados de forma automatizada mediante sistema de gestão patrimonial e no último dia de cada mês os valores pertinentes a cada conta do grupo Imobilizado são reconhecidos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Os demais bens adquiridos ou produzidos em períodos anteriores a janeiro de 2010 estão em processo de mensuração do valor justo, bem como os bens que, mesmo adquiridos após essa data e depreciados mensalmente, sujeitam-se a variações constantes no seu valor justo, necessitando, portanto, de reavaliação periódica.

Amortização do Ativo Intangível

Os ativos classificáveis como intangíveis estão em processo de análise para verificação dos seguintes fatores de reconhecimento:

1. atendimento à definição de ativo;
2. custo mensurável com segurança;
3. classificação da vida útil econômica (definida ou indefinida);
4. utilização isoladamente ou em conjunto com outro (s) ativos.

Após esse procedimento, os bens que se classificarem como intangíveis serão reconhecidos e amortizados mensalmente, depois de definida a sua vida útil econômica e seu valor residual. O reconhecimento se dará com base no valor de aquisição ou produção.

As avaliações posteriores serão realizadas pelo método da reavaliação utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado segundo critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Avaliação e mensuração de Ativos e Passivos

Créditos e Obrigações

Os direitos, títulos de crédito e obrigações assim como seus encargos e atualizações são mensurados inicialmente pelo valor original e apropriados com observância dos princípios de contabilidade, em especial os princípios da competência e da oportunidade.

Contudo, não foram realizadas avaliações subsequentes, tampouco foi feito o levantamento dos riscos de recebimento dos créditos ativados.

Estoques

Os estoques são mensurados e apropriados com base no valor de aquisição, produção ou construção e seu consumo é reconhecido no resultado do período, conforme o princípio da competência.

Não foram realizadas avaliações posteriores segundo o valor realizável líquido, para os ativos que ocasionalmente sofreram deterioração parcial ou obsolescência.

Imobilizado

Os ativos imobilizados são reconhecidos inicialmente com base no custo total de aquisição, produção ou construção, incluindo os custos posteriores para colocá-los em condição de uso.

As avaliações posteriores são realizadas segundo o método de reavaliação, que consiste no valor justo deduzidas a depreciação acumulada e as perdas acumuladas por imparidade (valor recuperável).

A mensuração a valor justo dos ativos, pela adoção inicial das novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NCASP), está em processo de execução. O método utilizado nesse trabalho é o Comparativo Direto de Mercado, onde se apura o valor alcançado pelo bem avaliado a valor de mercado, baseado na lei da oferta e da procura.

Por valor de mercado entende-se o valor estimado de um bem, sem considerar os custos adicionais relativos ao comprador, aplicáveis aos valores finais da compra e venda. A comparação é feita em ambiente de mercado ativo ou semi-ativo.

Nesse contexto, os bens são valorados, com base no princípio da substituição ou equivalência, mediante cotação de preços para cada item ou grupo de itens específico, após a devida inspeção das condições físicas dos bens a serem avaliados.

O processo de aferição do valor de mercado é realizado por meio de projeção através de análise geral e conclusiva das informações obtidas, após tabulação dos dados e cálculo sistêmico dos valores.

Com base em cotações, catálogos e/ou lista de preços, levantados junto a fornecedores, é estabelecido o valor de um bem novo, para efeito de custo de reposição do ativo.

A partir disso, é calculado o valor de reposição do ativo avaliado, como sendo o custo atual, considerando suas características técnicas e operacionais, além dos custos diretos e indiretos necessários à instalação.

De posse do valor justo levantado, baixa-se a depreciação contra a conta do ativo que registra o bem, de modo a reduzi-lo ao valor líquido contábil e se procede o ajuste a valor justo (reavaliação) ou a redução a valor recuperável do ativo.

Justificativa pela não aplicação de todos os procedimentos

Os dispositivos previstos nas NBC T 16.9 e 16.10 estão sendo aplicados parcialmente, alguns com atraso, como caso da mensuração dos ativos. Isso se justifica pelo fato da Setorial de Contabilidade da Fundação Nacional de Saúde passar por problemas de ordem técnica e

operacional devido à falta de pessoal qualificado em quantitativo suficiente para atender às demandas da Contabilidade sob os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial.

Além disso, o setor tem assumido responsabilidades de forma impositiva incluídas no regimento interno da instituição que tangenciam dos objetivos previstos no Decreto n.º 6.976/2009 que regulamenta a Lei n.º 10.180/2001 que criou o Sistema de Contabilidade Federal.

A maior parte dos profissionais de contabilidade estão envolvidas nessas atividades paralelas, prejudicando a capacidade de implementação das rotinas de tratamento contábil patrimonial que, dada sua complexidade, demandam tempo para execução.

Diante de tais problemas, os procedimentos de reavaliação e redução a valor recuperável do Ativo Imobilizado desta Fundação estão sendo executados pela empresa LINKDATA INFORMATICA E SERVICOS S/A, CNPJ/MF n.º 24.936.973/0001-03, conforme Ata de Registro de Preços n.º 21/2013 sob Pregão n.º 22/2013. Essa medida torna-se por demais paliativa, uma vez que são procedimentos periódicos que obrigatoriamente deverão ser observados.

É importante ressaltar que a falta de pessoal não se restringe à Setorial Contábil, mas também a todas as Superintendências Estaduais da entidade. Exemplo claro é o fato do Contador Responsável pela Setorial do órgão acumular as responsabilidades para todas as Unidades Gestoras subordinadas. Sem mencionar a inviabilidade de se formar grupos de trabalho para executar esses procedimentos em cada Unidade Jurisdicionada.

Impacto pela Utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e 16.10

Dada a aplicação de forma parcial dos procedimentos de reconhecimento, de mensuração e de evidenciação previstos nas NBC T 16.9 e 16.10, não é possível avaliar de forma eficaz os possíveis impactos na qualidade das demonstrações contábeis da entidade ou das informações a partir delas obtidas.

As deficiências nesses procedimentos causam distorções relevantes nos registros contábeis e, por consequência, nas demonstrações elaboradas. Nesse sentido, os resultados apurados no exercício em epígrafe não estão livres de distorções e tais impropriedades foram ressalvadas na Declaração do Contador responsável juntamente com outras encontradas.

5.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

A Funasa não faz a apuração de custos nem se utiliza do sistema de custos do Governo Federal.

A Funasa esta envidando esforços para a implementação de ações para Apuração dos custos dos programas e das Unidades Administrativas.

5.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

As informações foram prestadas pela Setorial Contábil de Órgão Superior dentro do Relatório de Gestão da SPO - Subsecretaria de Planejamento Orçamentário do Ministério da Saúde, portanto, NÃO SE APLICA A ESTA UPC.

6 ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

6.1.1.1 Composição da Força de Trabalho

Quadro 16 – Força de Trabalho da UJ (Composição da Força de Trabalho-SEDE/SUS)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	711	0	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	711	0	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	182	0	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	529	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários.	0	06	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	01	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	718	0	4

Fonte: Siape/Siapecad/Socad/Sopag/DEZ/2015 - 03/2016

6.1.1.2 Distribuição da Força de Trabalho

Quadro 17 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	128	583
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	128	583
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	128	54
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	529
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários.	06	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública.	01	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	135	583

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Siape/Siapecad/Dez/2015/Sereh/Socad/Sopag – 03.2016

6.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 18 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	06	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	06	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	05	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	01	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	14	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	14	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	20	0	0

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Siape/Siapecad/Socad/Sopag – 03.2016

Análise Crítica

A quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade continua defasada. No exercício de 2015, os atos de concessão de aposentadoria foram de vinte (20) servidores, sem reposição, houve a vacância dos cargos conforme prevê o artigo 33, VII da Lei 8.112/90. Para 2016 o quantitativo de servidores habilitados a aposentadoria é maior. Quanto as eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho, o Serviço de Recursos Humanos no exercício de 2015, procede em conformidade com requisição realizada pelos setores e serviço, todavia, no cotidiano é notória a carência de recursos humanos, dificultando dessa forma a distribuição da força de trabalho entre a área meio e fim, percebe-se pelo quantitativo efetivo na sede de cento e oitenta e dois (182) servidores não contempla as áreas para o desempenho da missão institucional, e, diante da dificuldade, a distribuição entre a área meio e a área fim não é eficiente, haja vista que a escolaridade, bem como a especialidade necessária para atuação na área fim requer especialidade em engenharia civil e de saúde pública. Portanto, saiu-se do limite, e se está atuando com déficit. Neste sentido a Funasa precisa em caráter de emergência realizar concurso público.

Nos cargos comissionados a distribuição permanece no total de vinte (20) sem modificações no exercício de 2015, todos com qualificação para exercer a função designada, entretanto, o quantitativo é baixo frente aos servidores de carreira, não havendo discrepância quanto ao quantitativo. Haja vista, que são compostos por servidores do quadro da Funasa, com exceção do Superintendente.

Quanto à questão impacto de aposentadoria, há reflexo sobre a força de trabalho e é percebida mês a mês, pois a cada aposentadoria o enfraquecimento desta força fica mais evidente, uma vez que não vem ocorrendo concurso público. Hoje, o total de servidores da sede é de cento e oitenta e dois (182) servidores, sessenta e sete (67), 37%, estão com abono de permanência. Este

processo certamente prejudicará o cumprimento da missão institucional, que não depende apenas dos profissionais da atividade fim, a área meio é relevante para que os resultados sejam alcançados. Observa-se, por exemplo, que um setor estratégico como o Secov - Serviço de Convênios já apresenta 33% de servidores aptos para a aposentadoria. Em relação aos servidores que estão descentralizados para o Sistema Único de Saúde (SUS) no total de quinhentos e vinte nove (529) servidores desses, duzentos e cinco (205), 39%, encontra-se com abono de permanência.

Os eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho, são as cessões de servidores qualificados para outros órgãos da União, o que não ocorreu no exercício de 2015, bem como, os afastamentos para trato da própria saúde, uma vez que nossa força atual de trabalho ultrapassa a faixa etária de idade dos 51 a 60 anos, e acima de 60 anos. Somente no exercício de 2015, foram 30 servidores afastados para tratamento médico, de acordo com informações do Sereh.

Na avaliação da Força de Trabalho efetiva se identifica problemas e distorções relativos ao quantitativo de servidores, que desempenham atividades no âmbito da Superintendência, pois, o total não contempla a essencialidade da área fim em Engenharia. Entretanto, a dificuldade da área meio é o quantitativo de servidores que já possuem abono de permanência. Outro ponto a ser destacado é a necessidade de concurso público, tanto para área meio quanto para área fim, com urgência.

6.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal

Quadro 19 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	44.217.151,82	0,00	4.605.854,28	869.081,70	641.190,00	3.551.013,76	1.302.992,65	13.587,75	0,00	41.894.250,00
	2014	66.546.928,63	111.049,48	76.672.984,75	60.744.682,85	3.480.843,39	5.887.141,69	290.007,08	0,00	0,00	208.253.094,48
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	102.656,40	0,00	8.554,70	5.845,70	4.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.532,80
	2014	95.279,76	0,00	14.318,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.598,40
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	803.096,83	0,00	70.307,99	4.579,67			0,00	0,00	0,00	155.284,49
	2014	701.403,80	0,00	79.441,77	0,00	0,00	56.238,09	0,00	0,00	0,00	833.083,66
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	545.520,00	0,00	45.460,00	15.153,30	27.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	633.781,30
	2014	516.829,98	0,00	44.438,34	0,00	27.601,98	0,00	0,00	0,00	0,00	588.870,30

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Socad/Sopag/Sereh/Siape/Dw - 03/2016

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A Suest-Pa através do Serviço de Recursos Humanos vem tentando amenizar a lacuna existente no seu quadro de servidores, tanto na área meio quanto na área fim, buscando solucionar as situações de falta de servidores consultando os interessados. O Sereh faz análise do perfil do servidor, e se o mesmo se enquadra na atribuição do setor, serviço ou divisão, conforme artigo 95, Seção IV, Portaria Ministerial nº 270/2014, do Ministério da Saúde. (Regimento Interno da Funasa).

Quanto à distribuição da força de trabalho, em relação à área fim o Serviço de Recursos Humanos possui dificuldade em administrar, pois, na atualidade a missão da Funasa requer recursos humanos, especializados como na área de engenharia civil, saúde pública e ambiental, tornando maior o fator de risco, uma vez que a Funasa vem realizando apenas certame de concurso simplificado para servidor temporário e exclusivamente para área fim.

Em outro aspecto, como o período de contratação ocorrem apenas por dois (2) anos, prorrogáveis, torna-se um gasto financeiro significativo para administração pública, para manter temporariamente seis servidores. Essa situação é um fator de risco, considerando que, estes servidores estão sempre aguardando novas oportunidades e podem deixar a qualquer momento a instituição. Em outra ótica essa situação influencia na relação interpessoal entre temporários e efetivos, haja vista, que são repassados conhecimentos do órgão, e mais tarde estarão fora da instituição. Gera desmotivação aos servidores efetivos.

Nos anos de 2010, 2012, foram realizadas pesquisas via memorando circular aos setores, serviços e divisão, indagando a necessidade de composição da força de trabalho em cada área, e após o resultado foi encaminhado para Presidência da Funasa em Brasília para comprovar o déficit da força de trabalho na Suest-Pa, e até a presente data não se efetivou concurso público, deixando a gestão de pessoal fragilizada, pois, hoje na sede o total de servidores ativos é de cento e oitenta e dois (182), assim distribuídos: cento e vinte oito (128) na área meio e cinquenta e quatro (54) na área fim, na sede. Em relação aos quinhentos e vinte e nove (529) descentralizados para o Sistema Único de Saúde, também há grande chance de risco, especialmente quanto à folha de pessoal, pois, por se tratar de servidores que estão sobre a gestão de outros entes federativos, a falta de controle de frequência e acumulação de cargo (artigo 37, XVI, CF/88) são pontos de risco à Gestão de Pessoal.

Em outro aspecto, o quesito capacitação, anualmente se estrutura o Plano anual de capacitação - PAC, divulgado para todas as áreas. As mesmas fazem o indicativo e a necessidade para capacitação, sendo fomentado o PAC e aprovado pela Presidência da Funasa, e no decorrer do exercício são realizadas as capacitações, a Funasa ainda conta com parceiros como o Governo de Estado, junto a Escola de Capacitação Estadual, sem custo algum para Funasa. Essa área não apresenta risco, os procedimentos são implementados com eficiência, pois, tudo é analisado pela presidência antes de se efetivar a capacitação.

No item de ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada, como já mencionado, o risco é a descentralização dos servidores a outros entes da federação, todavia, a área de recursos humanos, vem buscando mecanismo de controle para sanar as inconsistências apontadas nas auditorias do TCU e CGU. Por conta disso, foi criada carteira específica de controle de frequência, na qual está sendo desenvolvido o monitoramento das FIFs – Folhas Individuais de Frequência, e quando as unidades não apresentam a frequência no prazo determinado pela instituição, estão sendo notificadas para justificarem o não encaminhamento, bem como, estão sendo alertadas que com o descumprimento o pagamento dos servidores serão suspensos.

A Suest-Pa, por meio do Serviço de Recursos Humanos vem atuando com mais rigor, e de modo efetivo, juntos aos servidores (operadores) para sanar os riscos identificados como acumulação de cargo, frequência, lançamento no SISAC, distribuição de força de trabalho, porém, um risco bem evidente, e de grande fragilidade são os 529 servidores que ainda pertencem ao quadro de funcionários da Funasa e são descentralizados, prejudicando um controle eficiente.

Essa gestão vem promovendo ações como: reunião com as áreas de Cadastro e Pagamento, houve novamente a troca da chefia do Setor de Cadastro e Pagamento, e para uma efetivação mais coesa e coerente na área, vem utilizando-se dos manuais da Funasa central, bem como, redirecionando as carteiras, buscando orçamento junto a Divisão de Administração para concretizar as supervisões nas áreas, para fazer a checagem in loco, com a finalidade de orientar e supervisionar o desempenho dos servidores que estão descentralizados para o Sistema Único de Saúde.

Em relação aos indicadores ainda não foram estabelecidos pela Funasa, há apenas um esboço, considerando a necessidade de tratá-los.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

6.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro 20 – Contratos de prestação de serviço não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE													
UG/Gestão:255000							CNPJ: 26.989.350/0001-16						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	31/2011	04.113.174/0001-11	31.10.2011	30.10.2016	10	02	-	08	-	-	P
2013	8/9	O	07/2013	01.427.148/0001-70	11.02.2013	10.12.2016	-	-	14	13	01	01	P
2013	4	O	03/2013	83.353.912/0001-74	02.05.2013	01.05.2016	02	-	-	02	-	-	P
2014	6	O	06/2014	04.935.183/0001-98	05.05.2014	31.10.2015	01	-	-	01	-	-	E
2015	6	O	03/2015	07.679.989/0001-50	09.11.2015	08.11.2016	01	-	-	01	-	-	A

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Salog - 01.2016

Observações: : Não houve contrato novo nesta área durante o exercício de 2015.

Legenda:Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

<p>LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia;</p>	<p>7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras</p>	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
---	--	--

6.1.4.2 Contratação de Estagiários

Quadro 21 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	12	13	13	12	92.787,03
1.1 Área Fim	03	05	04	04	27.890,52
1.2 Área Meio	09	08	09	08	64.896,51
2. Nível Médio	12	14	13	13	65.653,26
2.1 Área Fim	03	03	04	03	13.939,19
2.2 Área Meio	09	11	09	10	51.714,07
3. Total (1+2)	24	27	26	25	158.440,29

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Sereh/ Socap - 01/2016

Análise Crítica

O monitoramento do Programa de Estágio da SUEST/PA foi efetivado em conformidade com a Lei nº 11.788/2008 e a Orientação Normativa nº 04.07.2014, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Em atendimento à Orientação Normativa nº 4, de 04.07.2014, da Secretaria de Gestão Pública - SEGEP, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a Coordenação de Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos - Coder/ DF, por meio de memorando circular nº. 36/Coder/Cgerh/Deadm, de 17 de setembro de 2014, condicionou o quadro de quantitativo de estagiários, bem como a dotação orçamentária desta Fundação.

A contratação de Estagiários ficou assim estabelecida: é relativa a 20% da força de trabalho, sendo 50% para as categorias de Nível Superior, considerando deste, 10% para portador de deficiência; 25% para as categorias de Nível Médio; 25% para as categorias de estudantes de Educação Profissional e EJA com idade (>=) a 14 anos.

As contratações seguem as demandas correlacionadas com as atividades das áreas Meio e Fim desta Unidade de Serviço, sendo aceito a modalidade de ensino médio, assim como as seguintes categorias de nível superior: administração, assistência social, direito, enfermagem engenharia ambiental e civil, jornalismo e secretariado. E na área de formação profissional, a de técnico em informática. Consta em nosso quadro de estagiários uma contratação de PNE, Portador de Necessidades Especiais.

Vale destacar as seguintes dificuldades ocorridas, no exercício de 2015: a ausência de maior interação do agente de integração – Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional Pará – IEL, com o Programa da Funasa.

A partir do dia 02 de outubro de 2015 a Presidência contratou um novo Agente de Integração para dar continuidade ao Programa de Estágio, para tanto a distância regional e a comunicação deficitária, por parte do INQC - Instituto Nacional de Qualificação e Capacitação vem ocasionando constantes entraves no que tange a contratação de novos estagiários, visto que os erros apresentados nos Termos de Compromissos de Estágio e Plano de Trabalho têm impossibilitado a realização de novas contratações. Vários contatos com o INQC foram feitos, por e-mail e via telefônica, na tentativa de sanar as deficiências, no entanto, sem resultados satisfatórios.

Ressalta-se que é relevante a contratação de estagiários pela oportunidade em estar proporcionando aos jovens uma preparação inicial quanto à vida profissional destes, e também uma

oportunidade de convivência entre gerações promovendo crescimento para ambos, Mas, é relevante também porque auxilia, de certa forma, a ausência de servidores motivada pelas aposentadorias, licenças médicas e outros.

Capacitação

Quadro 22 - Qualificação da Força de Trabalho da Suest-Pa, quanto Área Meio e Área Fim, 2015.

Nº	NOME DO EVENTO	Nº DE PARTICIPANTES		
		ÁREA MEIO	ÁREA FIM	TOTAL
1	Capacitação para Padronização de Procedimentos de Convênios (Videoconferência)	0	15	15
2	SICONV para concedentes	0	5	5
3	Regime Jurídico Único	0	1	1
4	Avaliação em Políticas Públicas	0	1	1
5	Coaching no Serviço Público	0	1	1
6	Gramática aplicada a revisão de texto	1	0	1
7	Oratória	0	3	3
8	SIASG	3	0	3
9	ASEMAE	0	4	4
10	XXV Curso de Tomada de Contas Especial – Teoria e Prática	4	0	4
11	Noções de Direito Previdenciário	0	1	1
12	Especialização em Língua Portuguesa	1	0	1
13	Repactuação Contratual	2	0	2
14	Gestão de Material: Planejamento, Almoxarifado e Gestão Estoque	2	0	2
15	Coaching no Serviço Público	0	1	1
16	Auditoria Pública Básica	0	1	1
17	Contabilidade Aplicada ao Serviço Público.	0	1	1
18	Noções de Direito Administrativo	1	0	1
19	Corel Draw	4	0	4
20	SICONV	0	4	4
22	Elaboração de Projeto e Captação de Recursos	1	0	1
23	Redação Oficial e Atualização Gramatical	1	1	2
24	Oratória	2	0	2
25	Siape	2	0	2
26	Licitações e Contratos na Administração Pública	2	0	2
27	Excel	1	1	2
28	Gramática Aplicada a Revisão Texto	2	0	2
29	Noções de Direito Constitucional	1	0	1
30	SIAFI Operacional	0	2	2
31	Prestação de Contas de Convênios	0	1	1
32	Power Point	1	0	1
33	Curso de fiscalização de contratos administrativos- nível intermediário - EAD	4	0	4
34	11º Encontro de Secretariado	2	0	2
35	SICONV III	0	7	7
36	28º Congresso Brasileiro de Engenharia Ambiental	0	1	1
37	Seminário latino-americano de saúde ambiental da Funasa: “Saúde Ambiental: Novos Desafios na Busca pela Sustentabilidade”	0	5	5
38	Palestra Avaliação de Desempenho em Organizações Públicas	1	0	1
39	Libra Básico/Avançado	1	0	1
40	Análise de Notas Fiscais e Tributação	0	1	1
41	SICONV III	0	4	4
Total		39	61	100

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Sereh/Socap – 03.2016

Análise Crítica

Em conformidade com o Decreto 5.707/2006, que instituiu a Política de Desenvolvimento dos Servidores Públicos Federais, o Serviço de Recursos Humanos/Setor de Capacitação implementou o processo de qualificação dos servidores da Superintendência Estadual do Pará - Suest/Pa, em consonância com o Programa Anual de Capacitação – PAC/2015, formulado com base no modelo de Gestão por Competência, com o objetivo de alinhar as capacitações às necessidades institucionais e individuais, mediante as habilidades e competências requeridas para o desenvolvimento das atividades técnico-operacionais, desta Unidade de Serviço.

A Suest-Pa, por meio do Setor de Capacitação seguiu as determinações regimentais, cumprindo as demandas provindas da Coordenação de Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos - Coder, e Coordenação Geral de Recursos Humanos - Cgerh, bem como o monitoramento do PAC, na Suest-Pa, em conformidade com as necessidades e/ou lacunas existentes nos serviços, a fim de fortalecer a capacidade executiva da força de trabalho da área fim e área meio.

Neste sentido, no exercício de 2015, a Suest-Pa promoveu 43 (quarenta e três) ações de capacitação, com 63 (sessenta e três) servidores capacitados, sendo 17 (dezessete) da área gerencial e 46 (quarenta e seis) da área operacional, de acordo com o Quadro 22. A participação geral computou 100 (cem) participações em eventos de capacitação. A Área Meio registrou a qualificação de 39 (trinta e nove) profissionais e a Área Fim 61 (sessenta e um). A percentagem de servidores, ativos capacitados, alcançou 30,76%.

Em relação ao custo verifica-se que a Suest-Pa destinou 1,3% dos recursos descentralizados à Suest.

As dificuldades recorrentes que contribuíram para a inexecução integral do PAC/2015 foram as seguintes: a limitação orçamentária prevista para os eventos de capacitação, gerada pelo contingenciamento das despesas, a não realização de instrução processual das demandas de Capacitação, pelas unidades setoriais, bem como a redução e/ ou impedimento de participação em eventos em virtude da contenção de gastos.

As ações de capacitação foram promovidas e executadas por meio do próprio Órgão e pelas parcerias externas, tais como: as Entidades públicas, por meio de Acordo de Cooperação Técnica e das empresas privadas.

6.1.5 Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Não Se Aplica a Esta UPC/UJ

6.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

6.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
- Decreto nº 6.403, Art. 10, de 17/03/2008: Que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - Instrução Normativa nº 03, de 15/05/2008, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão: Que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e seus respectivos anexos.
 - Instrução Normativa nº 183, de 08/09/1986, da Secretaria de Administração Federal: destinada a proporcionar os órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG orientação nos procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de acidentes com veículos terrestres automotores oficiais.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A utilização da frota de veículos é imprescindível no atendimento da demanda dos diversos setores da Funasa/Suest-Pa, na área meio – administrativa entre outras atividades há a relevância quanto ao atendimento dos servidores tutelados de justiça. Quanto à área finalística a frota dá suporte ao processo de fiscalização de obras do PAC e convênios diversos, bem como dá suporte às atividades referentes à área de saúde ambiental.

As movimentações dos veículos na Suest-Pa tais como: origens e destinos dos percursos, quilometragens percorridas, horários, usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimentos, quantitativos de litros e tipos de combustível, etc., são monitoradas com o auxílio do Sistema de Gerenciamento de Controle de Frotas - SICOTWEB. A Suest-Pa utiliza ainda, o sistema de abastecimento por cartão com chip, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista, através do Contrato nº 110/2012, firmado com a empresa Ticket Serviços Ltda.

Destaca-se que a importância e o impacto da frota de veículos sobre a Unidade Jurisdicionada estão relacionados com o atendimento ágil e eficiente das demandas advindas das áreas finalísticas, bem como ao bom andamento das atividades administrativas.

- c) A quantidade de veículos em uso e na responsabilidade da UJ, discriminados por categoria, grupos e utilização está contemplado no quadro 23, no qual se verifica que são 18 veículos de frota própria e 13 veículos de frotas locadas. Esclarece-se que 04 veículos de propriedade da Funasa, não puderam ser utilizados em 2015 e estão à disposição do processo de leilão previsto para 2016.

Quadro 23 - Situação da Frota de Veículos Própria e Terceirizada, na Suest-Pa, em 2015

Categoria	Quantidade	Grupo	Utilização	Características	Usuário
Veículo Próprio	01	Transporte de Carga Pesada.	Transporte de equipamentos utilizados em perfurações de poços.	Caminhão Marca FORD/14000	Servidores da DIESP.
	01	Laboratório Móvel de Análise de Água.	Transporte de equipamentos utilizados para análise de água no Estado do Pará.	Fiat/Van Ducato	Servidores da SESAM.
	14	Serviço de Transporte de Pessoal.	Transporte de servidores a serviço da área administrativa, assim como nas fiscalizações das obras do PAC realizadas pela Diesp.	Caminhonete Marca Mitsubishi / L200	Servidores da DIADM, DIESP e SESAM.
	02	Transporte de Servidores a Serviço.	Transporte de servidores a serviços na área de perfurações de poços.	- Caminhonete Marca Ford/Ranger	Servidores da DIESP.
Subtotal	18				
Veículo Locado Contrato Nº 59/2010	05	Serviço de Transporte de Servidores a Serviço.	Transporte de servidores a serviço da área administrativa, assim como nas fiscalizações das obras do PAC realizadas pela Diesp	Caminhonete Marca Chevrolet/S10	Servidores da DIADM, DIESP e SESAM.
Veículo Locado Contrato Nº 01/2013	02	Transporte de Servidores tutelados de justiça e técnicos do Seais	Transporte de servidores tutelados de justiça atendidos em decorrência da Saúde Ocupacional, vítimas do acidente do trabalho, cumprimento de antecipação de tutela e técnicos de saúde na Cidade de Belém e Região Metropolitana.	Fiat/Van Ducato Volkswagen Gol	Servidores tutelado de justiça e técnicos do SEAIS.
	01	Transporte de Servidores tutelados de justiça	Transporte de servidores tutelados de justiça atendidos em decorrência da Saúde Ocupacional, vítimas do acidente do trabalho, cumprimento de antecipação de tutela na Cidade de Marabá.	Fiat/Van Ducato	Servidores tutelado de justiça.
	01	Transporte de Servidores tutelados de justiça	Transporte de servidores tutelados de justiça atendidos em decorrência da Saúde Ocupacional, vítimas do acidente do trabalho, cumprimento de antecipação de tutela na Cidade de Conceição do Araguaia.	Fiat/Van Ducato Volkswagen Gol	Servidores tutelado de justiça.
Subtotal	09				

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Sotra - 03.2016

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Quadro 24 - Média Anual de Quilômetros Rodados , por Grupo de Veículos e Classificação, na Suest-Pa em 2015

Categoria	Grupo	Média Anual km rodado
Veículos Próprios	Transporte de Carga Pesada.	24.243
	Laboratório Móvel de Análise de Água.	5.834
	Serviço de Transporte de Servidores a Serviço.	4.857
	Transporte de Servidores a Serviço.	3.095
Veículos Locados Contrato 59/2010	Serviço de Transporte de Servidores a Serviço	31.280
Veículos Locados Contrato 01/2013	Serviço de Transporte de Servidores tutelados de justiça e técnicos do Seais	4.576

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Sotra - 03.2016

Em relação aos veículos próprios a Suest-Pa tinha dezoito (18) veículos, mas apenas catorze (14) tiveram condições de ser utilizados em 2015. Quanto ao contrato 01/2013 este acordava que seis (06) veículos seriam utilizados para prestação do serviço, mas a contratada dispôs apenas de 04 veículos. A Suest-Pa está recorrendo quanto a este não cumprimento.

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Quadro 25 - Idade Média da Frota, por Grupo de Veículos e Classificação, na Suest-Pa em 2015

Categoria	Grupo	Idade média
Veículos Próprios	Transporte de Carga Pesada.	28 anos
	Laboratório Móvel de Análise de Água.	08 anos
	Serviço de Transporte de Pessoal.	07 anos
	Transporte de Servidores a Serviço.	08 anos
Veículos Locados Contrato 59/2010	Serviço de Transporte de Servidores a Serviço	01 ano
Veículos Locados Contrato 01/2013	Serviço de Transporte de Servidores tutelados de justiça e técnicos do Seais	01 ano

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Sotra - 03.2016

- f) Despesas associadas à manutenção da frota, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota.

Quadro 26 Custos com Combustíveis, Material e Serviços, na Suest-Pa, em 2015.

Descrição dos Custos	Prestador do Serviço	Valor em reais
Combustíveis	Ticket Serviços S/A Ltda - Contrato 110/2012	191.157,55
Oficina Mecânica (Peças e serviço)	C.P. Comércio Ltda – Contrato nº 23/2011.	84.483,60
Serviços de lavagem, alinhamento, balanceamento e cambagem	Contrato nº 05/2014 – C. P. Comercio e serviços Automotivos Ltda EPP ME.	18.394,82
Seguro Obrigatório e Licenciamento	Detran – Pa	2.232,24
Locação de Veículos - Transporte de Servidores tutelados de justiça/Seais	Empresa Ricarte Rebouças Locação de Veículos Ltda Contrato 59/2010	345.858,60
Locação de Veículos - Transporte de Servidores tutelados de justiça/Seais	Empresa T. G. R. Mourão – ME - Contrato 01/2013*	108.099,28
Total		750.226,09

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Sotra - 03.2016

* O contrato 01/2013 foi encerrado em 07/2015 e apresenta recursos a receber (27.356,16) registrado em restos a pagar, por conta de medida administrativa.

O recurso utilizado nesta área, que viabilizou todas as atividades da Suest-Pa, corresponde a 12% do total de recursos descentralizado à Suest, sendo 47,4% menor que o recurso utilizado em 2014. Esta alteração ocorreu por conta da não prorrogação do contrato 01/2013, que encerrou em julho/2015, devido a problemas ocasionados pela contratada. A Suest-Pa utilizou seus próprios veículos nos cinco meses restantes cumprindo o atendimento da demanda.

- g) Plano de substituição da frota;

O Plano de substituição da frota é realizado através do Anexo IV, da Instrução Normativa nº 03, de 15/05/2008 – Plano Anual de Aquisição de Veículos – P.A.A.V, mas atualmente a Instituição não está mais realizando aquisições de veículos para constituírem a frota da Funasa, optando pela terceirização da frota.

h) Estruturas de controles de que esta UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte é a seguinte:

- Utilização do Sistema de Informações para Controle de Frota - SICOTWEB.
- Monitoramento e Controle de Abastecimento de combustível, através de emissão de Relatório Analítico de Consumo, gerado pelo Sistema da Rede Ticket Serviços S/A, Contrato nº 110/2012.
- Fiscalização realizada pelos fiscais dos contratos, nomeados por portarias, junto às empresas contratadas para prestação de serviços de manutenção da frota da Instituição.

6.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições

Seguindo orientações da Presidência da Funasa, em relação à política de destinação dos veículos inservíveis e fora de uso, bem como os antieconômicos, são instruídos procedimentos administrativos visando a realização de leilão, fundamentados na IN 03/2008. A Suest-Pa promove a substituição da frota considerada antieconômica por veículos locados. Ressalta-se que em 2015 foram a leilão 33 veículos. Para 2016 está previsto o leilão de 14 veículos inservíveis/antieconômicos.

6.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

6.2.3.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC

Está em fase de implantação no âmbito da Funasa/Presidência, o Sistema de Controle de Imóveis desenvolvido pela empresa Link Data Informática e Serviços S/A, conforme Contrato n.º 009/2014, e que será implantado/disponibilizados, posteriormente, nas Superintendências Estaduais.

Considerando a ausência de manuais que institua no âmbito da Funasa os procedimentos e rotinas de gerenciamentos de imóveis, o Setor de Patrimônio da Suest-Pa, visando atender as recomendações dos Relatórios de Auditoria, passou a trabalhar em parceria com a Superintendência de Patrimônio da União/ SPU e os Cartórios de Registro, Notas e Ofício, a fim de obter informações e orientações acerca dos procedimentos de legalização, regularização, registro e atualização das situações dos imóveis da Superintendência.

No entanto, é de fundamental importância a garantia de uma boa estrutura quanto a estruturação da força de trabalho do setor de Patrimônio, por conta da demanda de trabalho, uma vez que o quadro de servidores do Sopat contar com sete servidores, com situações adversas tais como: falta de treinamento nas áreas específicas de gestão patrimonial; legislação imobiliária; avaliação de imóveis; legalização de imóveis, e outros. Além disso, três servidores usufruem do direito do Abono de Permanência, dois estão solicitando transferência do setor por não se adaptarem às atividades desenvolvidas no setor, questão de relevância a ser considerada ao se indicar os servidores a compor o quadro do Sopat, e mais, considera-se importante que todos devem participar de processo de Capacitação na área patrimonial.

6.2.3.2 Distribuição Geográfica dos imóveis da União

Anexo I

Quadro 27 - Distribuição Geográfica dos imóveis da União - Anexo I

6.2.3.3 Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional

Anexo II

Quadro 28 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional - Anexo II

6.2.3.4 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet

A UG 25.5014 – FUNASA (Suest-Pa), só utiliza atualmente um imóvel, o qual se encontra registrado no sistema SPIUnet, sob o RIP 0427.00555.500-8, quanto a situação dos demais imóveis, a Suest-PA não tem como atualizar os dados referente a reavaliação no exercício de 2015, visto que, os trabalhos de levantamento da situação dos Imóveis, não foram concluídos pela Empresa contratada.

6.2.3.5 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Os valores relativos à manutenção do imóvel, RIP 0427.00555.500-8, no exercício de 2015 foram:

Discriminação	Valor expendido em 2015 em Reais
IPTU - Resíduos Sólidos e Urbanização	10.677,31
Brigada de Incêndio	282.298,64
Manutenção Predial	210.819,92

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Diadm/Sopat/ 03/2016

6.2.3.6 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Quanto à situação dos Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para atenuá-los, no âmbito da Funasa, ainda está em fase de estruturação de normativas para estabelecer as execuções das atividades voltadas à Gestão imobiliária, a Suest-Pa vem adotando procedimentos a fim de nortear e controlar a gestão dos imóveis sob sua responsabilidade, no sentido de organizar seus arquivos documentais, criando estratégia para regularizar a situação dos imóveis junto aos Cartórios de Registros, Notas e Ofício, a fim de equacionar as recomendações de Auditoria, quanto às atualizações junto ao controle de registro dos imóveis na Superintendência de Patrimônio da União/SPU através dos cadastros atualizado no sistema SPIUnet.

Cabe citar ainda outro fator que vem contribuindo com a fragilidade do desenvolvimento das ações estratégicas de controle da gestão patrimonial, o quadro de servidores lotados no Setor de Patrimônio é formado por sete profissionais, onde, três usufruem o direito do Abono de Permanência e ao fato de que dois servidores estão manifestando interesse em sair da equipe de Patrimônio por não estarem se adaptando as atividades desenvolvidas pelo setor. E ainda, estas atividades, necessitam de treinamentos específicos nas áreas de gestão patrimonial de bens móveis e imóveis, procedimentos de processos de desfazimentos, cessão de bens móveis e imóveis, legalização, avaliação e regularização de imóveis junto aos cartórios e treinamento no sistema SPIUnet.

Como forma de nivelar a situação na área patrimonial no âmbito da Funasa, a Presidência, firmou contrato com a Empresa Link Data para sanear as situações apontadas no quadro de gestão de patrimônio de imóveis. A Suest-PA aguarda o retorno da equipe Link Data, para dar continuidade aos trabalhos de Levantamento dos imóveis nos municípios mais distantes da Região Metropolitana de Belém, visando dar cumprimento ao cronograma de trabalho enviado pela empresa Link Data, a qual teve previsão para o início dos trabalhos de reavaliação dos imóveis no

âmbito da Suest-Pa, previsto para 28/02/2015, no entanto, os trabalhos iniciaram somente em 03 de setembro de 2015, com hiato de 05 a 20/09/15, devido à necessidade da equipe da empresa LINK DATA, em ter de se deslocar no período citado ao estado do Amapá, sendo retomados os trabalhos na Suest-Pa, no período de 21 a 25/09/15, nos imóveis dos municípios de Belém e Ananindeua, porém, os trabalhos por hora estão suspenso.

6.2.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Em dezembro de 2010, foi Celebrado Termo de Cessão de Uso entre a Fundação Nacional de Saúde/Suest-Pa e as Prefeituras Municipais, referente aos Imóveis utilizados pelas Ações de Saúde Descentralizadas, conforme Port. 1.399 de dezembro de 1999, com vigência de 20 (vinte) anos, sem ônus, com finalidade de Uso do Espaço Cedido, para desenvolvimento de atividades na área de Saúde Pública, pelo Município, não podendo haver destinação para quaisquer outros fins. Nesta condição estão 71 imóveis. Há outros dois localizados em Belém que desde a criação da Funasa, em 1990, foram disponibilizados em Cessão de Uso para o Governo do Estado do Pará. Um localizado à Tv. Djalma Dutra, conhecido como Curro Velho e outro localizado na Av. Conselheiro Furtado.

6.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

Não houve movimentação nesta UPC/UJ

6.2.6 Informações sobre a Estrutura Física

O imóvel, no qual funciona a Superintendência Estadual do Pará -Suest-Pa, apresenta uma área total de 9.061,58m², com área edificada de 6.458,56m². É um prédio de dois pavimentos, com estrutura em blocos, com um jardim de inverno no cento das edificações e um Galpão edificado nos fundos do terreno, conforme escopo abaixo:

Fachada – Guarita Central, Guarita lateral direita próxima ao portão de acesso de entrada de veículos e portão de saída de veículo lateral esquerda. (área de acessibilidade de entrada e saída de veículo no prédio.

Hall principal, Recepção e Protocolo,

Saguão - Frente - Escada de acesso ao 1º pavimento, Elevador, sob o vão da escada há o Depósito de Garrafas d'Água e Sala para guarda de objetos pessoais da equipe de Vigilância Terceirizada, Banheiro Masculino (lado direito) e Sala de Reprografia (lado esquerdo);

Andar Térreo:

Lado Direito - Banheiro Masculino, Salog, Contrato e Emissão de Passagens, Sala reservada ao Espaço de descanso, Refeitório e Copa,Sala Somat e Socom;

Saguão/ Central - Hall, Sala reservada ao Banco do Brasil, Sala Semin (lado direito) e Sala TCE lado Esquerdo;

Lado Esquerdo – Sala do Patrimônio, SEAIS e SIAIS;

Saguão/ Atrás – Banheiro Masculino (lado esquerdo), Sala de Serviços de Limpeza e Conservação / Terceirizado, Banheiro Feminino, Escada de Acesso ao 1º Pavimento, sob o vão da escada há

Depósito de guarda de materiais da Empresa de Limpeza, (lado direito) Sala reservada à Processos Administrativos;

1º Andar:

Sacada;

Saguão/ Frente - Escada de acesso, Elevador, Sala PGF, Banheiro Feminino (lado direito), Sala acesso Divisão de Engenharia, Banheiro Masculino (lado esquerdo);

Lado Direito – Sala da Saofi, Sala do Secov/ Sobre e Sohab, Sala da CPL, Sala da Divisão de Administração, Astec e Gabinete do Superintendente;

Saguão/ Central - Sala do Serviço de Saúde Ambiental, Sala da Saduc, Sala de Reunião Divisão de Administração e / CPL, Sala do Secov (anexo);

Lado Esquerdo – Divisão de Engenharia - Salas Sapro, Sala Sacav e Divisão de Serviços de Recursos Humanos; Socad e Socap.

Saguão/ Atrás – Banheiro Masculino (lado esquerdo), Escada de Acesso ao 1º Pavimento, Banheiro feminino (lado direito);

Galpão:

Lado Direito – Laboratório de Água, Sala de Fabricação de Filtros, Sala do Sotra, Carpintaria, Depósito Sopat I (área aberta), Sala de Manutenção Predial Terceirizada, Sala de Depósito (fechado) Sopat II, Sala de Documentação Diesp, Banheiros Feminino e Masculino, Sala Salog/ Farmácia do Dsei Guatoc, Sala de Depósito Material Sondagem – Diesp, Sala do Laboratório de Informática e Auditório;

Hall de acesso Auditório e Arquivo Permanente;

Lado Esquerdo - Oficina e Garagem do Sotra, Oficina de Confecção de Filtros – URCQA, Depósito área aberta Sopat III, Almoxarifado - Somat, Salog / Administração da Farmácia do Guatoc, Sala Mapoteca – Diesp, Banheiros Femininos e Masculinos e Sala do Arquivo Permanente.

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Não se Aplica a esta Unidade Prestadora de Contas/ Unidade Jurisdicionada.

6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

6.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

A Suest-Pa participa da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, e vem adotando medidas para garantir as ações de sustentabilidade, seja na seleção de materiais descartáveis, seja no uso adequado de equipamento, máquinas e eletroeletrônico. A Superintendência possui sua comissão formada por servidores para que planeje, elabore, execute e acompanhe as ações apontadas na A3P.

Em termos práticos a Suest operacionaliza a separação dos resíduos, quanto ao recolhimento e destinação final são realizados por associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que firmaram o termo de compromisso com esta Superintendência, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006. Sendo realizada a coleta à medida que o órgão solicita. A Suest também faz o reaproveitamento dos materiais.

Quanto às contratações, os processos licitatórios, tanto das aquisições quanto dos serviços, já possuem cláusulas que destacam as situações de sustentabilidade. Nas descrições dos materiais e serviços sempre há a preocupação quanto às recomendações apontadas no Decreto 7.746/2012, que garante a prática da sustentabilidade, bem como, na Instrução Normativa SLTI MPOG nº 1/2010, na Portaria SLTI MPOG nº 2/2010 e no Decreto 5.940/2006.

Em relação ao Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), conforme art. 16 do Decreto 7.746/2012, está sendo elaborado pela Presidência da FUNASA em Brasília. As ações serão definidas pela Presidência e posteriormente implantadas nas Superintendências.

6.4.1.1 Visão Geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela Unidade

A Superintendência vem dando cumprimento a Política de Sustentabilidade Ambiental desde o ano de 2009, quando firmou o termo de compromisso com as associações de catadores de materiais recicláveis, fazendo a coleta periódica dos materiais recicláveis, assim como implantou a Agenda Ambiental, instituída por comissão gestora da A3P, que está implementando as ações de acordo com o diagnóstico realizado, vem promovendo campanhas e reuniões de conscientização com todos os servidores, com o envolvimento de todos os chefes das Unidades de Trabalho. além do mais, a Suest também constituiu a comissão responsável pelo PES, que alimenta o sistema criado pelo Ministério do Planejamento, “Projeto Esplanada Sustentável- PES”, repassando as informações de todos os gastos realizados nas contratações. Bimestralmente, a Superintendência, em suas reuniões de Colegiado Regional de Gestão - Corege - apresenta o seu panorama de consumo em relação a energia elétrica, telefonia, papel, descartáveis e tinta para impressora, buscando implantar o seu uso responsável e econômico.

Análise Crítica

A Política implantada no órgão, conforme ressaltado nos itens acima, vem contribuindo significativamente para a conscientização de todos e observa-se que há uma sensibilização maior por parte dos servidores e a preocupação por um meio ambiente melhor. A adoção de novas práticas, utilizando os 5R's, se preocupando com o mundo que se deixa às futuras

gerações, é algo que pode ser desenvolvido a partir de atitudes mínimas, que se busca transmitir ao corpo de servidores, colaboradores e estagiários. Aqueles que absorverem a importância de se por em prática estas novas atitudes, aplicarão em seu cotidiano "contaminando" membros de suas famílias, parentes e amigos. Mas, sabe-se que este é um processo longo e lento, é de reeducação da vida.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Quadro 29 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		DETERMINAÇÃO / RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					ATENDIMENTO/ JUSTIFICATIVA PARA O NÃO ATENDIMENTO	STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOC. EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS		
01	Acórdão n.º384/2014- TCU - 1ª Câmara	Ofício n.º 0227/2014-TCU/SECEX-PA	14/02/14	Falta de observância da legislação pertinente ao controle de bens públicos especiais sob sua responsabilidade, constatado especialmente pela omissão na utilização dos sistemas próprios de conservação e atualização financeira, patrimonial, cadastral, como o SPIUNET.	Memorando Circular n.º 11/Diadm	14/03/14	SOPAT	Foi realizado o mapeamento das situações dos imóveis pelo Patrimônio da Suest, entretanto falta o saneamento que será feito pela equipe da empresa Link Data, conforme contrato n.º 009/14, firmado pela Presidência da Funasa com a referida empresa.		Continua em diligência uma vez que a empresa Link Data ainda não concluiu os trabalhos nesta Superintendência	Pendente
02	Acórdão n.º384/2014-TCU - 1ª Câmara	Ofício n.º 0227/2014-TCU/SECEX-PA		Recomendar a Suest/Pa que reavalie as cessões realizadas para outros órgãos e esferas, no total de 596 servidores efetivos, tendo em vista que suas áreas finalísticas estão com forte escassez de pessoal, em prejuízo ao desenvolvimento de suas finalidades institucionais e, após verificar a viabilidade e a oportunidade da solicitação junto ao órgão responsável de realização de concursos públicos para as áreas com quadros de servidores deficitários.	Memorando Circular n.º 11/Diadm	14/03/14	SEREH	Tratando-se da recomendação indicada no Acórdão n.º.384/2014-TCU-1ª Câmara, mediante o determinado foram redistribuídos para o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no total de 1.383, todavia, a situação não tem como ser revestida, pois, as atribuições dos cargos dos servidores já não se enquadram na atual missão da Funasa. Porém, na primeira recomendação desse tribunal foi efetivado o levantamento da necessidade de melhoramento da força de trabalho, em que resultaram os Memorandos e Ofícios Circulares para todas as Unidades Jurisdicionais onde		Até a presente data a presidência da Funasa não efetivou a redistribuição dos servidores cedidos ao SUS, tal competência não é do Serviço de Recursos Humanos a nível regional.	Pendente

ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		DETERMINAÇÃO / RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					ATENDIMENTO/ JUSTIFICATIVA PARA O NÃO ATENDIMENTO	STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOC. EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS		
								<p>havia servidores da instituição da área administrativa, entretanto, retornaram apenas dois (2), pois, os demais apresentaram justificativas médicas para não retornarem ao prédio sede da Funasa.</p> <p>Quanto à área finalística, ainda com a informação do levantamento de necessidade gerou o Memorando nº68/SEREH/SUEST/PA, encaminhado para Presidência da Funasa em Brasília, com a finalidade de ser realizado o certame público para as vagas dos cargos requerido, entretanto, a Funasa a nível nacional promoveu certames somente para servidores temporários, prejudicando dessa forma a continuidade dos serviços, uma vez que esses servidores permanecem somente dois (2) anos. Tempo estipulado pela Lei nº.8.745/93.</p>			

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Diadm/03/2016

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 30 - Deliberações do CGU que permanecem pendentes de cumprimento

ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		DETERMINAÇÃO / RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					ATENDIMENTO/ JUSTIFICATIVA PARA O NÃO ATENDIMENTO	STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOC. EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS		
1	6.1.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 20123676	Ofício nº 27730/12/CGU – Regional/PA/CGU/PR	20/10/12	Atualizar a contabilização das transferências no sistema Siafi			SECOV			Situação atual do Convênio nº 2316/05(Ananindeua) - Verificando a viabilidade técnica em proceder com a execução da obra.	Pendente
2	6.1.1 Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 20123676	Ofício nº 27730/12/CGU – Regional/PA/CGU/PR	20/10/12	Fortalecer a estrutura de controles internos existentes, visando integrar as atividades pelo Secov e Diesp para minimizar os riscos relativos à comunicação e monitoramento das transferências voluntárias cujo acompanhamento esteja sob a responsabilidade da Suest-Pa			DIADM			O processo de convênio TC/PAC- 0611/09 (município de vigia) encontra-se na fase de instrução para instauração da TCE.	Pendente

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Diadm/03/2016

7.3 Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Quadro 31 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
		Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
06	02	04	-	01	-	-	-	02

* Especificar razões

Dos 10 (dez) processos instaurados de Cobrança Administrativa durante o exercício de 2015, dois foram concluídos por quitação de débito. Os doze casos estão descritos no quadro abaixo.

Quadro 32 – Relação de Instrumentos por Convenente, Processo de Dano ao Erário e Situação com Medidas Administrativas Adotadas no Exercício 2015

ITEM	ENTIDADE	Nº CV/TC	SIAFI	Nº PROCESSO	SITUAÇÃO
01	Aila Maria Pereira Vidal Rosemeire Freires Miranda	PAD/TCE	-	25200.006.578/15-39	Em andamento
02	PM Garrafão do Norte	TC-0166/11	671695	25200.002.640/15-13	Débito Quitado
03	PM Gurupá	CV-2263/01	439618	25200.005.277/15-98	Em andamento
04	PM Juruti	CV-2128/01	436754	25200.004.039/15-65	Em andamento
05	PM Itupiranga	CV-1731/05	593287	25200.006.541/15-19	Débito Quitado
06	PM Tomé-Açu	CV-1398/03	489338	25200.007.301/15-23	Em andamento

Fonte: Funasa/ Suest-Pa/Secov/Sopre - 02/2016

No quadro 32, correspondente ao item de “Tomadas de Contas Especiais” informa-se que consta 01 processo nesta Superintendência de Tomadas de Contas Especiais não remetidas ao TCU em decorrência de arquivamento pelo recebimento do débito, referente ao Convênio 2802/2006 - Prefeitura Municipal de Portel. Bem como, não consta nenhum registro de processo Não enviadas > de 180 dias do exercício de instauração. De acordo com consulta ao sítio eletrônico da CGU - cgu.gov.br - verificou-se que dos 14 processos encaminhados da Auditoria da Funasa para a Secretaria Federal de Controle, constam apenas 02 processos enviados ao TCU.

Em 2015 foram registrados o recebimento de 13 processos de convênios/termos de compromisso, que estão aguardando análise para saber se contem todos os pressupostos para instauração de Tomada de Contas Especial, sendo que 10 processos, em destaque (*), já se encontram sob análise de servidores indicados e brevemente serão instaurados, conforme quadro 33.

Quadro 33 – Processos de Convênios/Termo de Compromisso em Análise para Verificar a Existência de Pressupostos para Instauração de TCE em 30.12.2015

Item	Origem				
	Tipo	Tipo	Município	Siafi	Nº do Processo
01	CV	0131/2005	Irituia	556244	25100.020.436/2005-31
02	TC/PAC	0046/2010	Gurupá	666731	25100.018.597/2010-21
03	CV	1930/2006	Maracanã	574041	25100.063.390/2006-25
04*	CV	870/2006	Medicilândia	590256	25100.059.904/2006-48
05*	TC/PAC	660/2009	São João do Araguaia	658107	25200.034.753/2009-30

Item	Origem				
	Tipo	Tipo	Município	Siafi	Nº do Processo
06*	CV	1522/2006	Bragança	591038	25200.011.676/2006-05
07*	TC/PAC	611/2009	Vigia	658147	25200.032.158/2009-60
08*	TC/PAC	1163/2008	São João do Araguaia	651926	25100.023.861/2008-24
09*	CV	1639/2002	Dom Eliseu	477608	25200.015.402/2002-53
10*	TC/PAC	0006/2009	Vitória do Xingu	660660	25100.042.722/2009-81
11*	TC/PAC	1087/08	Brasil Novo	649043	25100.020.375/2008-15 25200.018.019/2007-61
12*	TC/PAC	181/2011	Marapanim	670431	25100.043.813/2011-58 25200.020.100/2011-98
13*	CV	302/2010	Maracanã	639235	25100.028.280/2007-06 25200.018.0672007-50

Fonte: Funasa/Suest-Pa/ Diadm - 03/2016

(*) aguardando análise de pressupostos

Destaca-se que do total de 62 processos de Convênio/TC-PAC, destinados para instauração de TCE no exercício de 2015, foram analisados e posteriormente devolvido à área técnica do Serviço de Convênio – SECOV, o quantitativo de 28 processos, devido não conter todos os pressupostos apresentados no Roteiro para Admissibilidade de Tomada de Contas Especial – RATCE, bem como foram Instaurados 21 processos de Tomada de Contas Especial. Os demais, 13 processos, encontram-se na situação, conforme quadro 34.

Ressalta-se que para atingir o quantitativo de concluídos, 21 processo de TCE, a Superintendência contou com o apoio de 04 servidores, vindo de outras Superintendências, que somaram esforços com os servidores lotados nesta Suest para o desempenho dos trabalhos inerentes a Tomada de Contas Especial.

Esclarece-se ainda que a Presidência está programando, para o exercício de 2016, capacitação em Tomada de Contas Especial, visando capacitar mais servidores e com isso a Superintendência alcançará o objetivo de "zerar" as demandas de processos destinados à instauração de TCE.

Além destas situações apresentam-se outras relacionadas à área de recursos humanos que provocaram dano ao erário. Estas ocorrências foram identificadas a partir das trilhas de auditorias internas, bem como da morte de beneficiários de pensão civil, em que os filhos se apropriam do benefício com a justificativa de pagamento de despesas com o falecimento do beneficiário. Todavia, o Serviço de Recursos Humanos, faz o controle por meio do Sistema SIAPE/SIAPCAD, no qual cruza as informações com o cartório de óbito. Com a identificação da lesão ao cofre público, é feita a instrução processual, nos moldes da Lei 8.112/90, combinado com a Lei nº. 9.784/99. Segue quadro 34 com oito situações ocorridas em 2015.

Quadro 34– Casos de Dano ao Erário ocorridos na área de Gestão de Pessoas - 2015

Item	Processo-2015	Motivo	Valor	Situação
1	25.200.002.845/2015-07	Recebimento Indevido de Pensão Civil	1.725,77	Quitado Em junho/2015
2	25.200.002.846/2015-43	Recebimento Indevido de Pensão Civil	2.914,49	Pendente de pagamento
3	25.200.005.593/2015-60	Recebimento Indevido Pensão Civil	4.111,96	Quitado em novembro/2015
4	25.200.006.616/2015-53	Recebimento Indevido de Pensão Civil	295.887,24	Em andamento aguardando retorno do Banco do Brasil.
5	25.200.007.019/2015-46	Recebimento Indevido de Pensão Civil	10.340,02	Em andamento
6	25.200.007.043/2015-85	Recebimento Indevido de Pensão	2.561,59	Em andamento
7	25.200.008.259/2015-68	Recebimento Indevido de Pensão Civil	30.095,75	-

Item	Processo-2015	Motivo	Valor	Situação
8	25.200.005.394/2015-51	Recebimento Indevido de Proventos e Anuênio	4.173,14	Descontado em folha

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Sereh - 03/2016

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Funasa observa o cronograma de pagamento das obrigações contratuais.

No entanto, no exercício financeiro de 2015 houve desequilíbrio no fluxo financeiro por parte do Governo Federal, ou seja, a Funasa não recebeu os recursos na quantia devida e ainda de forma intempestiva, principalmente aqueles destinados às ações do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

A Funasa não dispõe atualmente de regulamento próprio, mas foi finalizada a primeira fase do mapeamento de processos da área de compras e contratações, sendo iniciada a fase de alinhamento dos processos aos controles informatizados.

Embora não se disponha deste regulamento, os processos instruídos na Superintendência Estadual do Pará visando à aquisição de bens e contratações de obras e serviços seguem uma ordem cronológica de numeração e de registro no sistema. À medida que é feita a requisição, os pedidos são instruídos e fundamentados com base na Lei 8.666/93 e formalizados em processos para receber as autorizações do Proponente e Ordenador de Despesa. Em seguida o processo é encaminhado à CPL, que submete a minuta do edital à análise jurídica antes de realizar o procedimento licitatório. Feito isso e após a homologação, o procedimento segue para emissão da Nota de Empenho.

As notas fiscais referente à execução dos serviços e aquisição de bens são submetida ao fiscal para proceder à medição e posterior pagamento.

Os processos de pagamento, resultante da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, são registrados ao dar entrada na Seção de Contabilidade e seguem a ordem cronológica de chegada no setor financeiro, sendo feita a conferência e caso não seja detectada nenhuma inconsistência, os processos são submetidos ao ordenador de despesas para autorização do pagamento.

Ressalta-se que os atrasos só ocorrem quando a empresa encontra-se com alguma pendência que precisa ser sanada.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

"Considerando o efeito suspensivo da admissão do Pedido de Reexame até a decisão final de mérito do Tribunal interposto contra o Acórdão 2.859/2013 – Plenário/TCU, que expediu determinações aos órgãos públicos federais para que revisassem todos contratos vigentes e os já encerrados que foram beneficiados pela desoneração da folha de pagamento e face à notícia veiculada no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI informou em 01/04/2015 aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG que foi conhecido o pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, nos termos do Despacho do Relator, Ministro Raimundo Carreiro (Processo TC 013.515/2013-6).

Segue abaixo a transcrição, in verbis, dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – Plenário, ora recorrido:

- 9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:
- 9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;
 - 9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;
 - 9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;
 - 9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, a medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida;

A Secretaria de Logística e Tecnologia expedirá orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SISG, após o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União.

Em 2014 a Superintendência iniciou o levantamento em todos os contratos firmados, para verificar quais empresas se beneficiaram da desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Foram confirmadas duas empresas, COPBESSA LTDA e SANTOS E MEDEIROS - ME, as quais foram oficializadas para apresentar planilha comprovando a referida desoneração. Apenas uma empresa se manifestou e a outra, Santos e Medeiros-Me, devido o contrato ter expirado sua vigência não apresentou manifestação.

A documentação, planilha desonerada, apresentada pela empresa COPBESSA LTDA foi juntada ao processo de contratação e submetida à análise técnica.

Em 2015 o processo de contratação juntamente com os documentos apresentados, foram submetidos à análise da Procuradoria Federal, esta devolveu os autos com o seguinte despacho “considerando-se o curso do processo legislativo em torno do PL 863/2015, que altera as

regras sobre a desoneração, sugere-se que aguarde a edição, publicação e vigência da nova lei, para que, então, o contrato nº 07/2013 seja alterado já de acordo com as novas regras...”.

O procedimento ficou sobrestado, só retornando o prosseguimento em 2016, em virtude das orientações emanadas pelo SLTI/MPOG e apresentadas acima.

7.6 Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda

Não se aplica a esta UPC/UJ

8 CONCLUSÃO.

Durante o exercício de 2015 a Suest-Pa continuou desenvolvendo suas atribuições seguindo as orientações da Presidência da Funasa e aplicando o que se havia pactuado durante a reunião de planejamento da instituição através das diversas macroações, ações e atividades que foram acompanhadas através da ferramenta MS Project, buscando alcançar os resultados estabelecidos.

O planejamento foi executado através de 05 projetos, 25 macroações, 75 ações e 282 atividades, através das áreas de Saneamento Ambiental, Saúde Ambiental, Convênio, Administração e Recursos Humanos. Em relação aos resultados o plano de ação como um todo alcançou 72% durante o exercício de 2015, verificou-se que houve um desempenho menor da área do saneamento ambiental, atingindo o índice de 71%. O Secov que também superou os resultados do exercício anterior alcançando um percentual de 75%, enquanto que o Sesam alcançou um índice 78%, por conta de ações que dependiam de uma atuação da Presidência. O plano de ação, em 2015, teve 49% das macroações concluídas. Considera-se que a Suest-Pa teve um bom desempenho, embora tenha havido algumas dificuldades, o Diadm, responsável pela gestão administrativa, conseguiu alcançar 65% de suas ações, que dizem respeito a ações de apoio as atividades finalísticas. A necessidade de se garantir recursos financeiros para a locomoção das equipes tanto de Saúde Ambiental quanto Saneamento Ambiental, recursos humanos e a própria área de Administração tem provocado alguns contratempos à gestão como um todo, embora tenha havido um pequeno aumento neste tipo de despesa em 2015.

Garantir o desenvolvimento de ações que possibilitem o cumprimento da missão institucional é de importância capital, a Suest-Pa, até 30.12.2015, teve sob sua responsabilidade 403 instrumentos de repasse, celebrados no período 2002-2015, em diversas situações e estágios, concluídos inclusive, significando um grande volume de trabalho para todo o seu corpo funcional, mas finalisticamente, são Diesp e Secov os que precisam dar respostas concretas a respeito desta vertente da missão. Excluindo os instrumentos concluídos ainda restam 243 instrumentos. E para fazer enfrentamento a este grande desafio a Suest-Pa contava em sua sede com 182 servidores, em 2015. A área finalística contava com 29,7% do total efetivo, sendo a área de saneamento a mais preocupante, conta 09 engenheiros, no entanto, a partir de janeiro de 2017 serão apenas 05; os 04 engenheiros aprovados no concurso temporário tem seus contratos vigentes até dezembro de 2016. O Diesp tinha sob a responsabilidade de cada engenheiro 44,7 convênios/PAC, para supervisionar, analisar, apreciar prestação de conta, visitar obras. Além da Divisão de Engenharia tem ainda o Serviço de Convênio que tem dois técnicos administradores na mesma situação dos engenheiros, e atuam com prestação de contas. A Secov tem também um número considerável de servidores habilitados a solicitar aposentadoria. Espera-se que no exercício de 2016 se encontre soluções para os problemas ora enfrentados, especialmente no tocante à área de gestão de pessoas.

ANEXOS

Anexo I

Quadro 27 - Distribuição Geográfica dos imóveis da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRAFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
UF – Pa		97	97
BRASIL	Município de Belém	05	05
	Município de Abaetetuba	04	04
	Município de Abel Figueiredo	01	01
	Município de Alenquer	02	02
	Município de Almeirim	01	01
	Município de Altamira	05	05
	Município de Aveiro	02	02
	Município de Barcarena	01	01
	Município de Bom Jesus do Tocantins	02	02
	Município de Benevides	01	01
	Município de Brasil Novo	03	03
	Município de Brejo Grande	01	01
	Município de Breves	04	04
	Município de Cametá	06	06
	Município de Capanema	03	03
	Município de Castanhal	05	05
	Município de Conceição do Araguaia	01	01
	Município de Curuá	01	01
	Município de Eldorado do Carajás	01	01
	Município de Igarapé – Açú	03	03
	Município de Igarapé – Miri	02	02
	Município de Itaituba	03	03
	Município de Itupiranga	01	01
	Município de Jacundá	01	01
	Município de Jacareacanga	01	01
	Município de Marabá	05	05
	Município de Marapanim	01	01
	Município de Medicilândia	04	04
	Município de Moju	01	01
	Município de Monte Alegre	02	02
	Município de Nova Ipíxuna	01	01
	Município de Novo Repartimento	01	01
	Município de Óbidos	01	01
	Município de Oriximina	04	04
Município de Palestina	01	01	
Município de Parauapebas	01	01	
Município de Rio Maria	01	01	
Município de Rondon do Pará	01	01	
Município de Rurópolis	01	01	
Município de Santa Izabel do Pará	01	01	
Município de Santarém	02	02	
Município de São Domingos do Capim	01	01	
Município de São Felix do Xingu	01	01	
Município de Soure	02	02	
Município de Xinguara	01	01	

	Município de Vitória do Xingu	02	02
	Município de Paragominas	01	01
	Município de Goianésia	01	01
Subtotal Brasil		97	97
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		97	97

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Sopat/ 03/2016

Anexo II

Quadro 28 Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional

Nº	UG	RIP	Municípios	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
						Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor da Reavaliação	Com Reforma	Com Manutenção
01	25.5014	0427.00555.500-8	Belém	21	02	977.735,31	-	-	652.701,22	210.819,92
02	25.5014	0427.00531.500-7	Belém	10	05	12.761,64	-	-	-	-
03	25.5014	0427.00561.500-0	Belém	21	02	41.453,02	-	-	-	-
04	25.5014	-	Belém	10	04	0,01	-	-	-	-
05	25.5014	-	Belém	10	02	0,01	-	-	-	-
06	25.5014	0401.00007.500.4	Abaetetuba	05	04	90.191,80	-	-	-	-
07	25.5014	-	Abaetetuba	05	04	-	-	-	-	-
08	25.5014	-	Abaetetuba	05	04	-	-	-	-	-
09	25.5014	-	Abaetetuba	05	05	-	-	-	-	-
10	25.5014	-	Abel Figueiredo	05	04	-	-	-	-	-
11	25.5014	-	Alenquer	05	-	-	-	-	-	-
12	25.5014	-	Alenquer	05	-	-	-	-	-	-
13	25.5014	-	Almeirim	05	-	-	-	-	-	-
14	25.5014	-	Almeirim	05	-	-	-	-	-	-
15	25.5014	0411.00294.500-3	Altamira	05	-	834.932,03	-	-	-	-
17	25.5014	0411.00301.500-0	Altamira	22	05	92.288,46	-	-	-	-
18	25.5014	0411.00275.500-0	Altamira	22	05	8.250,00	-	-	-	-
19	25.5014	-	Aveiro	05	-	-	-	-	-	-
20	25.5014	-	Aveiro	05	-	-	-	-	-	-
21	25.5014	-	Bom Jesus Tocantins	21	-	-	-	-	-	-
22	25.5014	0575.00002.500-7	Bom Jesus Tocantins	05	-	32.133,39	-	-	-	-
23	25.5014	-	Bom Jesus do Tocantins	05	-	-	-	-	-	-
24	25.5014	0429.00009.500-5	Benevides	05	-	11.888,60	-	-	-	-
25	25.5014	-	Brasil Novo	05	-	-	-	-	-	-
26	25.5014	-	Brasil Novo	05	-	-	-	-	-	-
27	25.5014	-	Brasil Novo	05	-	-	-	-	-	-
28	25.5014	-	Brejo Grande do Araguaia	05	-	-	-	-	-	-
29	25.5014	0435.00012.500-6	Breves	10	-	35.314,02	-	-	-	-
30	25.5014	0435.5001.500-1	Breves	05	-	138.529,87	-	-	-	-
31	25.5014	-	Breves	05	-	-	-	-	-	-
32	25.5014	-	Breves	05	-	-	-	-	-	-
33	25.5014	0441.00010.500-0	Cametá	05	-	96.738,99	-	-	-	-
34	25.5014	-	Cametá	05	-	-	-	-	-	-
35	25.5014	-	Cametá	05	-	-	-	-	-	-
36	25.5014	-	Cametá	05	-	-	-	-	-	-
37	25.5014	-	Cametá	05	-	-	-	-	-	-

Nº	UG	RIP	Municípios	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
						Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor da Reavaliação	Com Reforma	Com Manutenção
38	25.5014	-	Cametá	05	-	-	-	-	-	-
39	25.5014	0443.00021.500-6	Capanema	05	04	13.312,64	-	-	-	-
40	25.5014	0443.00022.500-1	Capanema	05	04	7.200,00	-	-	-	-
41	25.5014	0443.00023.500-7	Capanema	05	04	40.214,44	-	-	-	-
42	25.5014	0447.00178.500-3	Castanhal	05	04	113.623,29	-	-	-	-
43	25.5014	0447.00176.500-2	Castanhal	05	04	216.823,04	-	-	-	-
44	25.5014	-	Castanhal	05	04	-	-	-	-	-
45	25.5014	-	Castanhal	05	04	-	-	-	-	-
46	25.5014	-	Castanhal	05	04	-	-	-	-	-
47	25.5014	0453.00142.500-1	Conceição do Araguaia	21	-	1.890,00	-	-	-	-
48	25.5014	-	Curuá	05	-	-	-	-	-	-
49	25.5014	-	Eldorado dos Carajás	05	-	-	-	-	-	-
50	25.5014	-	Igarapé Açú	05	-	-	-	-	-	-
51	25.5014	-	Igarapé Açú	05	-	-	-	-	-	-
52	25.5014	-	Igarapé Açú	05	-	-	-	-	-	-
53	25.5014	-	Igarapé Miri	05	-	-	-	-	-	-
54	25.5014	0465.00014.500-9	Igarapé Miri	21	-	3.290,00	-	-	-	-
55	25.5014	0471.00235.500-5	Itaituba	22	04	201.992,31	-	-	-	-
56	25.5014	0471.00291.500-0	Itaituba	05	04	191.430,04	-	-	-	-
57	25.5014	-	Jacareacanga	05	-	-	-	-	-	-
58	25.5014	0475.00004.500-1	Jacundá	10	-	11.021,93	-	-	-	-
59	25.5014	0475.00005.500-7	Jacundá	10	-	10.940,93	-	-	-	-
60	25.5014	-	Itupiranga	05	-	-	-	-	-	-
61	25.5014	0483.00172.500-7	Marabá	05	-	254.729,48	-	-	-	-
62	25.5014	0483.00175.500-3	Marabá	05	-	16.547,06	-	-	-	-
63	25.5014	-	Marabá	05	-	-	-	-	-	-
64	25.5014	-	Marabá	05	-	-	-	-	-	-
65	25.5014	-	Marabá	05	-	-	-	-	-	-
66	25.5014	-	Marapanim	05	-	-	-	-	-	-
67	25.5014	-	Medicilândia	22	-	-	-	-	-	-
68	25.5014	-	Medicilândia	05	-	-	-	-	-	-
69	25.5014	-	Medicilândia	05	-	-	-	-	-	-
70	25.5014	-	Medicilândia	05	-	-	-	-	-	-
71	25.5014	-	Nova Ipixuna	05	-	-	-	-	-	-
72	25.5014	0493.00005.500-5	Mojú	12	-	11.305,71	-	-	-	-
73	25.5014	0495.00140.500-6	Monte Alegre	05	-	317.967,00	-	-	-	-
74	25.5014	-	Novo Repartimento	-	04	-	-	-	-	-
75	25.5014	-	Parauapebas	05	-	-	-	-	-	-
76	25.5014	-	Parauapebas	05	-	-	-	-	-	-
77	25.5014	0501.00019.500-6	Obidos	05	-	33.974,98	-	-	-	-
78	25.5014	0505.00021.500-0	Oriximiná	05	-	506.381,93	-	-	-	-
79	25.5014	0505.00022.500-5	Oriximiná	05	-	60.266,70	-	-	-	-
80	25.5014	0505.00023.500-0	Oriximiná	22	-	21.592,53	-	-	-	-
81	25.5014	-	Oriximiná	05	-	-	-	-	-	-
82	25.5014	-	Oriximiná	05	-	-	-	-	-	-
83	25.5014	-	Oriximiná	05	-	-	-	-	-	-
84	25.5014	0573.00009.500-9	Rondon	05	-	7.163,75	-	-	-	-

Nº	UG	RIP	Municípios	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
						Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor da Reavaliação	Com Reforma	Com Manutenção
85	25.5014	056.9.00002.500-2	Rio Maria	10	-	2.131,50	-	-	-	-
86	25.5014	-	Palestina	05	-	-	-	-	-	-
87	25.5014	-	Rurópolis	05	-	-	-	-	-	-
88	25.5014	0535.00100.500-0	Santarém	05	03	1.541.113,08	-	-	-	-
89	25.5014	0543.00006.500-0	S. Domingos do Capim	14	-	1.980,00	-	-	-	-
90	25.5014	0545.00013.500-5	S. Felix Xingu	10	-	46.856,60	-	-	-	-
91	25.5014	0557.00010.500-2	Soure	05	-	4.613,73	-	-	-	-
92	25.5014	-	Soure	05	-	-	-	-	-	-
93	25.5014	0561.00017.500-9	Tucuruí	05	-	5.940,00	-	-	-	-
94	25.5014	0571.00015.500-5	Xinguara	10	-	2.047,65	-	-	-	-
95	25.5014		Vitória do Xingu	05	-	-	-	-	-	-
96	25.5014	0627.00002.500-3	Goianésia do Pará	10	-	1.200,00	-	-	-	-
Total									652.701,22	210.819,92

Fonte: Funasa/Suest-Pa/Diadm/Sopat/ 03/2016

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, ser uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

- Ética;
- Equidade;
- Transparência;
- Eficiência;
- Eficácia e Efetividade;
- Valorização dos servidores;
- Compromisso sócio-ambiental.